

A arquitetura de uma refeição.
Palácios reais portugueses na aurora
do século XX
Caderno I
Ana Sofia Pinto

D
2025



A arquitetura de uma refeição.
Palácios reais portugueses na aurora do século XX
Caderno I
Ana Sofia Pinto



DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Ana Sofia de Matos Pinto, natural de Águeda, inscrita no **Programa de Doutoramento em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto** com o número de estudante 201304635 declaro, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 14.º do Código Ético de Conduta Académica da U.Porto, que o conteúdo da presente **tese** "A arquitetura de uma refeição. Palácios reais portugueses na aurora do século XX" orientada pela Prof. Doutora Marta Rocha Moreira reflete as perspetivas, o trabalho de investigação e as minhas interpretações no momento da sua entrega.

Declaro, ainda, que a presente **tese** de investigação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição.

Mais declaro que todas as referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência.

Não são divulgados na presente **tese** quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor.

Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.



31 de janeiro de 2025

1. NO PALÁCIO REAL DA PENA.

O ALMOÇO OFERECIDO PELA FAMÍLIA REAL
PORTUGUESA A EDUARDO VII A 3 DE ABRIL
DE 1903

ANA SOFIA DE MATOS PINTO

TESE DE DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA

APRESENTADA À FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

ÁREA CIENTÍFICA: ARQUITETURA

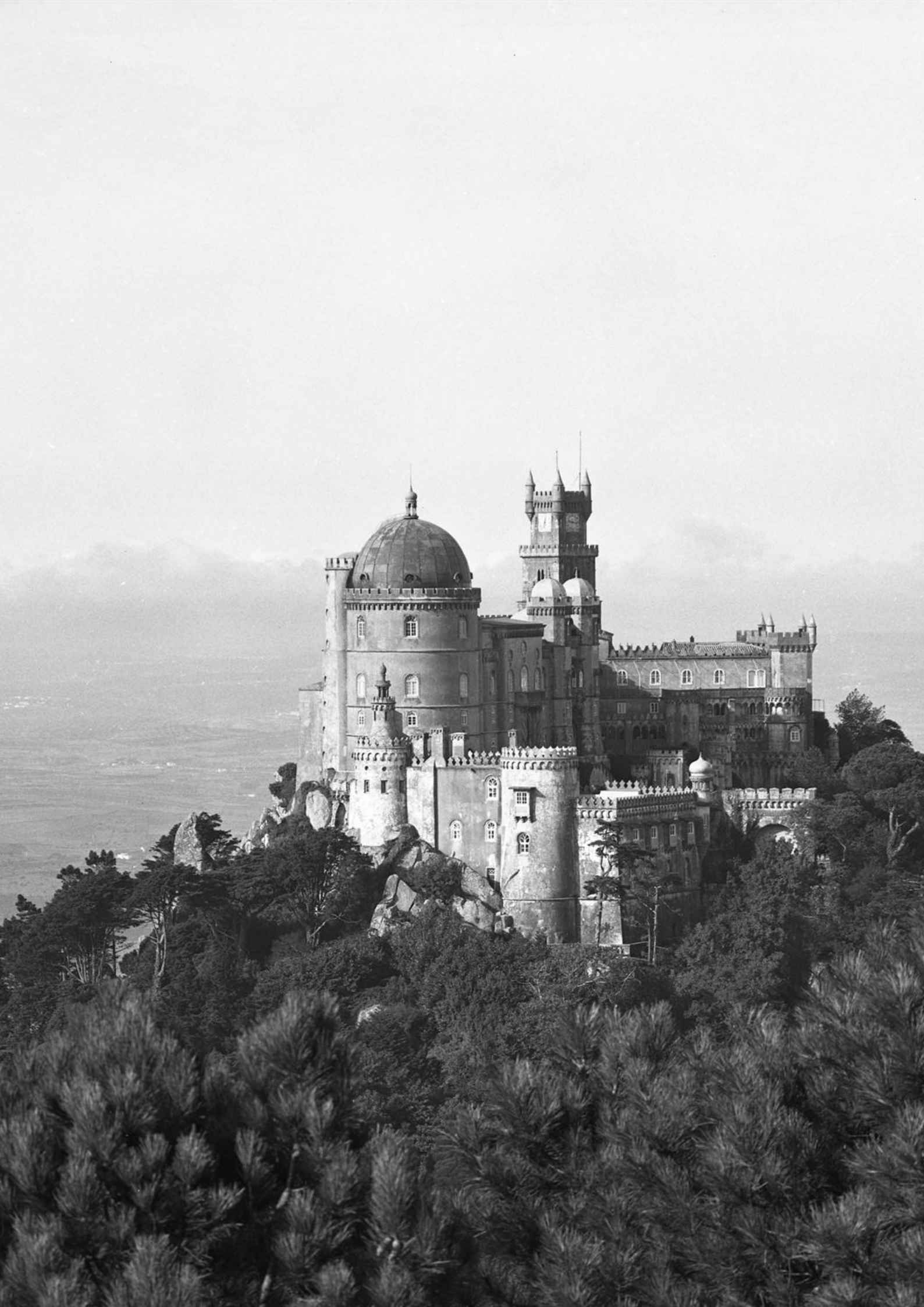
Orientação:

PROF. DOUTORA MARTA ROCHA MOREIRA

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Na página seguinte:

[Fig. 1] *Vista do Palácio Real da Pena* (detalhe), Armando Maia Seródio (1907-1978), 1959. © AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/003326.



MENU

0. A ARQUITETURA DE UMA REFEIÇÃO.

PALÁCIOS REAIS PORTUGUESES NA AURORA DO SÉCULO XX

15	0.1	O CONVITE
29	0.2	'MISE EN PLACE'
53	0.3	O JANTAR ESTÁ SERVIDO
101	0.4	A ARQUITETURA DE UMA REFEIÇÃO
107	0.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO
111	0.6	OS DIGESTIVOS

1. NO PALÁCIO REAL DA PENA.

O ALMOÇO OFERECIDO PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A EDUARDO VII A 3 DE ABRIL DE 1903

III	1.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	1.2	O PALÁCIO REAL DA PENA EM 1903
04	1.3	EDUARDO VII EM PORTUGAL
08	1.4	UM ALMOÇO (INFORMAL) NA PENA
50	1.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 3 DE ABRIL DE 1903

2. NO PALÁCIO REAL DE VILA VIÇOSA.

O JANTAR OFERECIDO PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A AFONSO XIII A 15 DE DEZEMBRO DE 1903

III	2.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	2.2	O PALÁCIO REAL DE VILA VIÇOSA EM 1903
04	2.3	AFONSO XIII EM PORTUGAL
08	2.4	JANTAR NO ALENTEJO
44	2.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 15 DEZEMBRO DE 1903

3. NO PALÁCIO REAL DA VILA DE SINTRA.

O ALMOÇO OFERECIDO PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A ALEXANDRA DE INGLATERRA A 24 DE MARÇO DE 1905

III	3.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	3.2	O PALÁCIO REAL DA VILA DE SINTRA EM 1905
04	3.3	PELAS PORTAS DO MEDITERRÂNEO
08	3.4	UMA REFEIÇÃO ENTRE RAINHAS
62	3.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 24 DE MARÇO DE 1905

4. NO PALÁCIO REAL DA AJUDA.

O JANTAR E CEIA OFERECIDOS PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A GUILHERME II A 27 DE MARÇO DE 1905

III	4.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	4.2	O PALÁCIO REAL DA AJUDA EM 1905
04	4.3	GUILHERME II RUMO A ÁFRICA
08	4.4	JANTAR E CEIA PARA O IMPERADOR
76	4.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 27 DE MARÇO DE 1905

5. NO PALÁCIO REAL DA CIDADELA DE CASCAIS.

A CEIA OFERECIDA PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A ÉMILE LOUBET A 28 DE OUTUBRO DE 1905

III	5.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	5.2	O PALÁCIO REAL DA CIDADELA DE CASCAIS EM 1905
04	5.3	O REPUBLICANO EM PORTUGAL
08	5.4	DEPOIS DE BELÉM
54	5.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 28 DE OUTUBRO DE 1905

6. NO PALÁCIO REAL DAS NECESSIDADES.

O JANTAR OFERECIDO PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A FREDERICO AUGUSTO A 8 DE MARÇO DE 1907

III	6.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	6.2	O PALÁCIO REAL DAS NECESSIDADES EM 1907
04	6.3	UMA LONGA ESTADA
08	6.4	REFEIÇÃO EM FAMÍLIA
56	6.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 8 DE MARÇO DE 1907

1. NO PALÁCIO REAL DA PENA.

O ALMOÇO OFERECIDO PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A
EDUARDO VII A 3 DE ABRIL DE 1903

III 1.1 'HORS-D'ŒUVRE'

III 1.1.1 Um método

V 1.1.2 Dos desenhos

IX 1.1.3 Das imagens

XV 1.1.4 Dos manuscritos

XIX 1.1.5 Das publicações

01 1.2 O PALÁCIO REAL DA PENA EM 1903

Identificação geral dos espaços

04 1.3 EDUARDO VII EM PORTUGAL

Uma longa história de alianças

08 1.4 UM ALMOÇO (INFORMAL) NA PENA

Entre senhores

12 1.4.1 Do Parque da Pena e da Vila de Sintra

16 1.4.2 Uma cozinha medievalmente moderna

28 1.4.3 Todos os caminhos levam à copa?

36 1.4.4 Uma outra ideia de refeição

46 1.4.5 Observando as águias de cima

50 1.5 A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 3 DE ABRIL DE 1903



1.1 ‘HORS-D’ŒUVRE’

1.1.1 Um método

A abordagem metodológica à rede alimentar do Palácio Real da Pena e à refeição que neste tomou lugar a 3 de abril de 1903 centrou-se na recolha física e digital de informação em quinze instituições/plataformas arquivísticas distintas. No que concerne a consulta e obtenção de reproduções digitais de desenhos ilustrativos da arquitetura deste palácio serviu o ANTT de principal unidade arquivística a explorar, tendo sido recolhido o material gráfico pertinente patente no fundo da Casa Real. Outros registos desenhados complementares foram obtidos, em paralelo, no AHFCB, na BND, no SIPA e no EDPNP.

As visitas ao palácio que se efetuaram nesta fase e o sequente contacto com o conteúdo do seu espólio documental permitiram, para além da recolha de desenhos mencionada, a consulta de diversos inventários do recheio do paço efetuados entre o final do século XIX e o início do século XX. Procedeu-se, ainda, à medição de elementos de alguns dos espaços do edifício e à captação de fotografias da sua arquitetura. O contacto com o diretor da instituição e alguns dos conservadores proporcionou a troca de ideias sobre as suas possíveis apropriações do ponto de vista alimentar, tendo sido efetuada uma visita guiada de carácter especial, e vocacionada para o tema em estudo, pelos meandros palacianos. Rapidamente se tornou perceptível que existiam dois temas-chave na exploração da rede alimentar do Palácio Real da Pena: 1. a relação entre esta e aquela do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena – sobre cujas ruínas foi o palácio edificado –, e 2. a complicada ligação entre confeção e consumo.

A recolha documental que se seguiu e que visou a obtenção de registos iconográficos e fotográficos, por um lado, e de registos escritos – quer impressos, quer manuscritos – por outro, procurou ir de encontro às questões levantadas por estes dois temas-chave. Instituições como o ANTT, o AML, a BND, a BAFCG, o CPF e o SIPA mostraram-se essenciais à recolha de iconografia/fotografias tendo-se, para além destas, contactado pontualmente com outras que, por razões geográficas, históricas ou de ocasião, possuem nos seus espólios documentação relevante: o AMS, a CECR e o RCT.

Por sua vez, e no que respeita a informação escrita, o ANTT apresenta-se como a maior fonte de manuscritos, tendo sido explorados dezenas de conjuntos documentais pertencentes aos fundos da Casa Real e do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. A esta documentação foram acrescentados outros registos obtidos presencialmente na BA, já em

Abreviaturas utilizadas:

AHFCB
Arquivo Histórico da Fundação da Casa de Bragança;

AML
Arquivo Municipal de Lisboa;

AMS
Arquivo Municipal de Sintra;

ANTT
Arquivo Nacional Torre do Tombo;

BA
Biblioteca da Ajuda;

BAFCG
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian;

BN
Biblioteca Nacional;

BND
Biblioteca Nacional Digital;

BNA
British Newspaper Archive;

CECR
Casa Estúdio Carlos Relvas;

CPF
Centro Português de Fotografia;

EDPNP
Espólio Documental do Palácio Nacional da Pena;

HML
Hemeroteca Municipal de Lisboa;

RCT
Royal Collection Trust;

SIPA
Serviço de Informação para o Património Arquitetónico.

quantidade mais singela, e digitalmente no AHFCB, onde se contactou com os formulários de requisição de bens da cozinha e das mesas à ucharia. Paralelamente, na BN e BND foram consultadas obras diversas, principalmente de carácter monográfico, dedicadas ao estudo não só do Palácio Real da Pena, da sua história e da sua arquitetura, como também do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, o que permitiu efetuar uma reconstrução desenhada verosímil deste edifício. Já no âmbito noticioso recorreu-se, sem surpresa, à HML e, uma vez mais, à BND, complementando-se os relatos jornalísticos nacionais com outros estrangeiros, nomeadamente aqueles patentes no BNA.

Posteriormente à fase de recolha de informação, a mais longa e complexa dada a dispersão das fontes, seguiu-se o processo de tratamento dos dados obtidos – que incluiu a sua organização e caracterização, assim como o redesenho da arquitetura do palácio e o tratamento/edição dos desenhos de levantamento recolhidos. A estruturação da narrativa e, por fim, a sua escrita em coordenação com a imagem e o desenho tomaram lugar na fase mais posterior do trabalho, fase essa de desenvolvimento não linear, para a qual foi necessária uma constante revisitação de obras da tratadística da arquitetura e das práticas alimentares.

1.1 ‘HORS-D’ŒUVRE’

1.1.2 Dos desenhos

Dos setenta e um desenhos de arquitetura referentes ao Palácio Real da Pena consultados, só uma pequena parte se mostrou relevante ao desenvolvimento deste estudo, ilustrando informação pertinente face à rede alimentar deste objeto arquitetónico. Optou-se por dar nota, ainda assim, de todos os desenhos consultados, de forma a criar uma base informativa capaz de potenciar estudos futuros sobre esta arquitetura.

Arquivo Histórico da Fundação da Casa de Bragança (AHFCB)

Planta do Palácio Real da Pena, J. A. d'Abreu Victal, 1901.
PT/TT/CR/007-009/00279, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 279.

[Fig. 45] *Planta do edifício da Pena*, Nicolau Pires, 1839.
Cota desconhecida.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Fundo da Casa Real

Planta do piso térreo do Palácio Real da Pena, J. A. d'Abreu Victal, 1901. [Fig. 34]
PT/TT/CR/007-009/00280, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 280.

[Fig. 23] *Planta do Parque da Pena*, J. A. d'Abreu Victal, 1856.
PT/TT/CR/007-009/00271, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 271.

Planta do primeiro piso do Palácio Real da Pena, J. A. d'Abreu Victal, 1901. [Fig. 35]
PT/TT/CR/007-009/00281, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 281.

[Fig. 3] *Planta dos encanamentos de água do Almoxarifado da Pena*, J. A. d'Abreu Victal, 1898.
PT/TT/CR/007-009/00272, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 272.

Planta do segundo piso do Palácio Real da Pena, J. A. d'Abreu Victal, 1901. [Fig. 36]
PT/TT/CR/007-009/00282, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 282.

Planta dos encanamentos de água do Almoxarifado da Pena, J. A. d'Abreu Victal, 1898.
PT/TT/CR/007-009/00273, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 273.

Plantas parciais do Palácio Real da Pena, J. A. d'Abreu Victal, 1901.
PT/TT/CR/007-009/00283, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 283.

Planta dos encanamentos de água do Almoxarifado da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/CR/007-009/00274, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 274.

Planta do piso sobre as cavaliças e cocheiras do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, c. 1895. [Fig. 41]
PT/TT/CR/007-009/00284, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 284.

Planta parcial do Parque da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/CR/007-009/00276, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 276.

Planta parcial do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/CR/007-009/00285, Casa Real, Plantas,
Almoxarifado da Pena, n.º 285.

Biblioteca Nacional Digital (BND)

Planta do Parque da Pena, J. A. d'Abreu Vical, 1856.
C. C. 178 A.

Espólio Documental do Palácio Nacional da Pena (EDPNP)

[Fig. 46] *Projeto para o Palácio Real da Pena*, autoria presumível de Ludwig von Eschwege, c. 1840.
PNP 412.

Planta do primeiro piso do Palácio Real da Pena, Nicolau Pires, 1842.
PNP 413.

Planta do terceiro piso do Palácio Real da Pena, Nicolau Pires, 1842.
PNP 416.

[Fig. 2] *Planta e secção parciais do Palácio Real da Pena*, autor desconhecido, 1838-1840.
PNP 417.

Planta do piso térreo e primeiro piso do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PNP 418.

Alçados diversos do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PNP 2059.

Planta do Mosteiro da Pena antes das obras de restauro e de construção do Palácio Real da Pena, Nicolau Pires, 1839.
Cota desconhecida.

Planta do projeto de alterações dos compartimentos do segundo piso em redor do núcleo do claustro e mudança do torreão sudeste do Palácio Real da Pena, Nicolau Pires, 1839.
Cota desconhecida.

Alçado do Palácio Real da Pena, autoria presumível de Ludwig von Eschwege, datação desconhecida.
Cota desconhecida.

Alçado do Palácio Real da Pena, autoria presumível de Ludwig von Eschwege, datação desconhecida.
Cota desconhecida.

Alçado sul do Palácio Real da Pena, autoria presumível de Ludwig von Eschwege, datação presumível de 1842.
Cota desconhecida.

Alçado oeste do Palácio Real da Pena, autoria presumível de Ludwig von Eschwege, datação presumível de 1842.
Cota desconhecida.

Alçado este do Palácio Real da Pena, autoria presumível de Ludwig von Eschwege, datação presumível de 1842.
Cota desconhecida.

Projeto do teto do corredor de passagem sito entre o Pórtico da Criação do Mundo e o Pátio dos Arcos do Palácio Real da Pena, Juan de Lizasoain, datação desconhecida.
Cota desconhecida.

Serviço de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)

Planta do piso nobre do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00021873 FOTO.00543172.

Planta do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00036715 DES.00014427.

Planta do piso térreo do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00036715 DES.00014428.

Planta do primeiro piso do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00036715 DES.00014429.

Planta do piso nobre do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00036715 DES.00014430.

Planta do 4.º e 5.º pisos do torreão, dos quartos por cima da sacristia, dos quartos do pessoal menor, da cocheira, cavalaria, abegoaria e arrecadações da arcada do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00036715 DES.00014431.

Detalhes construtivos do Palácio Real da Pena, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995.
DOC.00036715 DES.00014432.

Planta do terceiro piso do Palácio Real da Pena, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1965.
DOC.00036715 DES.00014433.

Planta parcial do segundo piso da habitação para o guarda do Palácio Real da Pena, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1973.
DOC.00036715 DES.00014434.

Planta parcial do Palácio Real da Pena, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datação desconhecida.
DOC.00036715 DES.00014435.

Planta do piso térreo do Palácio Real da Pena, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1983.
DOC.00036715 DES.00014436.

Planta do segundo piso do Palácio Real da Pena, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1983.
DOC.00036715 DES.00014437.

Planta de anexos do Palácio Real da Pena, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1983.
DOC.00036715 DES.00014438.

Planta do terceiro piso do Palácio Real da Pena, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1983.
DOC.00036715 DES.00014439.

Planta de implantação do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1985.
DOC.00037506 DES.00019023.

Planta do 4.º e 5.º pisos do torreão, dos quartos por cima da sacristia, dos quartos do pessoal menor, da cocheira, cavalaria, abegoaria e arrecadações da arcada do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.

DOC.00039150 DES.000130143.

Planta do terceiro piso do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.

DOC.00039150 DES.000130144.

Planta do segundo piso do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.

DOC.00039150 DES.000130145.

Planta do piso térreo do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.

DOC.00039150 DES.000130146.

Planta de implantação do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.

DOC.00039150 DES. 000130147.

Planta do 4.º e 5.º pisos do torreão, dos quartos por cima da sacristia, dos quartos do pessoal menor, da cocheira, cavalaria, abegoaria e arrecadações da arcada do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.

DOC.00061177 DES.00306340.

Planta do piso térreo do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.

DOC.00061177 DES.00306341.

Planta do terceiro piso do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.

DOC.00061177 DES.00306342.

Planta do piso térreo do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.

DOC.00061285 DES.00302304.

Planta do segundo piso do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.

DOC.00061285 DES.00302305.

Planta do terceiro piso do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.

DOC.00061285 DES.00302306.

Planta do terceiro piso do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1965.

DOC.00061285 DES.00302307.



[Fig. 12] Tourada no Campo Pequeno na presença de D. Carlos e de Eduardo VII, Frank de Haenen (-), 1903. © RCT, RCIN 921067.

1.1 ‘HORS-D’ŒUVRE’

1.1.3 Das imagens

Para além das unidades arquivísticas de âmbito nacional e de consulta recorrente (BND, AML, ANTT, BAFCG, CPF e SIPA), deve destacar-se o recurso a arquivos de carácter mais local, – como o AMS –, especializado – a CECR – e até internacional – a RCT. Este último, inglês, apresentou-se como uma ferramenta muitíssimo útil na construção de uma imagem sob o ponto de vista do visitante, complementando o olhar do visitado.

ICONOGRAFIA

Arquivo Municipal de Sintra (AMS)

Vista exterior do Palácio Real da Pena, João Pedro Monteiro, datação desconhecida.
PT/AMSNT/GRV/00092.

Vista exterior do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/AMSNT/DSN/000021.

Vista exterior do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/AMSNT/BPI/000042.

Biblioteca Nacional Digital (BND)

Vista exterior do Palácio Real da Pena, João Pedro Monteiro, c. 1850.
E.A. 94//16 A..

Vista exterior do Palácio Real da Pena, Robert Batty, 1832.
E. 1895 V..

Vista exterior do Palácio Real da Pena, António Correia Barreto, 1835-1850.
E. 984 V..

Vista exterior do Palácio Real da Pena, C. Legrand, c. 1842.
E. 656 P..

Royal Collection Trust (RCT)

Vista do Palácio Real da Pena, Eduard Gerhardt, c. 1851.
RCIN 450623.

Tourada no Campo Pequeno na presença de D. Carlos e de Eduardo VII, Frank de Haenen, 1903. [Fig. 12]
RCIN 921067.

FOTOGRAFIA

Arquivo Municipal de Lisboa (AML)

Preparações para a visita de Eduardo VII a Lisboa, autor desconhecido, 1903.
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACU/000307.

Retrato de Eduardo VII, Octávio Bobone, 1903.
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BOB/000232.

Preparações para a visita de Eduardo VII a Lisboa, António Novais, 1903.
PT/AMLSB/ANV/000282.

Visita de Eduardo VII a Portugal: ornamentação de rua em Lisboa, autor desconhecido, 1903. [Fig. 19]
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACU/000311.

Visita de Eduardo VII a Portugal: comitiva anglo-lusa no Terraço da Rainha do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 3 de abril de 1903. [Fig. 21]
PT/AMLSB/ORI/000664.

Deslocação de Eduardo VII de comboio a Sintra, autor desconhecido, 1903.
PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ACU/000312.

[Fig. 1] *Vista do Palácio Real da Pena*, Armando Maia Seródio, 1959.
PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/SER/003326.

Sala de bilhar do Palácio Real da Pena, António Passaporte, datação desconhecida.
PT/AMLSB/PAS/001020.

Arquivo Municipal de Sintra (AMS)

[Fig. 6] *Sala de jantar do Palácio Real da Pena*, Eduardo Portugal, datação desconhecida.
PT/AMSNT/BPI/000087.

Passeio de Eduardo VII pelo Parque da Pena, autor desconhecido, 1903.
PT/AMSNT/BPI/02034.

Vista da Serra de Sintra e do Parque da Pena a partir do Terraço da Rainha, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/AMSNT/BPI/000044.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000202/006083.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000202/006084.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000202/006085.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000203/006094.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000203/006095.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000211/006179.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000219/006255.

Claustro do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000219/006258.

Claustro do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000219/006259.

Sala de visitas do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000219/006261.

Capela do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000219/006264.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FTV/002/000260/006735.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/SNI/ARQF/DO-012-001/06570.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/SNI/ARQF/DO-012-001/39606.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/FSCR/000080.

Fachada nascente do Palácio Real da Pena, Eduardo Portugal, datação desconhecida.
PT/TT/SNI/ARQF/DO-012-001/73608.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/SNI/ARQF/DO-012-001/73609.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/SNI/ARQF/DO-012-001/73614.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/SNI/ARQF/DO-012-001/73616.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/SNI/ARQF/DO-012-001/73620.

Claustro do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/SNI/ARQF/DO-012-001/73621.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/SNI/ARQF/DO-012-001/73622.

Capela do Palácio Real da Pena, Santos de Almeida, datação desconhecida.
PT/TT/SNI/ARQF/DO-012-001/73643.

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (BAFCG)

Claustro do Palácio Real da Pena, J. M. dos Santos Simões, datação desconhecida.
CFT009.1945.

Teto da capela do Palácio Real da Pena, J. M. dos Santos Simões, datação desconhecida.
CFT009.1947.

Vista do Palácio Real da Pena, Estúdio Mário Novais, datação desconhecida.
CFT003.120876.

Pavimento da capela do Palácio Real da Pena, J. M. dos Santos Simões, datação desconhecida.
CFT009.1935n.

Casa Estúdio Carlos Relvas (CECR)

[Fig. 49] *Sala de jantar do Palácio Real da Pena*, imagem estereoscópica da autoria de Carlos Relvas, 1874.
00029-000-042-001.

Centro Português de Fotografia (CPF)

[Fig. 7] *Passeio de Eduardo VII pelo Parque da Pena*, autor desconhecido, 1903.
PT/CPF/APR/001-001/001234.

Royal Collection Trust (RCT)

Eduardo VII em Lisboa, autor desconhecido, 1903.
RCIN 2510521.

[Fig. 14] *Vista do Palácio Real da Pena*, autor desconhecido, 1900-1905.
RCIN 2513353.d.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1900-1905.
RCIN 2513353.b.

Serviço de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00000033 FOTO.00500083.

Claustro do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00000034 FOTO.00500084.

Portal do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.
DOC.00000035 FOTO.00500088.

Vista do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.
DOC.00000035 FOTO.00500089.

Vitral do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.
DOC.00000035 FOTO.00500090.

Teto dos aposentos da rainha do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.
DOC.00000035 FOTO.00500096.

Vista do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.
DOC.00000035 FOTO.00500099.

Vista do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.
DOC.00000035 FOTO.00500100.

Vista do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.

DOC.00000035 FOTO.005000102.

Vista do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.
DOC.00000035 FOTO.005000101.

Vista do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.
DOC.00000035 FOTO.005000103.

Vista, a partir do pátio, do encontro entre os volumes da ucharia e da cozinha do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.
DOC.00000035 FOTO.00500104.

Terraço do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.
DOC.00000035 FOTO.00500105.

Sala dos Veados do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, datação desconhecida.
DOC.00000035 FOTO.00500107.

Vista espelhada, a partir do pátio, do encontro entre os volumes da ucharia e da cozinha do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00000042 FOTO.00500184.

Torre do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00000042 FOTO.00500183.

Vista do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00000042 FOTO.00500185.

Pormenor da capela do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00000042 FOTO.00500187.

Pormenor da capela do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00000042 FOTO.00500188.

Gárgula do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00000042 FOTO.00500192.

Acontecimento social no Palácio Real da Pena, Eduardo Portugal, datação desconhecida.
DOC.00000043 FOTO.00500193.

Vista do Terraço da Rainha no Palácio Real da Pena, Eduardo Portugal, datação desconhecida.
DOC.00000043 FOTO.00500194.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00000044 FOTO.00500195.

Estragos provocados na cúpula do Palácio Real da Pena, Analide Óscar, 1968.
DOC.00000046 FOTO.00500198.

Estragos provocados na cúpula do Palácio Real da Pena, Analide Óscar, 1968.
DOC.00000046 FOTO.00500199.

Estragos provocados na cúpula do Palácio Real da Pena, Analide Óscar, 1968.
DOC.00000046 FOTO.00500200.

[Fig. 13]



[Fig. 13] Vista, a partir do pátio, do encontro entre os volumes da ucharia e da cozinha do Palácio Real da Pena, Cabrita Henriques (-), 1950. © SIPA, IPA.00006134 DOC.00000035 FOTO.00500104.

[Fig. 14] Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1900-1905. © RCT, RCIN 2513353.d.

Estragos provocados na cúpula do Palácio Real da Pena, Analide Óscar, 1968.
DOC.00000046 FOTO.00500201.

Estragos provocados na cúpula do Palácio Real da Pena, Analide Óscar, 1968.
DOC.00000046 FOTO.00500202.

Recuperação da cúpula do Palácio Real da Pena, Analide Óscar, 1968.
DOC.00000047 FOTO.00500203.

Recuperação da cúpula do Palácio Real da Pena, Analide Óscar, 1968.
DOC.00000047 FOTO.00500204.

Recuperação da cúpula do Palácio Real da Pena, Analide Óscar, 1968.
DOC.00000047 FOTO.00500205.

Vista do Parque da Pena, Nuno Beirão, 1975.
DOC.00000048 FOTO.00500206.

Torre do Palácio Real da Pena, Nuno Beirão, 1975.
DOC.00000048 FOTO.00500208.

Vista do Palácio Real da Pena, Nuno Beirão, 1975.
DOC.00000048 FOTO.00500209.

Claustro do Palácio Real da Pena, António Couto, 1953.
DOC.00000051 FOTO.00500215.

Vista do Palácio Real da Pena, António Couto, 1953.
DOC.00000051 FOTO.00500216.

Vista do Palácio Real da Pena, António Couto, 1953.
DOC.00000051 FOTO.00500217.

Vista aérea do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00001015 FOTO.00504724.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00003128 FOTO.00513184.

Vista do pátio da cozinha do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00003128 FOTO.00513185.

Vista aérea do Palácio Real da Pena, Luís Pavão, 1995.
DOC.00005655 FOTO.00521282.

Vista aérea do Palácio Real da Pena, Luís Pavão, 1995.
DOC.00005655 FOTO.00521283.

Vista aérea do Palácio Real da Pena, Luís Pavão, 1995.
DOC.00005655 FOTO.00521284.

Candeeiro do Palácio Real da Pena, Analide Óscar, 1961.
DOC.00006929 FOTO.00527040.

Porta de acesso ao Palácio Real da Pena, António Paulo Teixeira, datação desconhecida.
DOC.00008221 FOTO.00534488.

Revestimento azulejar do Palácio Real da Pena, António Paulo Teixeira, datação desconhecida.
DOC.00008221 FOTO.00534489.

Arcada do terraço do Palácio Real da Pena, António Paulo Teixeira, datação desconhecida.
DOC.00008221 FOTO.00534490.

Vista do Palácio Real da Pena, António Paulo Teixeira, datação desconhecida.
DOC.00008221 FOTO.00534491.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00009645 FOTO.00006553.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00009645 FOTO.00006554.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00009645 FOTO.00006555.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00009645 FOTO.00006556.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00009645 FOTO.00006557.

Teto do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00009645 FOTO.00006558.

Acesso ao Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00009645 FOTO.00006559.

Janela do Palácio Real da Pena, António S. Mata, 1999.
DOC.00015492 FOTO.00536509.

Vista do Palácio Real da Pena, Marta Canejo, 1999.
DOC.00015856 FOTO.00537804.

Gárgula do Palácio Real da Pena, Luís F. Almeida, 1996.
DOC.00015961 FOTO.00537971.

Vista do Palácio Real da Pena, Pedro Acácio Soares, 1998.
DOC.00016081 FOTO.00538186.

Vista do Palácio Real da Pena, Pedro Acácio Soares, 1998.
DOC.00016081 FOTO.00538187.

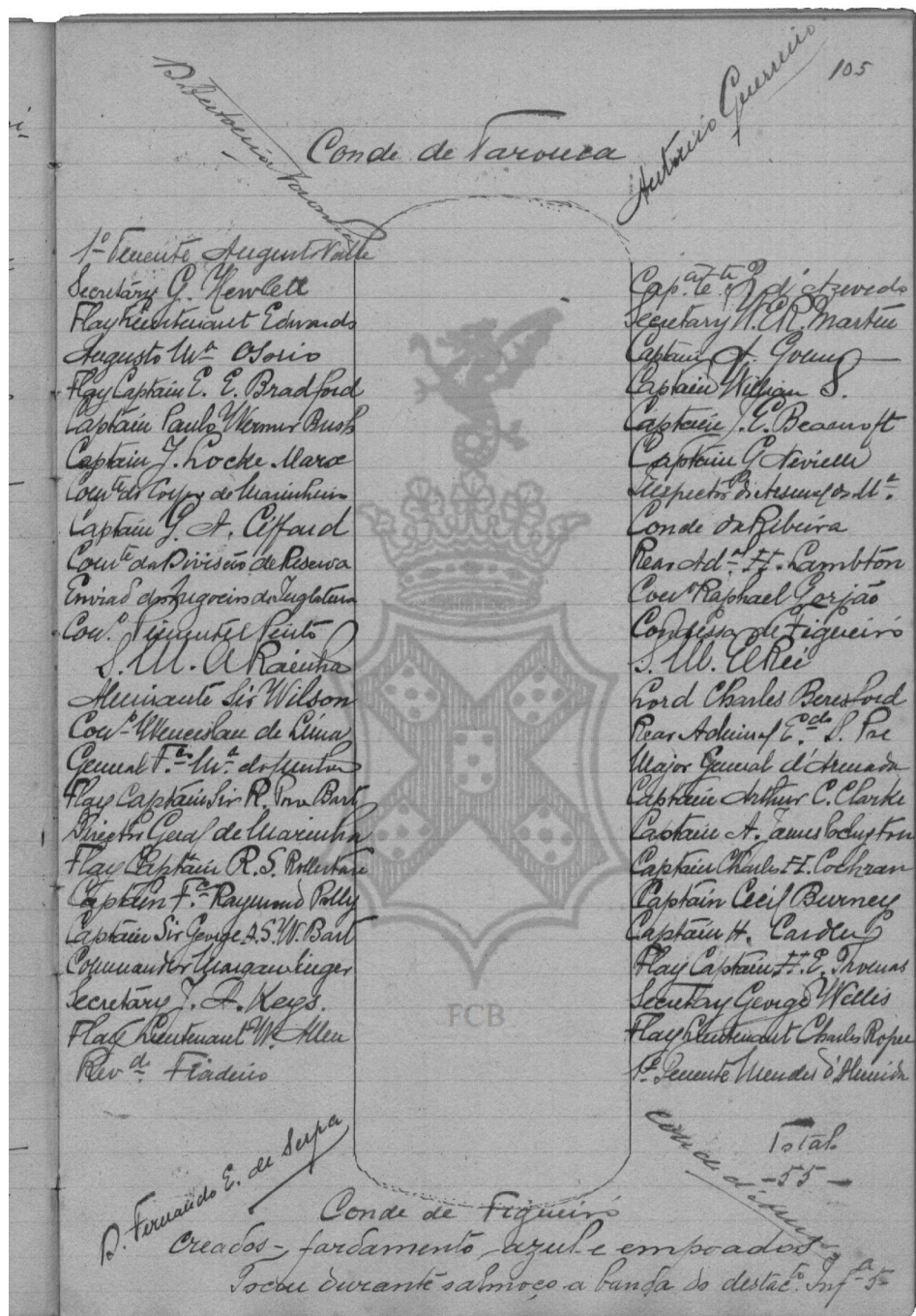
Vista do Palácio Real da Pena, Pedro Acácio Soares, 1998.
DOC.00016081 FOTO.00538188.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1995.
DOC.00016577 FOTO.00538601.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1992.
DOC.00016585 FOTO.00538611.

Vista do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1996.
DOC.00021603 FOTO.00541892.

Vista do Palácio Real da Pena, João Nuno Reis, 2001.
DOC.000206492 FOTO.00541892.



[Fig. 15] Planta de mesa do almoço oferecido, no Palácio Real da Pena, aos oficiais da Esquadra Inglesa em 18 de Agosto de 1903, patente no manuscrito Itinerário da Família Real, autor desconhecido, 1893-1906. © AHFCB, NNG 4123, p. 104.

1.1 ‘HORS-D’ŒUVRE’

1.1.4 Dos manuscritos

Os diversos manuscritos consultados patentes em quatro instituições diferentes, permitiram construir e, em certos momentos, enriquecer a narrativa do trabalho, através do fornecimento de informação sobre a evolução e faseamento construtivo da obra do Palácio Real da Pena; o recheio, o encadeamento e a nomenclatura das suas divisões ao longo dos anos; os pedidos da cozinha e os variados detalhes relativos à visita de Eduardo VII a Portugal.

Arquivo Histórico da Fundação da Casa de Bragança (AHFCB)

[Fig. 52] *Pedido para as mesas à ucharia do Palácio Real das Necessidades em 3 de abril de 1903*, formulário preenchido por José Vicente Fortunato, abril de 1903. NNG 3917.

Itinerário da Família Real, autor desconhecido, 1893-1906. NNG 4123.

Inventário dos utensílios de mesa, dos móveis e tudo o que existe no Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1844. Núcleo de D. Fernando II, maço 401.

Inventário dos utensílios existentes no Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1855. Núcleo de D. Fernando II, maço 108.

Inventário de 1861 do existente no Palácio Real da Pena e Abelheira, autor desconhecido, 1861. NNG 4028.

Inventário de 1864 do existente no Palácio Real da Pena e Abelheira, autor desconhecido, 1864. NNG 4029.

Inventário de 1874 do existente no Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1874. Cota desconhecida.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Fundo da Casa Real

Conta das despesas feitas com a reorganização da Orquestra da Real Câmara, para poder atuar no jantar de gala que teve lugar no dia 5 de abril de 1903 no Palácio Real da Ajuda, João Pedro de Carvalho, abril de 1903. PT/TT/CR/cx6044, Casa Real, caixa 6044.

Compensação de Mesa relativa à 1.ª quinzena de abril de 1903, autor desconhecido, 1903. [Fig. 8] PT/TT/CR/cx6044, Casa Real, caixa 6044.

Relação dos ordenados e gratificações dos empregados e criados da Casa Real referentes ao Almojarifado das Propriedades da Pena, Joaquim Jacintho Ramos, abril de 1903. [Fig. 9] PT/TT/CR/cx6046, Casa Real, caixa 6046.

Relação dos ordenados e gratificações dos empregados e criados da Casa Real referentes ao Almojarifado do Palácio Real das Necessidades, Joaquim Jacintho Ramos, abril de 1903. PT/TT/CR/cx6046, Casa Real, caixa 6046.

Recibo relativo à aquisição de louças e outros utensílios à empresa sucessora de Manoel Antunes Pereira, fornecedor da Casa Real, Oficina de Louça de Cobre, para a cozinha do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, abril de 1903. PT/TT/CR/cx6046, Casa Real, caixa 6046.

Recibo relativo à aquisição de itens diversos a Joaquim de Jesus Thomaz, fornecedor da Casa Real de fazendas de lã e

algodão, gravatas, lenços, camisas, flanelas, caxemiras e todos os mais artigos de modas para a ucharia do Palácio Real Pena, autor desconhecido, 1 de setembro de 1902.
PT/TT/CR/cx6049, Casa Real, caixa 6049, n.º 14.

[Fig. 20] *Recibo relativo à aquisição de mobiliário, tecidos e artigos diversos a José Ferreira, armador e estofador para o Palácio Real da Ajuda, autor desconhecido, 1 de abril de 1903.*

PT/TT/CR/cx6050, Casa Real, caixa 6050.

Resumo das contas com documentos relativos às despesas extraordinárias feitas pelo Almoxarifado do Palácio Real das Necessidades por alturas da visita do Rei Eduardo VIII, Mariano Rey, 1903.
PT/TT/CR/cx6050, Casa Real, caixa 6050.

Relação das despesas do Almoxarifado do Palácio Real da Ajuda feitas com o jantar e concerto dados em honra do Rei Eduardo VIII, autor desconhecido, 1903.
PT/TT/CR/cx6050, Casa Real, caixa 6050.

Relação do pessoal da Propriedade da Pena gratificado pelo serviço prestado ao Rei Eduardo VII a 3 de abril de 1903, Cândido Lourenço, 1903.
PT/TT/CR/cx6051, Casa Real, caixa 6050.

Recibo relativo à aquisição de gelo à Companhia Frigorífica Portuguesa para a ucharia do Palácio Real das Necessidades, autor desconhecido, abril de 1903.
PT/TT/CR/cx6051, Casa Real, caixa 6051.

Recibo relativo à aquisição de géneros a pronto pagamento para a ucharia real, Augusto Maria de Carvalho, abril de 1903.
PT/TT/CR/cx6051, Casa Real, caixa 6051, n.º 20.

Registo das hortaliças fornecidas durante o mês de abril de 1903 à ucharia do Palácio Real das Necessidades, autor desconhecido, 1903.
PT/TT/CR/cx6054, Casa Real, caixa 6054.

Registo dos géneros fornecidos pela Propriedade da Pena à ucharia do Palácio Real da Pena no mês de julho de 1903, autor desconhecido, julho de 1903.

PT/TT/CR/cx6064, Casa Real, caixa 6064.

Registo das despesas com a recepção ao Rei Eduardo VIII, autor desconhecido, 1903.
PT/TT/CR/cx6065, Casa Real, caixa 6065.

Recibo relativo ao fornecimento de lenha por parte da Propriedade da Pena ao Palácio Real de Sintra, Cândido Lourenço, 1905.
PT/TT/CR/cx6123, Casa Real, caixa 6123, n.º 48.

Registo do pão fornecido à ucharia do Palácio Real da Pena em agosto de 1904, autor desconhecido, 1904.
PT/TT/CR/cx6129, Casa Real, caixa 6129.

[Fig. 26] *Registo da receita da Propriedade da Pena desde 1 de novembro de 1839 até 22 de dezembro de 1849, Rodrigo José Simões, c. 1849.*
PT/TT/CR/cx6202, Casa Real, caixa 6202.

Recibo relativo à aquisição de artigos de papelaria e de escritório a Estevão Nunes & F.ª para a ucharia do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1 de setembro de 1905.
PT/TT/CR/cx6203, Casa Real, caixa 6203.

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

Documento relativo à aprovação do orçamento datado de 24 de dezembro de 1894 relativo aos reparos a executar no Palácio Real da Pena, Pedro Folque, 1895.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Segundo orçamento e memória justificativa dos diversos trabalhos a realizar no Palácio Real da Pena, entre os quais reparos nas coberturas, António César Junior, 1892.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Proposta da Empresa Industrial Portuguesa para a construção da armação metálica da chaminé do fogão do quarto de Suas Altezas no Palácio Real da Pena, António César Junior, 1892.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Memória justificativa sobre o orçamento para as obras no telhado, terraços e ante-sala de bilhar, terraço da sala do café e terraço das cozinhas do Palácio Real da Pena, Manuel (?), 1892.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Determinação do Rei D. Carlos para proceder a diversas reparações nas coberturas e outros trabalhos no Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1893.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Memória justificativa sobre a obra de reparações no Palácio Real da Pena, António César Junior, 1893.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Ordem para procedimento à obra de reparação no Palácio Real da Pena, J. C. da Costa, 1893.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Documento relativo à aprovação de orçamento dos reparos a executar no Palácio Real da Pena, Pedro Folque, 1894.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Memória justificativa sobre novos reparos a executar no Palácio Real da Pena, Augusto Carlos, 1894.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Documento relativo ao orçamento complementar para trabalhos adicionais na instalação da ucharia do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1894.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Memória justificativa sobre o orçamento complementar para trabalhos adicionais na instalação da ucharia do Palácio Real da Pena, Augusto Carlos, 1894.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Determinação do Rei D. Carlos para proceder aos trabalhos de instalação de uma ucharia no Palácio Real da Pena, Carlos (?), 1894.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Documento relativo ao orçamento por estimativa relativo à obra de instalação da ucharia no Palácio Real da Pena, José Correia, 1894.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

[Fig. 33] *Orçamento para trabalhos diversos no Palácio Real da Pena, entre eles a obra de instalação da ucharia, António César Junior, 1894.*
PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Exposição relativa ao abastecimento de águas no Palácio Real da Pena, Augusto Carlos, 1895.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/480, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 480.

Processo sobre a reparação do estuque da sala grande do Palácio Real da Pena e da abóbada do claustro, autores diversos, 1895.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/506, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 506.

Documento relativo à contratação particular de Frederico Augusto Ribeiro para a construção (mão de obra e materiais) e assentamento de dois vãos de caixilhos nas obras do Palácio Real da Pena, Artur Ferreira Rodrigues, 1891.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1075, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 1075.

Condições para o fornecimento de tijolos rebatidos para as obras no Palácio Real da Pena, Raphael Castro, 1891.
PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1075, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 1075.

Proposta do empreiteiro Domingos Afonso de Oliveira para o trabalho de pintura de quarenta vãos de caixilhos de ferro no Palácio Real da Pena, Rosendo Carvalheiro, 1892.
PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1075, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 1075.

Proposta do empreiteiro Domingos Afonso de Oliveira para o trabalho de pintura de quinze vãos de caixilhos novos do Palácio Real da Pena, Rosendo Carvalheiro, 1892.
PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1075, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 1075.

I.O.D.F.II

Inventário Orfanológico de D. Fernando II, Relação dos bens de raiz que o Rei D. Fernando possuía em Sintra à data da sua morte, em 15 de Dezembro de 1885, autor desconhecido, 1886.

Tribunal da Boa Hora, 6.ª Vara, 4.ª Secção, Proc. n.º 815, 169, PT/ADLSB/JUD/TCLSB/B-X/001/00001-10.

Inventário Orfanológico de D. Fernando II, Inventário de Sua Majestade El-rei o Senhor Dom Fernando, Móveis Existentes no Palácio Real da Pena em Cintra, autor desconhecido, 1886.
Tribunal da Boa Hora, 6.ª Vara, 4.ª Secção, Proc. n.º 815, 169, PT/ADLSB/JUD/TCLSB/B-X/001/00001-10.

Biblioteca da Ajuda (BA)

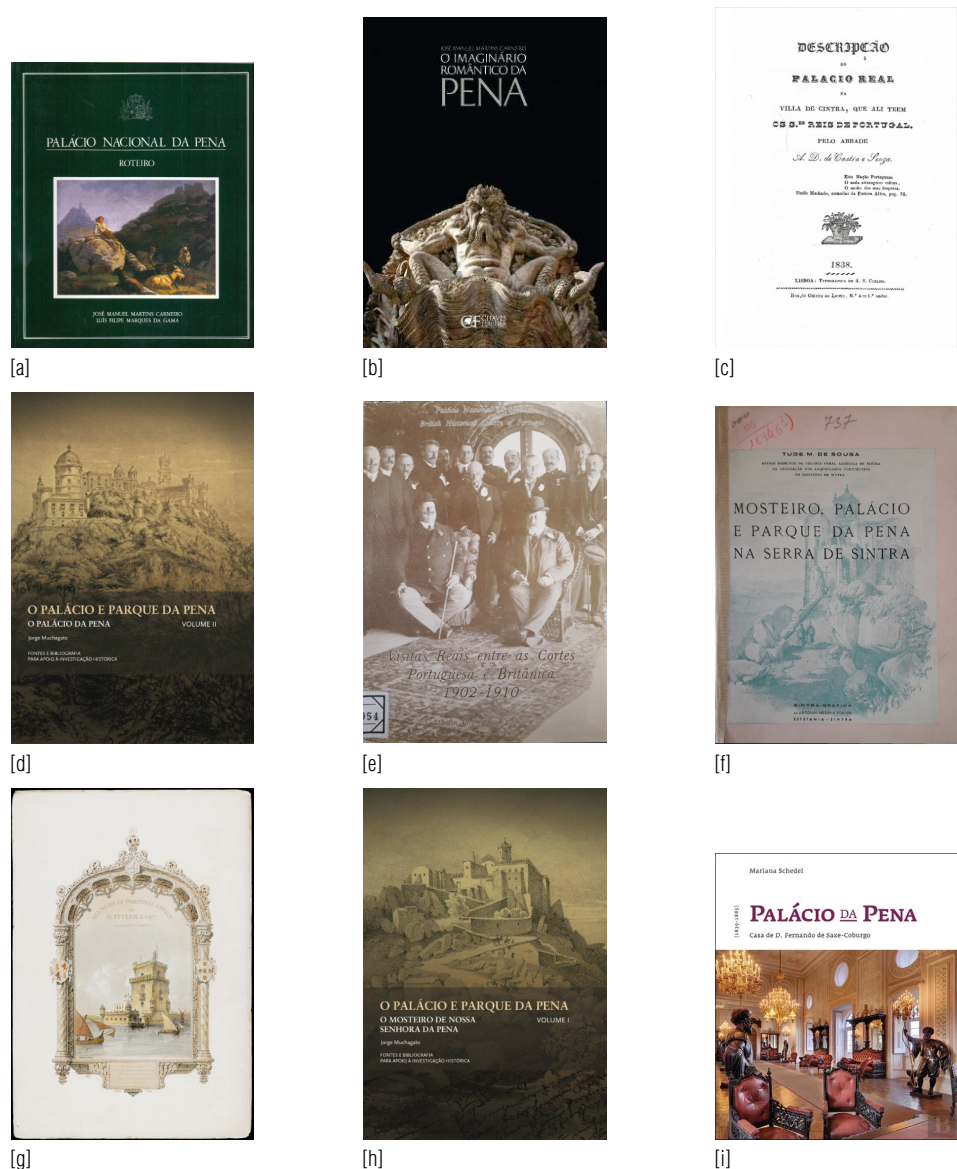
Apontamentos diários no ano de 1903, autor desconhecido, 1903.
APNA 4.2.2 doc. 5a e 5b.

Espólio Documental do Palácio Nacional da Pena (EDPNP)

Inventário dos objectos existentes no Palácio Real da Pena, autor desconhecido, 1860.
Cota desconhecida.

Inventário dos móveis e mais objetos existentes nas Propriedades da Pena, autor desconhecido, 1897.
Cota desconhecida

Novo Inventário em 1907, autor desconhecido, 1907.
Cota desconhecida



[Fig. 16] Capas das principais obras consultadas relativas ao Palácio Real da Pena: a – Carneiro, J. e Gama, F. (1987). *Palácio Nacional da Pena: Roteiro*. Elo. BN, B.A. 10180 V.; b – Carneiro, J. (2010). *O Imaginário Romântico da Pena*. Chaves Ferreira Publicações. BN, B.A. 32901 V.; c – Castro, A. (2005). *Memória Histórica sobre a origem da fundação do Real Mosteiro de N.ª S.ª da Pena. Reimpressão anastática da edição original Descrição do Palácio Real na Vila de Sintra, que ali têm os senhores de Portugal (...)*. Câmara Municipal de Sintra. BN, B.A. 27630 V.; d – Muchagato, J. (2011). *O Palácio e Parque da Pena: O Palácio Real da Pena, Vol. II. Parques de Sintra - Monte da Lua*. BN, B. 13430 V.; e – Palácio Nacional da Ajuda. (1985). *Visitas Reais entre as Cortes Portuguesa e Britânica, 1902-1910*. Palácio Nacional da Ajuda; The British Society of Portugal. BN, H.G. 36054 V.; f – Sousa, T. (1951). *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*. S.I.. BN, H.G. 18446//7 V.; g – Vivian, G. (1839). *Scenery of Portugal & Spain*. P. and. D. Colnaghi and Co., S. I.. BND, E.A. 117 A.; h – Muchagato, J. (2011). *O Palácio e Parque da Pena: O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, Vol. I. Parques de Sintra - Monte da Lua*; i – Schedel, M. (2019). *Palácio Real da Pena: Casa de D. Fernando de Saxe-Coburgo, 1839-1885*. Caledoscópio.

1.1 ‘HORS-D’ŒUVRE’

1.1.5 Das publicações

Por entre as obras consultadas deve ressaltar-se com especial carinho aquela de Jorge Muchagato (*O Palácio e Parque da Pena: O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena e O Palácio e Parque da Pena: O Palácio Real da Pena*), na qual o autor – à semelhança do que acontece neste trabalho – procurou elencar e dar a conhecer a constelação documental existente sobre estes construídos, auxiliando-se de úteis transcrições de manuscritos e de outras obras impressas.

OBRAS IMPRESSAS E DIGITAIS

Biblioteca Nacional (BN)

Ataide, M. (1962). *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa. Volume II*. Junta Distrital de Lisboa. LX MON.

Brito, M. (1998). *A Metalinguagem das Formas Manifestada no Palácio Real da Pena*. S. I.. B.A. 17605 V..

[Fig. 16 a] Carneiro, J. e Gama, L. (1987). *Palácio Nacional da Pena: Roteiro*. Elo. B.A. 10180 V..

Carneiro, J.; Dias, F. e Lourenço, A. (1991). *Pena Palácio Nacional*. Elo. BN B.A. 11689 V..

[Fig. 16 b] Carneiro, J. M. (2010). *O Imaginário Romântico da Pena*. Chaves Ferreira Publicações. B.A. 32901 V..

Carvalho, M.; Lino, R. (Dir.) et al. (1973). *O Castelo da Pena*. Secretaria de Estado da Informação e Turismo. B.A. 1325 A.

[Fig. 16 c] Castro, A. (2005). *Memória Histórica sobre a origem da fundação do Real Mosteiro de N.ª S.ª da Pena. Reimpressão anastática da edição original Descrição do Palácio Real na Vila de Sintra, que ali têm os senhores de Portugal (...)*. Câmara Municipal de Sintra. B.A. 27630 V..

Muchagato, J. (2011). *O Palácio e Parque da Pena: O Palácio Real da Pena, Vol. II. Parques de Sintra - Monte da Lua*. B. 13430 V.. [Fig. 16 d]

Palácio Nacional da Ajuda. (1985). *Visitas Reais entre as Cortes Portuguesa e Britânica, 1902-1910*. Palácio Nacional da Ajuda; The British Society of Portugal. H.G. 36054 V.. [Fig. 16 e]

Silva, C. (1942). *O Palácio Real da Pena: Breve Notícia Histórica-Artística*. João Roberto Rosado. B.A. 2294//8 P..

Sousa, T. (1951). *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*. S.I.. H.G. 18446//7 V.. [Fig. 16 f]

Biblioteca Nacional Digital (BND)

Castro, A. (1841). *Memória Histórica sobre a origem da Fundação do Real Mosteiro de N. S. da Pena (...)*. Typographia de A. J. C. da Cruz. F.R. 816.

Vivian, G. (1839). *Scenery of Portugal & Spain*. P. and. D. Colnaghi and Co., S. I.. E.A. 117 A. [Fig. 16 g]

Coleção Pessoal (CP)

Gomes, M. (1960). *Monografia do Parque da Pena*. Edição da Livraria e Papelaria "A Camélia" de Júlio Pinto Tavares.

[Fig. 16 h] Muchagato, J. (2011). *O Palácio e Parque da Pena: O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena*, Vol. I. I. Parques de Sintra - Monte da Lua.

[Fig. 16 i] Schedel, M. (2019). *Palácio Real da Pena: Casa de D. Fernando de Saxe-Coburgo, 1839-1885*. Caleidoscópio.

Registos Digitais de Fontes Diversas

Monteiro, S. (2018). *À Mesa Real no Palácio Nacional da Pena e no Chalet da Condessa d'Edla*. [Unpublished master's thesis]. Universidade de Lisboa.

Schedel, M. (2016). *Palácio Real da Pena, 1839-1885 - Casa de D. Fernando de Saxe-Coburgo. Morada e Museu*. [Doctoral dissertation]. Universidade Nova de Lisboa.

Santos, J. e Neto, M. (2020). Fernando II of Portugal and his Royal Castellated Palace of Pena (Sintra): Between the Construction of Neo-Medieval Revivalist Castles and the Beginning of the Debate on the National Architectural Style in Portugal. *E-Journal of Portuguese History*, 2(18), 43-81.

Xavier, H. e Pereira, A. (Dir. ed.). (2022). *"Propriedade Minha": ourivesaria, marfins e esmaltes da coleção de D. Fernando II*. Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A..

PERIÓDICOS

Biblioteca Nacional Digital (BND)

Campos, A. (Red. principal). *Diário Ilustrado*, 10808, 4 de abril de 1903. Impr. de Souza Neves.

Campos, A. (Red. principal). *Diário Ilustrado*, 10809, 5 de abril de 1903. Impr. de Souza Neves.

Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML)

Caetano, A. (Dir. publ.); Macedo, M. (Dir. publ.) e Azevedo, G. (Dir. publ.). *O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, 873, 30 de março de 1903. Empreza do Occidente.

Caetano, A. (Dir. publ.); Macedo, M. (Dir. publ.) e Azevedo, G. (Dir. publ.). *O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, 874, 10 de abril de 1903. Empreza do Occidente.

Caetano, A. (Dir. publ.); Macedo, M. (Dir. publ.) e Azevedo, G. (Dir. publ.). *O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, 875, 20 de abril de 1903. Empreza do Occidente.

Pinheiro, R. e Pinheiro, M. *A Paródia*, 12, 2 de abril de 1903. Cândido Chaves.

Pinheiro, R. e Pinheiro, M. *A Paródia*, 13, 8 de abril de 1903. Cândido Chaves.

Pinheiro, R. e Pinheiro, M. *A Paródia*, 14, 16 de abril de 1903. Cândido Chaves.

British Newspaper Archive (BNA)

The New York Herald (European Edition), 25.051, 25 de

março de 1905. S. I..

The Eastern Daily Press, (?)06, 3 de abril de 1903. S.I..

Deane, E. (Ed.). *The Queen, The Lady's Newspaper*, CXXIII(2937), 11 de abril de 1903. S. I..

Ingram, B. (Ed.). *The Illustrated London News*, CXXII(3338), 11 de abril de 1903. Illustrated London News Group.

McNeil, R. (Ed.). *St. James Gazette*, vol. XLVL, 7080, 3 de abril de 1903. S.I..

Spender, J. A. (Ed.). *The Westminster Gazette*, XXI(3130), 3 de abril de 1903. S.I..

Spender, J. A. (Ed.). *The Westminster Gazette*, XXI(3130), 11 de abril de 1903. S.I.. [Fig. 17]

Legenda dos espaços da rede alimentar

● Espaços de abastecimento

- Horta
- Jardim
- Tapada
- Curral / Gatinheiro

● Espaços de confeção

- Cozinha principal
- Cozinha secundária
- Cozinha de aposento
- Cozinha de pessoal afeto ao paço

● Espaços de apoio

- Ucharia
- Mantearia
- Arrecadação (afeta à refeição)
- Terraço / Pátio (afeto à refeição)

● Espaços de consumo

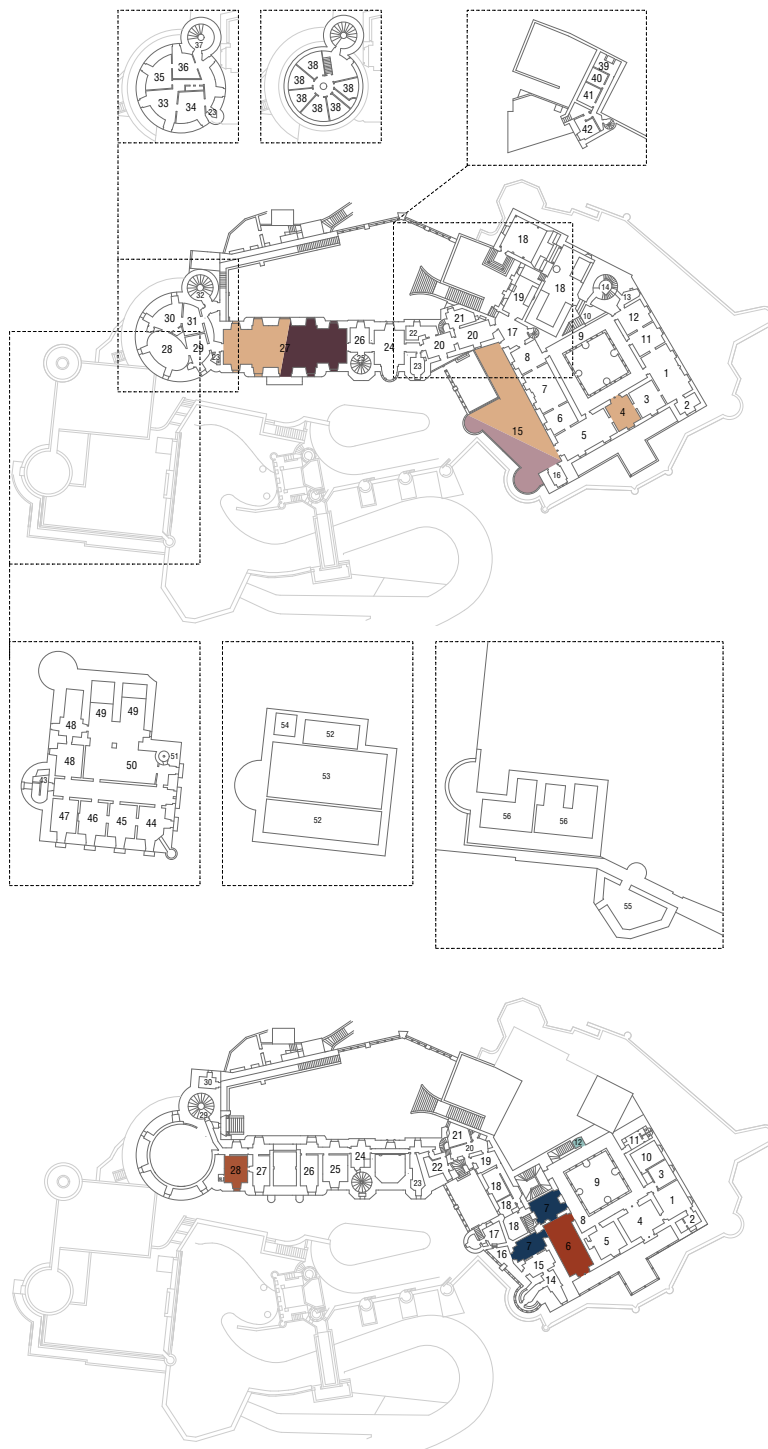
- Sala de refeições principal
- Sala de refeições secundária
- Sala de banquetes
- Sala / área utilizada para refeições
- Sala de refeições de pessoal afeto ao paço

● Espaços de serviço

- Copa ou sala equiparada
- Casa de lavagem
- Sala de música

● Espaços de digestão

- Sala de bilhar
- Sala de café
- Sala / área utilizada para concertos
- Sala / área utilizada para bailes
- Terraço / Pátio
- Jardim

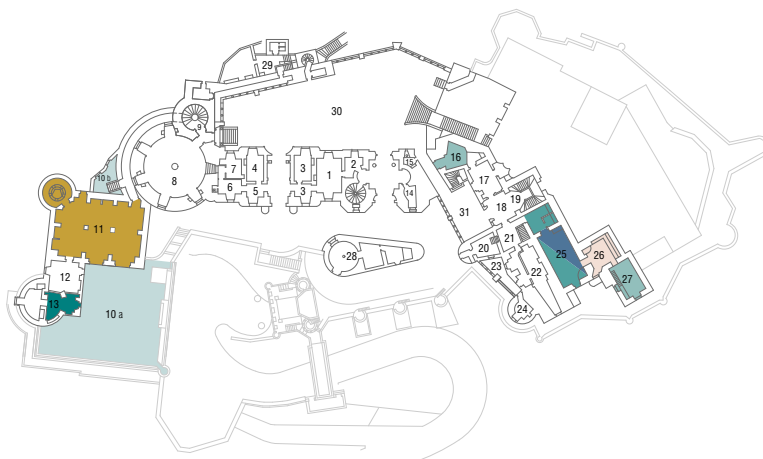


1.2 O PALÁCIO REAL DA PENA EM 1903

IDENTIFICAÇÃO GERAL DOS ESPAÇOS

Notas sobre as plantas:

1. Plantas à escala 1/1250, desenhadas tendo por base o levantamento da autoria de J. A. d'Abreu Vical (1901), patente no ANTT.
2. As legendas numéricas apresentadas não constituem uma cópia integral daquelas anotadas nos desenhos originais de J. A. d'Abreu Vical, mas sim uma apropriação trabalhada pela autora.
3. Na legenda da rede alimentar são, por vezes, salientadas somente cores (exemplo do tom ilustrativo do espaço de abastecimento "Horta"). Tal acontece para dar nota da existência de tais espaços da rede alimentar, ainda que os mesmos se localizem fora da área abrangida pelo desenho.



[Planta 3] Piso nobre e outros menores

1. Quarto da Rainha D. Amélia
2. Lavatório e casa de banho da Rainha D. Amélia
3. *Toilette* da Rainha D. Amélia
4. Sala do chá
5. Gabinete
6. Gabinete pequeno
7. Sala de espera
8. Sala do reposteiro
9. Galeria superior do claustro
10. Escada para os aposentos do Rei D. Carlos
11. Quarto da dama
12. Quarto do vedor
13. Casa de banho do vedor
14. W. C. e escada para os terraços do claustro
15. Terraço da Rainha
16. Gabinete árabe
17. Casa da entrada
18. Capela
19. Sacristia
20. Sala de passagem
21. Quarto do particular da Rainha D. Amélia
22. Quarto do reposteiro
23. W. C.
24. Sala do serviço
25. Escada das Cabaças
26. Sala da entrada
27. Sala de bilhar
28. Quarto do Príncipe D. Manuel

[Planta 2] Segundo piso

1. Quarto do Rei D. Carlos
2. *Toilette* do Rei D. Carlos
3. Casa de banho do Rei D. Carlos
4. Gabinete do Rei D. Carlos
5. Quarto do camarista
6. Sala de jantar
7. Copa
8. Galeria do Claustro
9. Claustro
10. Quarto do particular do Rei D. Carlos
11. W. C.
12. Casa da prata
13. Escada principal do palácio

[Planta 1] Piso térreo

1. Gabinete do inspetor dos palácios
2. Casa de entrada
3. Quarto do médico
4. Quarto do particular do Príncipe Real D. Luís Filipe
5. Passagem
6. Quarto do capelão
7. Quarto do chefe da cozinha
8. Sala dos Veados
9. Escada do Torreão
- 10 a e 10 b. Pátio
11. Cozinha
12. Quartos dos cozinheiros
13. Ucharia

29. *Toilette*
30. Dama ao serviço do Príncipe
31. Passagem
32. Escada do Torreão

Quarto piso do torreão

33. Quarto do Príncipe Real D. Luís Filipe
34. Gabinete de estudo
35. Quarto do percetor
36. Gabinete
37. Escada do Torreão

Quinto piso do torreão

38. Quartos de criadas e arrecadações

Piso dos quartos por cima da sacristia

39. Arrecadação por cima da sacristia (possível antiga cozinha)
40. Quarto do moço do quarto da Rainha D. Amélia
41. Quarto do moço do quarto do Rei D. Carlos
42. Quarto do chefe da mesa

Piso dos quartos do pessoal menor

43. Escada para os quartos do pavimento superior
44. Quarto dos moços da sala e da prata
45. Quarto dos criados do pessoal superior
46. Quarto dos moços das caixas
57. Quarto do pessoal de diversos serviços
58. Quarto do pessoal das cavalações

59. Carvoeiras
50. Palheiro
51. Escada para o terraço das cozinhas

Piso da cocheira e cavalação

52. Cavalação
53. Cocheira
54. Casa das rações

Piso da cavalação e abegoaria

55. Abegoaria
56. Cavalação

27. Quarto do aio do Príncipe Real D. Luís Filipe
28. Casa de jantar dos Príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel
29. Escada do Torreão
30. Quarto do sacristão

27. Arrecadação
28. Estação telegráfica e dependências
29. Pátio dos Cães
30. Pátio dos Arcos
31. Pátio da Cisterna



[Fig. 18] Página da revista *A Paródia*, aludindo de forma satírica à visita de Eduardo VII a Portugal através de uma analogia entre aspectos sociopolíticos da sociedade portuguesa e obras do dramaturgo inglês William Shakespeare (1564-1616), com ilustrações de Raphael Bordallo Pinheiro (1846-1905). Pinheiro, R. e Pinheiro, M. *A Paródia*, 12, 12 de abril de 1903. Cândido Chaves. © HML.

[Fig. 19] Visita de Eduardo VII a Portugal: ornamentação de rua em Lisboa, autor desconhecido, 1903. © AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ACU/000311.

1.3 EDUARDO VII EM PORTUGAL

Uma longa história de alianças

“(…) A aliança e as relações de amizade entre os dois países não são de hoje, datam de séculos, mas nunca como hoje elas foram mais estreitas nem mais cordiais.”¹

A crise instaurada pelo Ultimato de 1890 incutiu no território português um profundo sentimento de ódio face a Inglaterra que, inevitavelmente, abalou a estreita relação de aliança que se havia construído ainda no século XIV. Em 1373, durante os reinados de Eduardo III (1312-1377) de Inglaterra e D. Fernando I (1345-1383) de Portugal foi assinado, na Catedral de Londres, o primeiro tratado de amizade entre as duas nações. A colaboração geopolítica entre ambas, porém, remonta ao século XII, e ao pedido de auxílio por parte de D. Afonso Henriques (c. 1110-1185), em 1147, para que cruzados ingleses apoiassem a reconquista de Lisboa aos mouros.²

Em 1890, contudo, os interesses expansionistas da histórica aliada portuguesa suplantaram a aparente promessa de perpétua amizade quando desentendimentos do foro comercial e militar se agudizaram nos territórios ultramarinos do sul africano. Barjona de Freitas (1834-1900), Ministro Plenipotenciário no governo de Serpa Pimentel (1825-1900), viu ser-lhe atribuído o porventura ingrato³ encargo de, em Londres, negociar um novo acordo com a Inglaterra, capaz de sanar algumas das sequelas do ‘ultimatum’ inglês. Este tratado, redigido sob o pressuposto que “*Não renunciando a Inglaterra à ocupação da zona em litígio, havia que obter o reconhecimento dos nossos direitos sobre os territórios africanos onde a presença portuguesa era um facto*”, viria a ser assinado a 20 de agosto de 1890, tendo sido duramente atacado pela opinião pública portuguesa, e recebido de forma igualmente acesa na sessão da Câmara de 15 de setembro. O repúdio português de tal acordo surgiria daí a pouco, tendo a Inglaterra concordado com a anulação do tratado. Para Londres seguiu Luís Pinto de Soveral (1851-1922), Ministro de Portugal na corte britânica, com o objetivo de retomar as negociações.

A 28 de maio de 1891 assinava-se o novo tratado anglo-luso que, aparentemente menos insultuoso que o de 20 de agosto do ano anterior, não obteve, ainda assim, calorosa aclamação política. A pedra que se pretendia colocar sobre o assunto com o novo acordo onde se estabelecia a redefinição das fronteiras dos domínios territoriais ultramarinos portugueses perante Inglaterra parecia mais necessária ao apaziguamento nacional que o próprio resultado das negociações. Ainda assim, e regulados definitivamente os campos de influência de Portugal e Inglaterra no continente africano, coube a D. Carlos e ao Príncipe Real D. Luís Filipe, a procura

¹ Palavras proferidas pelo Rei Eduardo VII no discurso de agradecimento durante a sessão solene na Sociedade de Geografia, aquando da sua visita a Lisboa em 1903. Caetano, A. (Dir. publ.); Macedo, M. (Dir. publ.) e Azevedo, G. (Dir. publ.). *O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, 875, 20 de abril de 1903. Empresa do Occidente, p. 83. Grafia atualizada.

² Louro, F. (1985). As Relações Luso-Britânicas 1373-1910. In *Visitas Reais entre as Cortes Portuguesa e Britânica 1902-1910. Royal Visits between the British and the Portuguese Courts 1902-1910*. Palácio Nacional da Ajuda, British Historical Society of Portugal, p. 9.

³ “Principalmente V. Ex.^a e eu seremos vivamente atacados, seja qual for o resultado.” Ofício de 13 de janeiro de 1890 enviado por Barjona de Freitas a Ernesto Hintze-Ribeiro (1849-1907), na altura encarregue da pasta dos Estrangeiros, citado por Serrão, V. (1988). *História de Portugal (1800-1910)*. Verbo, p. 30.

⁴ *Idem*, p. 29.

Moveis Estofados.
Tapetes, Cortinas.
Stores, Pelles, &^a

JOSÉ FERREIRA
ARMADOR E ESTOFADOR

Diferentes Mobílias
Fazendas para Estofos,
Guarnições, Galerias &^a

23, PRAÇA DE LUIZ DE CAMÕES, 24.

Lisboa, 1 de Abril 1903

O M.^{me} Armador do Real Paço d' Ajuda Compro

Conta N.º

Para o Real Paço d' Ajuda

2. Armador, 1.º de Abril, 1903

	Gabinete de Carvalho		
	Uma estumana grande com tres almofa- das setofas toda de merim capotoni e cobrir com setim de seda cammerim igualmece com cordão gross de seda		128.000
	Um chaise-longue idem		80.000
	Dois fauteuils idem a 45.000		90.000
	Tamara com setim de seda e gade- mece com franga de 27 m e pego phanta- sia uma frateleira grande		80.000
	Salinha encarnada de S. A. a Rainha		
	Para um sofá com seda da casa		
	5, 30 de Galois largo e seda em phantasia	2500	18.250
	5, 30 " Requise de seda	200	1.200
	Desmanchar, estofar de novo, arriamento cobrir e guarnecer o dito		18.000
	2 Portas de seda com bujeta	1000	2.000
	Para duas almofadas do dito		
	5, 30 de Cordão de seda	800	1.600
	3 Portas de seda com bujeta	800	5.400
	Tamara com seda e gade mece		2.500
	Para um fauteruil		
	2, 50 de Galois largo e seda phantasia	2500	5.500
	3, 50 " Requise de seda	200	100
	2 Portas de seda com bujeta	1000	2.000
	Desmanchar, estofar de novo, arriamento cobrir e guarnecer em seda e casa		5.000
	Continua		388.150

[Fig. 20] Recibo relativo à aquisição de mobiliário, tecidos e artigos diversos a José Ferreira, armador e estofador para o Palácio Real da Ajuda, autor desconhecido, 1 de abril de 1903. © ANTT, PT/TT/CR/cx6050, Casa Real, caixa 6050.

pela reaproximação anglo-lusa, “*por não haver outra alternativa no xadrez diplomático do tempo.*”⁵ Assim, a vinda a Portugal de Eduardo VII – que visitava o país pela segunda vez após uma outra estadia enquanto Príncipe de Gales em 1876 –, preparada por Luís Pinto de Soveral, constitui-se a primeira visita do monarca inglês ao estrangeiro após a sua coroação em 1901⁶. Sem surpresa – não fosse a estada de Eduardo VII em Lisboa um triunfo diplomático de D. Carlos –, a imprensa da época dedicou diversas páginas ao acontecimento [Fig. 18]. A 30 de março, o cronista João da Câmara (1852-1908) refletia já sobre os preparativos:

“Discutidos hão sido os festejos a celebrar a nova visita, e ainda mais do que eles o itinerário do cortejo. (...)

O último itinerário aprovado é o seguinte: Terreiro do Paço, lado oriental e norte, rua do Oiro, Rossio, rua do Carmo, Chiado, rua do Alecrim, Aterro, Santos, Pampulha e Necessidades.

*Não se pensa noutra coisa. Por toda a província se avelam as malas, se dá a última lavagem de benzina na luvas, se assiste já em imaginação à grandeza do cortejo e à maravilha do fogo de vistas. (...)”*⁷

Como de costume aquando de visitas desta magnitude, a capital vestiu-se a rigor [Fig. 19]. Do programa de festas constaram, para além da sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa, e entre outras atividades, um número de tiro aos pombos na Tapada da Ajuda, a inauguração do Clube Inglês, um récita de gala no Teatro S. Carlos, um almoço na Legação Inglesa, uma revista ao Regimento de Cavalaria 3, uma tourada, um passeio a Sintra e um jantar de gala no Palácio Real da Ajuda onde os preparativos decorreram até ao último minuto [Fig. 20]. Os pormenores da calorosa receção portuguesa, quase década e meia após o golpe que o ultimato feriu no orgulho lusitano, foram igualmente apreçados pela imprensa estrangeira. O *The New York Herald* noticiou:

“Lisboa, Sexta-feira - (...) Foi dado um passeio após o jantar desta noite para assistir às iluminações. Multidões animadas surgiram à volta das carruagens, quase impedindo o progresso.

*A festa prosseguiu mais tarde para a Ópera, onde as ovações da noite passada foram, uma vez mais, manifestadas pela audiência.”*⁸

Num relato paralelo, o *The Westminster Gazette* expõe uma visão dos acontecimentos aparentemente mais centrada na ascendência que a nação inglesa pretendia demonstrar (ainda) exercer em Portugal e sobre o povo português:

“O Rei chegou à capital portuguesa ontem e foi recebido de forma entusiástica pelas enormes multidões, que se juntaram na capital vindas de todas as partes de Portugal. À noite a cidade estava iluminada e as ruas cheias de gente. Bandas tocaram o “God Save the King” em intervalos à noite.

*A Reuters telegrafia esta tarde que os jornais lisboetas dedicam quase todo o seu espaço à visita do Rei Eduardo, e publicam retratos de Sua Majestade e muitas ilustrações relacionadas com a sua chegada.”*⁹

Nesta que foi entendida pelo *Diário de Notícias* como “a prova mais brilhante e evidente das cordialíssimas relações entre as duas coroas e entre os dois países”¹⁰ ter-se-á encerrado – pelo menos de forma mais espalhafatosamente animada (e iluminada) que aquando do acordo retificado de 1891 –, a clivagem do ‘ultimatum’.

⁵ Serrão, V. (1988). *História de Portugal (1800-1910)*. Verbo, p. 29.

⁶ Eduardo VII assumiu o trono inglês entre 1901 e 1910.

⁷ Câmara, J. (1903). *Chronica Occidental*. In A. Caetano (Dir. publ.); M. Macedo (Dir. publ.) e G. Azevedo. (Dir. publ.). *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, 873, 30 de março de 1903. Empresa do Occidente, p. 65. Grafia atualizada.

⁸ *The New York Herald (European Edition)*, 25.051, 25 de março de 1903. S. I., p. 1. Tradução da autora.

⁹ *The Westminster Gazette*, XXI(3124), 3 de abril de 1903. S. I., p. 6. Tradução da autora.

¹⁰ *Diário de Notícias*, 13:424, 39.º ano, 3 de abril de 1903. S. I., p. 61.



[Fig. 21] *Visita de Eduardo VII a Portugal: comitiva anglo-lusa no Terraço da Rainha do Palácio Real da Pena*, autor desconhecido, 3 de abril de 1903. © AML, PT/AMLSB/ORI/000664.

Identificam-se neste grupo – da esquerda para a direita –, e para além de D. Carlos e de Eduardo VII (sentados), D. Fernando de Serpa Pimentel (1855-1929) (1.º), o Infante D. Afonso (3.º), Sir Henry Julian Stonor (1859-1939) (6.º), o Marquês de Alvito (1826-1917) (9.º), o Marquês de Soveral (1851-1922) (11.º), o Coronel António Duval Telles (1852-1906) (13.º), o Conde de Sabugosa (1851-1923) (14.º) e o Príncipe Carl da Dinamarca (1872-1957) (último, à direita).

[Fig. 22] O Terraço da Rainha no Palácio Real da Pena, fotografia da autora, 2022.

1.4 UM ALMOÇO (INFORMAL) NA PENA

Entre senhores

A deslocação de Eduardo VII a Sintra durante a sua visita a Portugal, e o convite por parte de D. Carlos para almoçar no Palácio Real da Pena, propriedade adquirida pelo Estado português em 1889, dão o mote para o estudo da rede alimentar deste palácio. Este almoço – que o *The New York Herald* apelida de *pequeno-almoço* –, tomou lugar a 3 de abril de 1903 e foi sucintamente noticiado a propósito do programa oficial de atividades que, como já vinha sendo costume, incluía uma deslocação à vila de Sintra.

“O ‘lunch’, – como dizemos com a nossa mania de imitar a Inglaterra, – não é senão o lanche francês, a antiga merenda dos nossos antepassados. Ele é complemento ou interlúdio, como se desejar, de uma matiné, de uma festa de jardim, (...).”¹¹

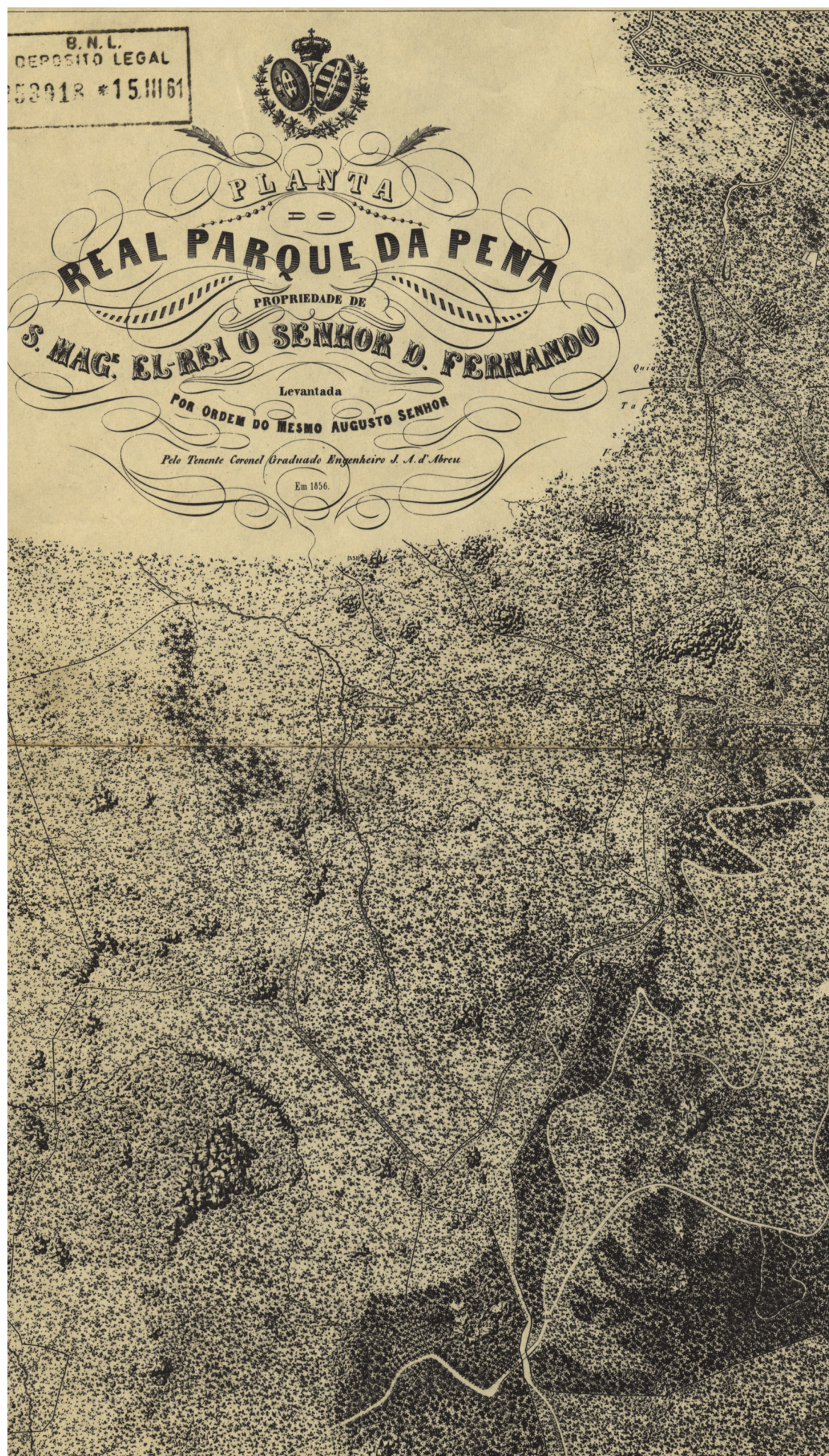
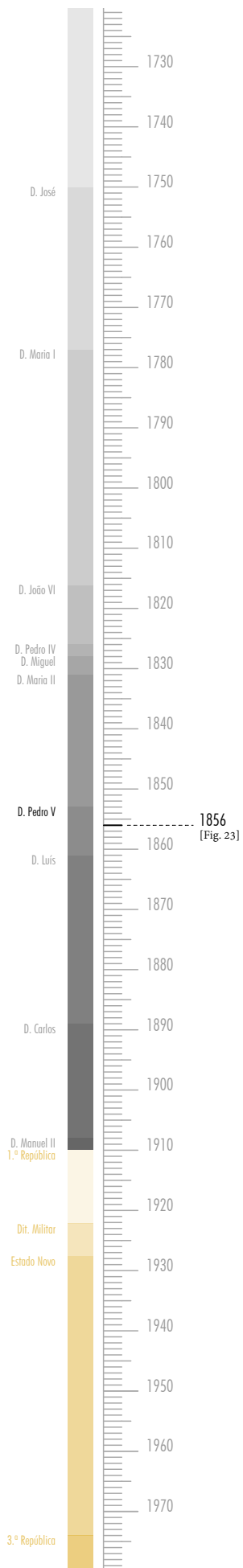
A imagem dos comensais captada no Terraço da Rainha, tudo indica aquando da fruição pós-prandial do ‘lunch’ iniciado à uma da tarde [Fig. 21], mostra um grupo inteiramente masculino no qual se destacam, ao centro, os monarcas. Blanche Staffe (1843-1911), que à época apelava à presença da mulher no momento da refeição, delineia na sua obra *Usages du monde: règles du savoir-vivre dans la société moderne* uma imagem de um ‘lunch’ ideal no qual as damas se sentam a uma longa mesa e os cavalheiros, de pé, se dispõem atrás destas.¹² Tal visão da baronesa parece enfatizar o carácter de exceção desta refeição oferecida por D. Carlos, reconhecendo-se uma vontade distinta de convívio, descontração e intimidade entre amigos.

Apesar de elucidar sobre o número de participantes no almoço real, o registo fotográfico da comitiva levanta questões sobre o espaço no qual este terá sido consumido. Terá o rei e os seus convidados almoçado na sala de jantar do paço, no primeiro piso? Ou ter-se-á dado o caso da refeição ter sido alocada para o Terraço da Rainha [Fig. 22], no segundo piso? A imagem captada não é conclusiva, tal como não o são outros registos consultados, onde a referência omnipresente parece ser a um almoço na Pena.¹³ Assim, e havendo a necessidade de abordar esta refeição do ponto de vista espacial, optou-se por situá-la naquela que era a sala de jantar do paço de acordo com o levantamento de 1901, pelas razões que se enumeram: 1. a referência a uma sala de jantar, não dedicada a Suas Altezas ou aos criados surge uma única vez neste levantamento [Planta 1, Planta 2 e Planta 3] 2. a menção recorrente a um almoço na Pena não denota excecionalidade do espaço de consumo; 3. as condições meteorológicas do mês de abril poderão não ter sido favoráveis à realização de um almoço ao ar livre [Fig. 25].

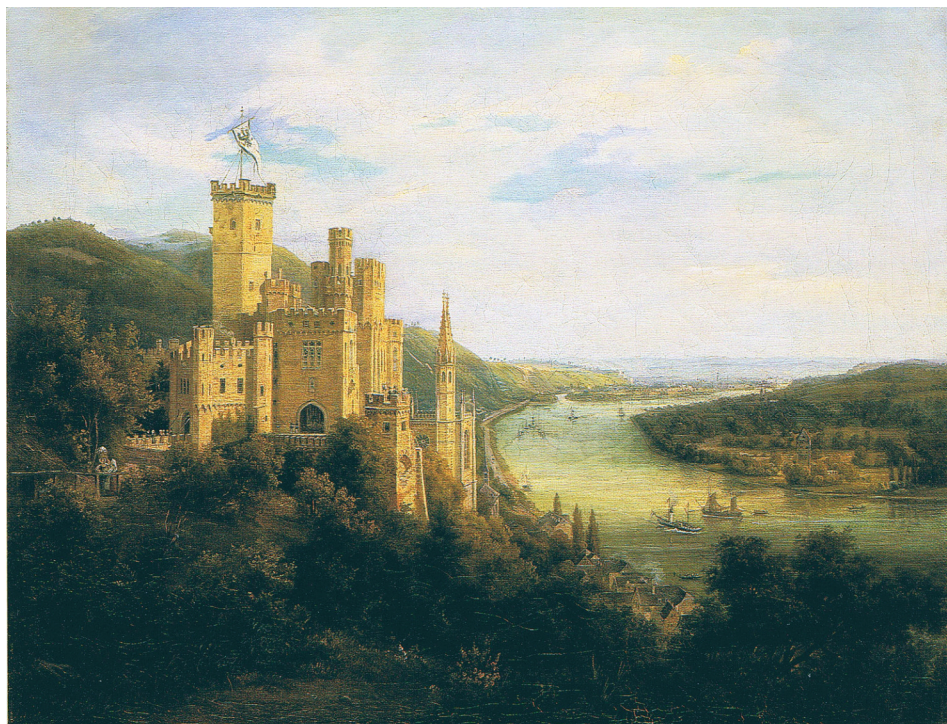
¹¹ Staffe, B. (1891). *Usages du monde: règles du savoir-vivre dans la société moderne*. Victor-Havard Éditeur, p. 182. Tradução da autora.

¹² *Idem*, p. 183.

¹³ A tom de exemplo, no caderno de apontamentos para os primeiros meses do ano de 1903 no qual constam os afazeres quotidianos da Rainha D. Maria Pia, assim como detalhes da sua saúde, foi anotado: “6.ª feira 3 d’Abril./ Hoje foi El-Rei d’Inglaterra e o Nosso, e Senhor Infante D. Afonso almoçar á Pena, mas não forão ao Paço [da Vila de Sintra] como estava marcado.” *Apontamentos diários no ano de 1903*, autor desconhecido, 1903. APNA 4.2.2 doc. 5a.



[Fig. 23]

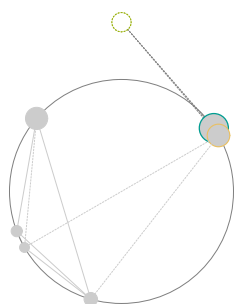


[Fig. 23 – páginas 9-10] *Planta do Parque da Pena*, J. A. d'Abreu Victal (-), 1856. © ANTT, PT/TT/CR/007-009/00271, Casa Real, Plantas, Almoarifado da Pena, n.º 271.

[Fig. 24] *Castelo de Stolzenfels*, Carl Daniel Freydanc (1811-1887), 1847-1848. Óleo sobre tela (283 x 363 mm). © KPM-Archiv, Schloss Charlottenburg, Inv. n.º 213.

[Fig. 25] *Eduardo VII de Inglaterra, D. Carlos de Portugal e o Infante D. Afonso, passando no Parque do Palácio Real da Pena*, Joshua Benoliel, 1903. Imagem patente em Benoliel, J. (1933). *Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa* (1903-1918), Fascículo n.º 1. Bertrand & Irmãos, Lda., p. 24.

Chama-se a atenção para a manta que cobre parcialmente D. Carlos e Eduardo VII, a qual indicia um mês de abril com temperaturas pouco amenas na Serra de Sintra.



¹⁴ *Pedido para as mesas à ucharia do Palácio Real das Necessidades em 3 de abril de 1903*, formulário preenchido por José Vicente Fortunato, abril de 1903. AHFCB, NNG 3917.

¹⁵ Castro, A. (1841). *Memória Histórica sobre a origem da fundação do Real Mosteiro de N. S. da Pena (...)*. Typografia de A. J. C. da Cruz, p. 11.

¹⁶ A esta ermida viriam rezar, durante o reinado de D. João I (1357-1433) – isto é, algures entre 1385 e 1433 –, e a mando do monarca, os priores da Igreja de Santa Maria de Sintra. Carneiro, J. e Gama, L. (1987). *Palácio Nacional da Pena. Roteiro*. Elo, p. 6.

- Espaços de abastecimento
- Espaços de confeção
- Espaços de apoio
- Espaços de consumo
- Espaços de serviço
- Espaços de digestão

1.4 UM ALMOÇO (INFORMAL) NA PENA

1.4.1 Do Parque da Pena e da Vila de Sintra



[3 de abril de 1903, de manhã cedo: no pátio, junto à entrada principal da cozinha que serve quem vem do exterior, um pequeno monte de hortícolas, tubérculos e laranjas¹⁴ já se acumula no chão, organizado em cestos trazidos numa carroça desde a horta implantada a uma cota mais baixa, nos terrenos do parque.]

A génese do Palácio Real da Pena, obra impulsionada por D. Fernando II a partir de 1838, não deverá ser entendida como mera materialização oitocentista do imaginário de um rei artisticamente sensível e sonhador. As raízes sobre as quais cresceu o edifício fernandino remontam a mais recuados tempos e a uma incontornável devoção pela Virgem Maria, cuja lenda afirma ter aparecido num “calvo sêrro, o mais erguido, árido e escabroso”¹⁵ da Serra de Sintra. Neste local viria a ser construída uma pequena ermida¹⁶ que, no ano de 1503 e aquando do reinado de D. Manuel I (1469-1521), começou a ser substituída por uma outra estrutura de maior porte – um mosteiro.¹⁷

As condições meteorológicas do local rapidamente levaram à constatação de que esta obra concretizada em madeira não oferecia a resistência necessária à sua manutenção. Assim, em 1511 iniciou-se a construção de um novo mosteiro, desta vez em alvenaria, que rapidamente foi implantado sobre o anterior.¹⁸ Neste instalou D. Manuel I a Ordem de S. Jerónimo, regra de clausura monástica com raízes eremíticas regida essencialmente por princípios de oração, pobreza e solidão mas que, todavia, procurava manter alguma proximidade ao poder. O grande terramoto de 1755 terá dado profunda ignição ao processo de decadência, a qual caracterizou o complexo monástico a partir do século XVIII. Contudo, o derradeiro abandono do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena viria apenas a acontecer em 1834, ano em que se deu a extinção das ordens religiosas a atuar em Portugal, consequência do liberalismo instaurado após a Guerra Civil Portuguesa (1828-1834). Em 1838 D. Fernando II adquiriu, portanto, um mosteiro arruinado, reminiscência manuelina de uma vivência hieronimita de outrora:

“E, se bem o pensou melhor o fez, adquirindo por compra em arrematação perante a Junta do Crédito Público, no dia 3 de novembro de 1838, o edifício do convento e mais casas ou hospedarias juntas e a cerca (...) ‘com a expressa cláusula de ficar o arrematante obrigado a cuidar da sua boa conservação’ (...).”¹⁹

¹⁷ Para tal, obteve D. Manuel I (1469-1521) uma bula papal de Alexandre VI (1431-1503). Os trabalhos foram penosos, tendo sido feitos rasgos no penhasco e aplanado o seu cume. Castro, A. *Op. Cit.*, p. 12.

¹⁸ Este novo mosteiro teria espaço para albergar “18 monges, que, semelhantes às águias, contemplassem deste logar o divino sol (...)”. Manuscrito datado de 1746 da autoria de Frei Manuel Batista de Castro (-) citado por Sousa, T. (1950). *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*. Gráfica de António Medina Júnior, p. 22.

¹⁹ Sousa, T. *Op. Cit.*, p. 45.

²⁰ (página 14) O Castelo de Stolzenfels, implantado nas margens do Reno, a sul de Coblênça, foi propriedade de Frederico Guilherme IV da Prússia (1795-1861). Na sua génese estão as ruínas de uma fortaleza medieval, mandadas reabilitar pelo monarca prussiano a Karl Friedrich Schinkel (1871-1841). “Vai ser a viagem de Eschwege que trará notícias mais detalhadas sobre os projetos de restauro de Schinkel para esta obra, onde as semelhanças com a Pena são óbvias (...)”. Carneiro, J. M. (2010). *O Imaginário Romântico da Pena*. Chaves Ferreira Publicações, p. 71.

²¹ (página 14) O falecimento, em 1853, da esposa de D. Fernando II, a Rainha D. Maria II, a quem também se destinava a obra da Pena, levou a diversas alterações projetuais. Diversas salas de

<i>Conta detalhadamente classificada, e demonstrativa, da Receita da Real Propriedade da Pena, desde o 1.º de Novembro de 1839, até 22 de Dezembro de 1849.</i>					
<i>Designação</i>		<i>R.º P.º</i>	<i>R.º Ext.º</i>	<i>Pag.º no Cap.º do Abono que se dá ao F.º de 1.º de Janeiro de 1840</i>	<i>Saldo</i>
1839					
De 1.º de Novembro, Venda de Cevada colhida na Pena.		178.555	—	—	
De 6.º de Janeiro, R.º de resto das ditas.		18.555	—	—	
		197.110	—	—	197.110
1840					
De 25 de Fevereiro, Venda de Batatas e de Leite.		58.555	—	—	
De 25 de Maio, R.º de 300 batatas de colheita de 1839.		—	18.555	—	
De 14 de Julho, R.º de uma Vitela.		58.555	—	—	
De 12 de Setembro, R.º de 100 batatas de Batatas a 10.º.		128.555	—	—	
		245.665	18.555	—	358.140
1841					
De 11 de Julho, Venda de uma Vitela.		58.555	—	—	
De 5 de Novembro, R.º de 100 batatas de Batatas a 10.º.		128.555	—	—	
		187.110	—	—	225.650
1842					
De 21 de Maio, Venda de duas Vitelas.		118.555	—	—	
		—	131.895	—	—
		118.555	131.895	—	250.450
1843					
De 8 de Outubro, Venda de Leite.		118.555	131.895	—	250.450
De 3 de Janeiro, R.º das Lenhas compradas p.º f.º de 1.º de Janeiro, e pagamento.		—	128.555	—	—
		118.555	260.450	—	250.450
1844					
De 24 de Janeiro, Venda das Lenhas compradas p.º f.º de 1.º de Janeiro, e de alguns pagantes.		—	318.555	—	—
De 9 de Setembro, R.º de 300 batatas de Batatas a 10.º.		128.555	—	—	—
De 1.º de Outubro, R.º de Leite.		128.555	—	—	—
		128.555	318.555	—	447.110
1845					
De 21 de Janeiro, Venda de Lenhas.		128.555	—	—	—
De 23 de Maio, R.º de 300 batatas de Batatas a 10.º.		—	—	—	—
		128.555	—	—	128.555
De 25 de Maio, R.º de 300 batatas de Batatas a 10.º.		128.555	—	—	—
De 11 de Maio, R.º de 300 batatas de Batatas a 10.º.		128.555	—	—	—
De 13 de Junho, R.º de 300 batatas de Batatas a 10.º.		128.555	—	—	—
De 13 de Junho, R.º de 300 batatas de Batatas a 10.º.		128.555	—	—	—
		128.555	—	—	257.110

[Fig. 26] Página do documento *Registo da receita da Propriedade da Pena desde 1 de novembro de 1839 até 22 de dezembro de 1849*, Rodrigo José Simões (-), c. 1849. © ANTT, Fundo da Casa Real, caixa 6202.

A análise deste manuscrito permite aferir que, para além da produção de limões, o Parque da Pena era profícuo – isto entre 1839 e 1849 – em diversos outros bens, alimentares ou não. Assim, e em dezembro de 1839, é feita menção à venda de “Cevada colhida na Pena” e em fevereiro de 1840 à de batatas e de leite. Ainda neste ano venderam-se duas vitelas, algo que se repetiu no ano seguinte, em 1841. O ano de 1842 parece marcado pela venda de lenhas, tendo-se igualmente comercializado, como vinha sendo costume, vitelas e leite. A venda de limões surge apenas anotada em 1843, acompanhada – sem surpresa – da de leite, lenhas e batatas. Em janeiro de 1844 surge, pela primeira vez, a venda de legumes, aliada à de limões dos pomares, de vitelas e ao pagamento de um abono destinado à aquisição de bois com carros.

Nos anos seguintes e até 1849, manteve-se a tendência de vendas presente nos anos anteriores, com a comercialização de leite, batatas e vitelas. Em 1845 introduziu-se, ao que os registos indicam, a venda de vacas e, em 1846, a de cabras. No ano de 1849, último constante neste registo, comercializou-se uma panóplia mais alargada de itens, destacando-se lenhas, estacas de pinho, vitelas, trigo, cal e pele de vaca. A venda destes bens, que pressupõe a sua produção na propriedade do Parque da Pena, atesta a utilização destes terrenos com finalidade agrícola e pecuária, para além do seu usufruto enquanto espaços de recreio e fruição.

Aquela que poderá ser considerada a primeira fase de obras, e que se estendeu entre os anos de 1838 e 1840, compreendeu principalmente a reformulação das divisões do mosteiro em torno do claustro. Nos anos seguintes empreendeu-se a edificação do novo volume do palácio, cuja autoria se deduz resultante de um diálogo estético [Fig. 24]²⁰ partilhado entre o engenheiro Ludwig von Eschwege (1777-1855) e D. Fernando II. Apesar do completamento desta estrutura em 1858²¹, o complexo palaciano, que incluía agora o núcleo reabilitado do mosteiro e o novo volume longitudinal contíguo, continuaria a ser alvo de alterações até ao falecimento do monarca em 1885, tendo sido concretizadas, ainda, outras reparações de menor índole nos anos seguintes.²²

A implantação do Palácio Real da Pena no coração da Serra de Sintra, e a consequente integração no Parque da Pena [Fig. 25], permitiram ao palácio usufruir de espaços de abastecimento alimentar próprios, ainda que os dados recolhidos sugiram limitações nos bens obtidos internamente.²³ O levantamento desenhado do Parque da Pena elaborado pelo engenheiro J. A. d'Abreu Victal (-) em 1856 revela, através das tramas utilizadas, a existência de castanheiros, vinhas e pomar no território do parque, concentrando-se as áreas afetas a este último nas imediações do palácio [Fig. 23]. Já Oliveira Carvalho (-), no seu *Guia do Parque da Pena*²⁴ – obra da década de 1920 referida pelo botânico e silvicultor Mário de Azevedo Gomes (1885-1965) em *Monografia do Parque da Pena* – refere-se à área do pomar de meados do século XIX como “viveiro”²⁵. Azevedo Gomes, todavia, ao fazer um levantamento botânico²⁶ desta parcela do território do parque em 1960 não parece ter encontrado vestígios das árvores de fruto que ali terão existido quase um século antes.

Não se sabendo com exatidão o que poderia produzir este pomar, isto para além dos limões apontados na *Conta distintamente classificada, e demonstrativa, da Receita da Real Propriedade da Pena desde o 1.º de Novembro de 1839, até 22 de Dezembro de 1849* [Fig. 26], é-se levado a analisar outra documentação manuscrita, como os recibos de pagamento de bens alimentares emitidos pelos diversos fornecedores externos do Palácio Real da Pena. Com sede na Vila de Sintra, a casa de fazendas de lã e algodão, simultaneamente perfumaria e mercearia, de Joaquim de Jesus Thomaz (-) forneceu à *Real Ucharia da Pena*, em setembro de 1902, e a tom de exemplo, diversas dúzias de ovos saloios, presunto de chaves, açúcar, banha, feijão branco, chouriço e arroz de Veneza.²⁷ Outros fornecimentos de comerciantes sediados na Vila de Sintra, com especial incidência no Largo da Rainha D. Amélia, incluem carne proveniente do Talho de Cintra de Augusto Maria da Cunha (-), pão oriundo da padaria de Manoel Constantino Jorge (-) e de mercearias diversas, feitas chegar ao Palácio Real da Pena pela companhia Carvalho & Sobrinho.²⁸ Num outro documento, desta vez uma listagem de quinze páginas referente ao fornecimento de bens alimentares a pronto pagamento por Augusto Maria de Carvalho (-) para as diversas ucharias da Casa Real no mês de abril de 1903, destaca-se a entrega – e para o dia do almoço oferecido a Eduardo VII de Inglaterra – de 4 litros de leite, 50 pães de 100 gramas, 39 pães de 500 gramas e 24 litros de vinho tinto.²⁹

O entendimento do Parque da Pena como espaço de abastecimento não se deverá limitar aos alimentos já que existem outros bens, como a lenha, que também participam de forma ativa no processo de confeção alimentar. Num recibo de 1905 assinado por Cândido Lourenço (-), Almojarife das Reais Propriedades da Pena, dá-se conta do fornecimento de “*Duas carroçadas de lenha*” que parece ter sido recolhida no Parque da Pena e entregue no Palácio Real da Vila de Sintra.³⁰



[Alguns fornecedores da vila, vindos de véspera, acautelaram a entrega das carnes: a vitela já marinava. Amanhecera fresco este dia de abril. A neblina cobria a serra e as vistas e no pátio grande, de onde o olhar alcançava pouco mais do que as entradas da cozinha e da ucharia, um corrupio matinal encetava aquele dia excepcional.]

representação viram a sua formulação ser alterada e o monarca viúvo, abandonado o desejo de habitar o volume do palácio novo, passou a viver no núcleo situado nos espaços reabilitados do antigo mosteiro hieronimita.

²² Esta investigação não pretende, senão somente de forma pontual e no âmbito do estudo dos espaços da rede alimentar do Palácio Real da Pena, debater-se minuciosamente sobre o faseamento construtivo do palácio. Para tal recomenda-se a consulta de obras como *Palácio Real da Pena: Casa de D. Fernando de Saxe-Coburgo, 1839-1885 de Mariana Schedel* (Caleidoscópio, 2019) ou ainda, e no âmbito da documentação manuscrita, o Núcleo de D. Fernando II no AHFCB.

²³ “(...) D. Fernando iniciou, logo em 1839, sementeiras de pinhal e carvalho e em 1840 mandou vir de Londres inúmeras plantas, tendo o barão de Eschwege (...) informado, em 1841, terem sido aí [Parque da Pena] plantadas, logo no início, ‘dez mil árvores esquisitas, mas estéreis, que só por fruto dão sombra’”. Rego, F. (2001). *Tapadas reais e cercas de conventos*. In C. Castel-Branco e S. Oliveira (Trad.), *Necessidades, Jardins e Cerca*. Livros Horizonte, p. 41.

²⁴ Carvalho, O. (c. 1920). *Guia do Parque da Pena*. Edição da Livraria “A Camélia” de Julio Pinto Tavares.

²⁵ Gomes, M. (1960). *Monografia do Parque da Pena*. Edição da Livraria e Papelaria “A Camélia” de Júlio Pinto Tavares, p. 299.

²⁶ Este levantamento integra a obra supramencionada sob a forma de anexo desdobrável.

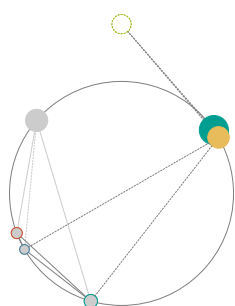
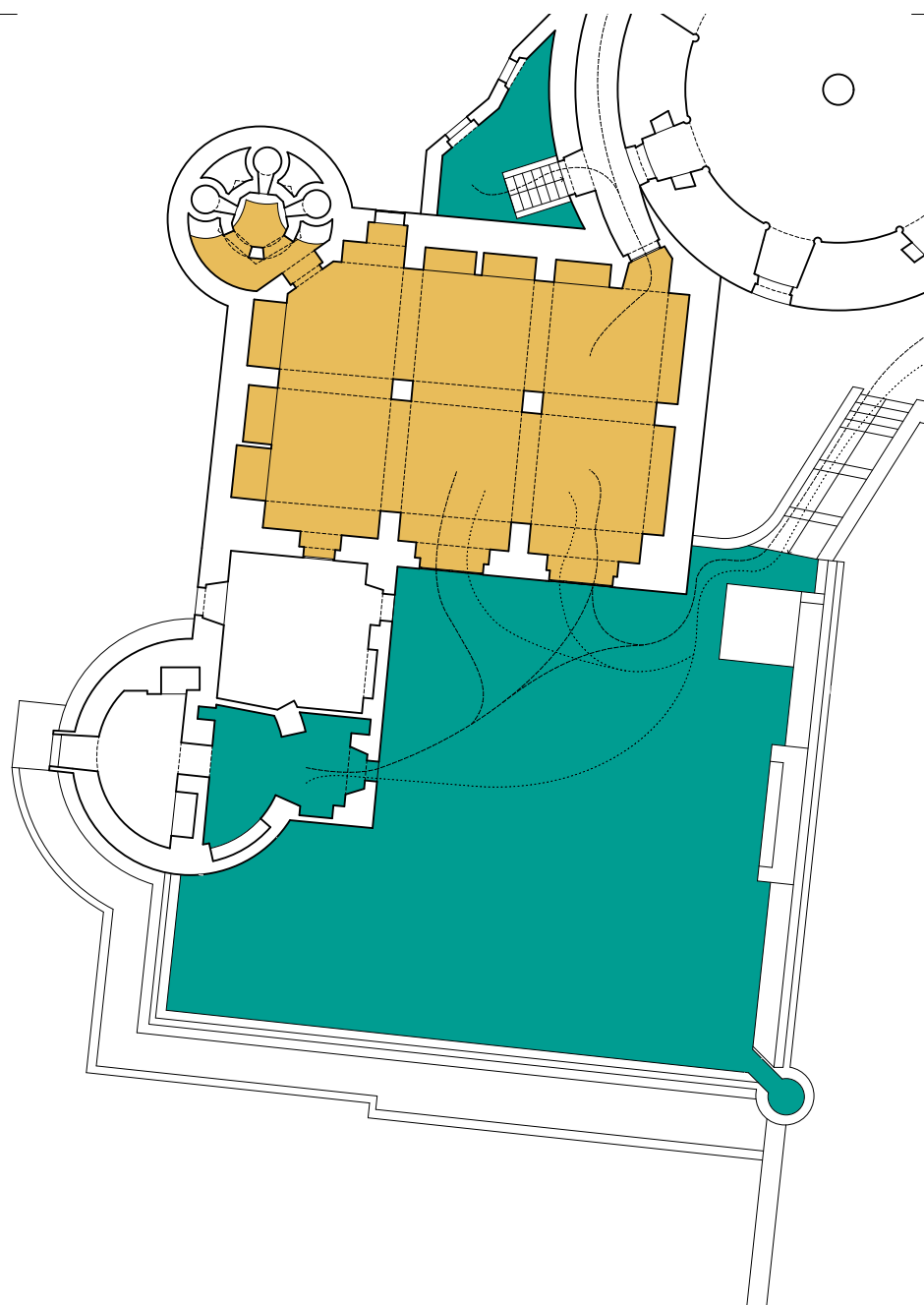
²⁷ *Recibo relativo à aquisição de itens diversos a Joaquim de Jesus Thomaz, fornecedor da Casa Real de fazendas de lã e algodão, gravatas, lenços, camisas, flanelas, caxemiras e todos os mais artigos de modas para a ucharia do Palácio Real Pena*, autor desconhecido, 1 de setembro de 1902. ANTT, PT/TT/CR/cx6049, Casa Real, caixa 6049, n.º 14.

²⁸ ANTT, PT/TT/CR/cx6049, Casa Real, caixa 6049.

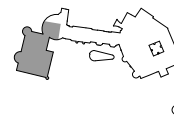
²⁹ *Recibo relativo à aquisição de géneros a pronto pagamento para a ucharia real, Augusto Maria de Carvalho*, abril de 1903. ANTT, PT/TT/CR/cx6051, Casa Real, caixa 6051, n.º 20.

³⁰ *Recibo relativo ao fornecimento de lenha por parte da Propriedade da Pena ao Palácio Real de Sintra*, Cândido Lourenço, 1905. ANTT, PT/TT/CR/cx6123, Casa Real, caixa 6123, n.º 48.

..... Percurso dos fornecedores
 Percurso dos funcionários
 Percurso dos comensais



[Fig. 27] Planta parcial do piso térreo do Palácio Real da Pena: cozinha e pátios (c. 1900), desenho da autora, 2024. Escala 1/250.



1.4 UM ALMOÇO (INFORMAL) NA PENA

1.4.2 Uma cozinha medievalmente moderna



[3 de abril de 1903, pela manhã: na cozinha, a orquestra de pessoas emana sons de azáfama espelhados em movimentos rápidos e bem sincronizados. Se a um canto esfriam, ainda nas formas de cobre, três magníficos ‘savarins’ cozidos horas antes, numa outra mesa desfia-se peixe com particular cuidado, destinado aos pastéis³¹.]

- Espaços de abastecimento
- Espaços de confeção
- Espaços de apoio
- Espaços de consumo
- Espaços de serviço
- Espaços de digestão

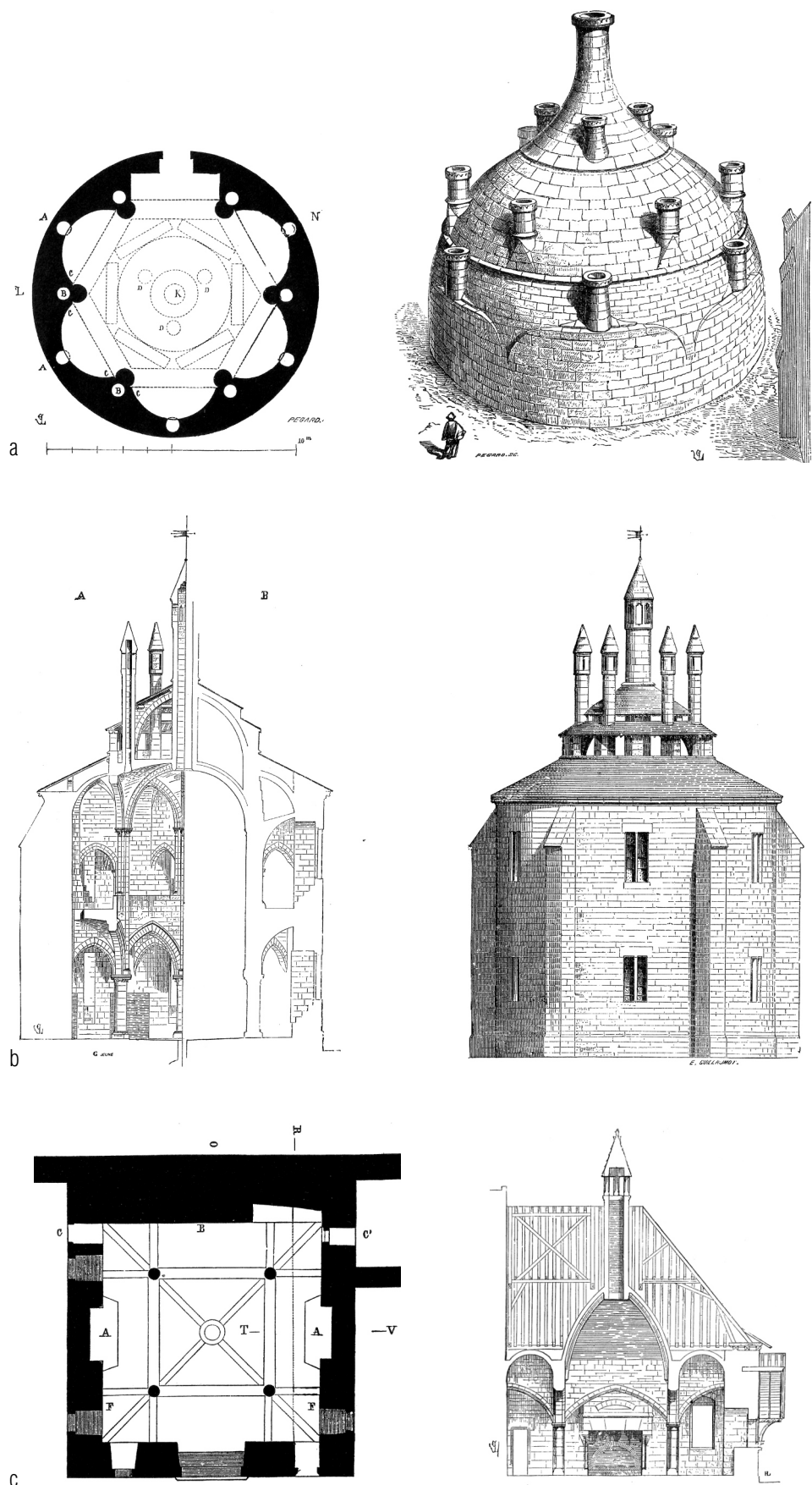
Integralmente construída durante o século XIX, a cozinha do Palácio Real da Pena foi a única – por entre as dos demais paços que integram este estudo –, idealizada contemporaneamente face aos estudos de autores como Robert Kerr e Urbain Dubois que, em campos distintos, se debruçaram sobre o espaço de cocção oitocentista e a sua formulação ideal. Este, preferencialmente compartimentado – isto é, espalhado por diversas salas reservadas a tarefas distintas –, e segmentado – organizando-se o interior de cada uma destas divisões de acordo com as atividades que ali acontecem –, deveria estar ainda apetrechado com todas as novidades e inovações tecnológicas disponíveis à época, idealizadas tanto para facilitar o secular trabalho na cozinha como para permitir a produção de novas criações. Curiosamente, porém, e ainda que nascida no seio da tecnologização das práticas alimentares, a cozinha do Palácio Real da Pena não deixa de apresentar sintomas de um anacronismo medievo, aparentemente concordante com o desejo estético de D. Fernando II para a sua habitação na Serra de Sintra.

Com uma formulação planimétrica semelhante à de cozinhas medievais como a da Abadia de Saint Louis, em Paris³², ou até a do Castelo de Montreuil-Bellay [Fig. 28 c], perto de Tours, o espaço de confeção principal do Palácio Real da Pena conjuga alguma da modernidade oitocentista com um revivalismo formal e utilitário medieval que, ainda assim, não parece comprometer a adequabilidade ao tempo da sua concretização.

Ao referir-se a cozinha tipo da Idade Média, com a qual este exemplo sintense dialoga e na qual os modelos franceses supramencionados se enquadram, há que ter em atenção a clara distinção entre o espaço de confeção medieval religioso e aquele outro civil, especialmente em contexto urbano. Ao passo que cozinhas como as das abadias de Vendôme, de Marmoutier [Fig. 28 a], de Chartres [Fig. 28 b] ou até de Glastonbury [Fig. 30] materializam um pensamento muitíssimo eficaz e avançado no que respeita os ideais de arejamento, salubridade e qualidade

³¹ De acordo com o menu do almoço servido a 3 de abril de 1903 [Fig. 40] (AHFCB, NNG 3728, n.º 182), foram servidos ‘Beignets de filets de poisson, sauce tomate’ e ‘Savarin à l’Anglaise’.

³² “A cozinha da Abadia de Saint Louis é um bom exemplo disto [aplicação dos conhecimentos adquiridos nas cozinhas monásticas às construções civis]. Implantada numa grande sala do Palácio Real da Justiça de Paris, pertence às obras empreendidas entre os séculos XIII e XIV por Filipe, o Formoso. A divisão, de planta quadrada e abobadada entre 9 pilares centrais e 12 adossados, dispõe de 4 grandes chaminés em cada ângulo (...).” Espinet, M. (1984). *El Espacio Culinario. De la taberna romana a la cocina profesional y doméstica del siglo XX*. Tusquets Editores, p. 50. Tradução da autora.



[Fig. 28] a – Planta e perspectiva do volume da cozinha da Abadia de Marmoutier; b – Secção e alçado do volume da cozinha da Abadia de Saint Pierre de Chartres; c – Planta e secção da cozinha do Castelo de Montreuil-Bellay. Gravuras patentes na obra Epinet, M. (1984). *El Espacio Culinario. De la taberna romana a la cocina profesional y doméstica del siglo XX*. Tusquets Editores, pp. 34-52.

espacial para o trabalhador – impondo-se como volumes anexos ao complexo religioso, isoladamente implantados e possuidores de diversas chaminés a diferentes cotas –, o mesmo não se poderá dizer de algumas outras cozinhas suas contemporâneas, implantadas em edifícios de habitação urbanos, e relegadas para caves mal ventiladas ou sótãos desprovidos de desenfumagem ou até de iluminação. Esta dicotomia espacial entre as esferas da confeção alimentar religiosa e civil deverá ser justificada, pelo menos em parte, pela ocupação social da cozinha. Se no edifício religioso medieval a cozinha era um espaço aberto aos monges, os mesmos que habitavam o complexo e, por conseguinte, para si promoviam condições condignas, no edifício de habitação civil existia uma clara demarcação de classe entre aquele que habitava e aquele que servia ou, mais propriamente, cozinhas.



[O grosso molho de tomate, que vem cozinhando no fogão faz uma hora, liberta um aroma agridoce pela cozinha. Ali perto, o que era peixe desfiado é agora uma pasta espessa que, habilmente e com o auxílio de colheres, é moldada em pequenos bolinhos que ficam a aguardar fritura numa grande travessa.³³]

O século XIV anunciou o final da Idade Média e, com este, um pensamento renovado sobre o espaço de confeção na arquitetura civil de castelos, palácios e casas senhoriais, sendo neste período de alguma bonança arquitetónica que se enquadra o exemplo anteriormente mencionado da cozinha do Castelo de Montreuil-Bellay [Fig. 28 c]. Este complexo, implantado sobre as fundações de um ‘oppidum’ romano³⁴, possui uma cozinha de forma quadrangular com cerca de oitenta e cinco metros quadrados. Esta, ainda que não constituindo um volume totalmente separado do restante edificado, encontra-se adossada à muralha do castelo numa posição aparentemente limítrofe, possuindo dois espaços laterais simetricamente dispostos em paredes opostas para fogo aberto, e uma chaminé central. Reconhece-se neste exemplo mais tardio um pensamento em tudo semelhante àquele delineador das cozinhas religiosas medievais entretanto mencionadas.

O Renascimento, por sua vez, haveria de dar à luz alguns dos mais influentes trabalhos no que à boa e eficaz delineação e organização do espaço de confeção diz respeito. Na obra publicada em 1570, *Opere dell'arte del cucinare*³⁵, o notável cozinheiro Bartolomeu Scappi descreve com meticuloso cuidado e rigor aquela que considerava ser a cozinha ideal da renascença. Esta, para além de segmentada, apresenta-se também como uma estrutura compartimentada, tal como viria a ser defendido por Urbain Dubois, também ele chefe de cozinha, séculos mais tarde. Por outras palavras, e como já explicitado, para além de ser proposta a existência de áreas, dentro de um mesmo compartimento, afetas a tarefas específicas e distintas, é sugerido, ainda, um encadear de compartimentos que, no seu conjunto, compõem a cozinha. Por sua vez, no seu *Le Premier Tome de l'Architecture*³⁶ – obra de 1567 contemporânea à de Scappi –, o arquiteto Philibert de l'Orme apresenta um discurso deveras mais sintético na caracterização daquela que entende ser a cozinha ideal renascentista. Estranhamente, ou não, é a informação prestada pelo cozinheiro aquela mais completa e exaustiva, refugiando-se o arquiteto em questões de dimensionamentos e disposições mais superficiais. Ainda assim, e apesar de sumariamente introduzida, a cozinha ideal apresentada por Philibert de l'Orme mostra convincentes indícios tanto de segmentação como de compartimentação no seu desenho planimétrico, onde se identifica o encadeamento de três compartimentos distintos. O apogeu do estudo da cozinha ideal terá surgido, todavia, somente cerca de três séculos mais tarde, quando em 1872 Urbain Dubois publicava, em Paris, a obra *Cuisine Artistique. Études de l'École*

³³ De acordo com o menu do almoço servido a 3 de abril de 1903 [Fig. 40] (AHFCB, NNG 3728, n.º 182), foram servidos ‘Beignets de filets de poisson sauce tomate’.

³⁴ ‘Oppidum’, em latim, ou ópio, era a nomenclatura atribuída às povoações fortificadas implantadas nos territórios sob a alçada do Império Romano.

³⁵ Scappi, B. (1570). *Opera di M. Bartolomeu Scappi, cuoco secreto di Papa Pio V. Divisa in Sei Libri*. Michele Tramezzino.

³⁶ De l'Orme, P. (1568). *Premier Tome de la Architecture de Philibert de l'Orme conseiller et aumosnier ordinaire du Roy, & Abbé de S. Serge les Angiers*. Frederic Morel.



[Fig. 29] Página da obra *Tacuinum sanitatis* (detalhe), Ibn Butlân (?-1066), século XI. Manuscrito (330 x 220 mm). © BnF Gallica, Departamento de Manuscritos, cota Latin 9333.

[Fig. 30] *Abbot's Kitchen, Glastonbury*, autor desconhecido, c. 1771. Aguarela sobre madeira (169 x 234 mm). © Royal Collection Trust, RCIN 980371.

Moderne, dedicando um capítulo da mesma à conceção do espaço da cozinha e da sala de jantar. Este espaço de confeção oitocentista prima pelos mesmos elementos que se podem identificar nas cozinhas das abadias entretanto referidas e também em Montreuil-Bellay [Fig. 28 c]: tem formulação centralizante e espaçosa sem ser demasiado grande ao ponto de embaraçar os trabalhos, é salubre e arejada, possui entradas de luz natural e, no seu centro desimpedido, um espaço apto à disposição de mesas de trabalho. A principal diferença entre a formulação desta cozinha ideal de Dubois e das demais medievais mencionadas prender-se-á com o facto da primeira ser claramente segmentada e compartimentada, ao passo que a tendência medieval parece dar primazia à segmentação.

Dubois apresenta, por conseguinte, a sua cozinha modelo compartimentada e segmentada – quer através da escrita, quer através do desenho de perspetivas rigorosas [Fig. 31] – enquanto estrutura interligada que idealmente deverá concentrar 1. um compartimento para os trabalhos de cariz mais generalizante, 2. uma divisão para a realização de assados (‘rôtisserie’) e 3. uma outra sala para a cocção de doces e massas (‘pâtisserie’). A segmentação minuciosamente explicada pelo chefe cozinheiro resulta não só da diversidade de atividades que deveriam ser levadas a cabo na cozinha – para as quais eram convenientes temperaturas e condições específicas –, como também da imensa parafernália tecnológica disponível à época, que deveria ser alocada de forma organizada e funcional: fogões de ferro, a carvão ou a brasas, estufas, fornos – alguns, até, com pratos giratórios –, assadores com espetos automatizados, instrumentos para a cozedura a vapor, isto sem esquecer a também muitíssimo diversificada bateria de panelas, ‘poissonnières’³⁷, travessas e caçarolas, entre outros.



[Numa mesa posicionada nas imediações do núcleo dos fornos – onde, com uma vela, um moço da cozinha examina o interior do primeiro forno, para acessar se as brasas ainda estavam incandescentes –, um cozinheiro termina de posicionar os frangos³⁸ nas diversas assadeiras. Já recheadas, as aves aguardam que o forno atinja a temperatura ideal. Na outra ponta da cozinha, perto dos *savarins* entretanto desenformados³⁹, dois moços debatem-se com a máquina de fazer gelados⁴⁰.]

A cozinha do Palácio Real da Pena [Fig. 32], terminada em 1849, afasta-se espacialmente, todavia, deste ideal de compartimentação que vinha sendo divulgado desde a renascença. A semelhança já apontada para com os modelos medievais convocados reflete-se através da sua formulação planimétrica – espelho do não uso da compartimentação –, e do refúgio, em prol do bom funcionamento, numa segmentação por vezes inusitada. De morfologia retangular cuja proporção, ao ser experienciada, remete para uma ideia de aparente centralidade, este espaço de confeção exemplifica o mais cuidado pensamento na sua implantação. Posicionada no topo do volume que alberga as cavalariças e outras dependências [Planta 3 43-56], praticamente isolada e a uma cota em tudo facilitadora do arejamento e da desenfumagem, a cozinha do Palácio Real da Pena é acessível através do exterior a partir do pátio que lhe faz fronteira a nascente [Planta 1 10a], e os bens alimentares poderiam, portanto, direta e rapidamente ingressar quer no seu espaço, quer no da ucharia contígua [Planta 1 13]. Em relação a este importante espaço de apoio, sabe-se que acolheu obras substanciais por volta de 1894, meio século mais tarde. Em abril desse ano, e de acordo com o *Orçamento para a obra d’instalação da ucharia do Real Castello da Pena em Cintra, varios trabalhos no mesmo Castello e em suas dependencias* [Fig. 33], era pretendido:

³⁷ Recipientes de diversos formatos e tamanhos reservados à confeção de peixe. Dubois, U. (1868). *Cuisine de Tous les Pays*. Librairie E. Dentu, p. 2.

³⁸ De acordo com o menu do almoço servido a 3 de abril de 1903 [Fig. 40] (AHFCB, NNG 3728, n.º 182), foram servidos ‘Poulardes farcies, rôties’.

³⁹ De acordo com o menu do almoço servido a 3 de abril de 1903 [Fig. 40] (AHFCB, NNG 3728, n.º 182), foi servido Savarin à l’Anglaise.

⁴⁰ *Inventário Orfanológico de D. Fernando II, Inventário de Sua Majestade El-rei o Senhor Dom Fernando, Móveis Existentes no Palácio Real da Pena em Cintra*, autor desconhecido, 1886. ANTT, PT/ADLSB/JUD/TCLSB/B-X/001/00001-10, Tribunal da Boa Hora, 6.ª Vara, 4.ª Secção, Proc. n.º 815, 169, entrada 7022.



[Fig. 31] Sugestão de Urbain Dubois para o espaço da 'rôtisserie', dependência pertencente à sua formulação de cozinha ideal compartimentada. Gravura patente na obra Dubois, U. (1872). *Cuisine Artistique. Études de l'École Moderne. Ouvrage en Deux Parties*. Librairie E. Dentu, p. 11.

Nas palavras que acompanham esta gravura: "A 'rôtisserie' não é senão uma dependência das cozinhas; mas se a cozinha for suficientemente grande, ninguém se opõe que ela lhe seja contígua. É nesta divisão, onde se preparam os assados e os grelhados; é também lá onde normalmente se escaldam os legumes, onde se coze o peixe. Esta sala deve, portanto, oferecer as maiores facilidades para permitir este trabalho; deve ser larga o suficiente, bem iluminada e bem ventilada (...)."

[Fig. 32] Cozinha do Palácio Real da Pena, fotografia da autora, 2022.

*“Abrir um vão de porta, assentar cantarias, fazer um caixilho e competentes taipaços
Substituição de uma parte do vigamento e assoalhar de novo
Forro de casquinha no teto
Demolição do beiral, construção de uma platibanda com ameias, respectivo algeroz e
canalização no grosso da parede
Construção de tabiques, enchimento e guarnecimento
Construção e assentamento de armários e de um balcão”⁴¹*

A estes trabalhos acrescentou-se, em dezembro, *“a abertura de uma comunicação direta da Ucharia para o interior do Palácio a fim de evitar o transporte dos géneros através do terraço”*⁴². Esta tarefa, por lapso não orçamentada em abril, implicava a abertura de dois vãos em paredes de alvenaria, vãos esses que permitiriam o acesso à cozinha a partir do interior da ucharia. Em 1901, e de acordo com o levantamento de J. A. d’Abreu Victal (-) [Fig. 34], esta localizava-se no volume contíguo à cozinha, volume esse que simultaneamente albergava os aposentos dos cozinheiros. Esta construção de cariz retangular, coroada de ameias, e já claramente identificável no levantamento do Parque da Pena de 1856 [Fig. 23], aparenta ser o alvo das obras orçamentadas em 1894, sendo-se levado a deduzir que até à data a ucharia não deveria constituir-se um espaço autonomizado no seio da rede alimentar. A escolha deste volume para a implantar, que se deduz atreito a aragens e fresco, retoma o discurso sobre as necessidades higienistas inerentes.

A importância do arejamento, das correntes de ar, de uma eficaz desenfumagem e da iluminação natural é transversal ao pensamento do espaço da cozinha desde a Idade Média – com exceção, porventura, das cozinhas civis urbanas entre a Alta Idade Média e o século XIV – até à atualidade, tendo estado claramente presente aquando do planeamento projetual da do Palácio Real da Pena. Este será, por conseguinte, um aspecto fundamental de aproximação para com o defendido por Dubois no século XIX. Um outro assunto prender-se-á com o carácter de salubridade emanado pelo interior deste espaço de confeção: caiado de branco, como sugere também o cozinheiro, pavimentado com lajetas de pedra, e com um pé direito adequado à sua dimensão, nem demasiado baixo, nem excessivamente alto. Contudo, estas características oitocentistas encontram-se materializadas por entre uma série de outras reconhecidas no pensamento estruturador da cozinha medieval: a ideia de centralidade, a utilização de abóbadas de aresta, a existência de um espaço (ao que tudo indica) para fogo aberto e de fornos de alvenaria, e a não compartimentação do espaço. Todos estes elementos podem ser encontrados quer nas cozinhas religiosas medievais apontadas, quer no exemplo da cozinha civil de Montreuil-Bellay.

A segmentação da cozinha do Palácio Real da Pena, potenciada pelo uso de fogões de ferro, mesas de trabalho e nichos de arrumação que a arquitetura soube envolver, atinge o seu ponto máximo de regozijo projetual no pequeno torreão adossado a um dos vértices do volume retangular, a poente [Fig. 27]. Neste, que se entende como remanescente de uma aura medieval, foram integrados três fornos em alvenaria, dispostos de forma circular. Poderá, numa primeira leitura, ser-se levado a crer que a torre de fornos corresponde, na verdade, ao compartimento da ‘rôtisserie’ descrito por Dubois. Contudo, uma análise mais atenta a este espaço permite perceber que a área livre em torno dos fornos não é suficiente para executar qualquer outra atividade relacionada com a assadura ou cozedura de carnes, peixes ou massas, a não ser aquela de colocar e tirar estes bens do forno. A ‘rôtisserie’ de Dubois [Fig. 31], como bem se pode constatar na ilustração apresentada pelo cozinheiro era, efetivamente, um espaço onde se realizavam não só os assados, como também todas as atividades que envolviam a sua preparação, assim como a cozedura a vapor de outros alimentos. Por conseguinte, a formalmente inusitada e funcionalmente meritosa torre de fornos da cozinha do Palácio Real da Pena [Fig. 27 e Fig. 29]

⁴¹ Orçamento para trabalhos diversos no Palácio Real da Pena, entre eles a obra de instalação da ucharia, António César Junior, 1894. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473. Grafia atualizada.

⁴² Memória justificativa sobre novos reparos a executar no Palácio Real da Pena, Augusto Carlos, 1894. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473. Grafia atualizada.

Orçamento <i>por estimativa</i>					
Designação das obras	Numero dos artigos	Quantidades	Preço da unidade	Despesas	
				Por obras	Por capitulos
<i>Orçamento para a obra de instalação da ucharia do Real Castello da Pena em Cintra, varios trabalhos no mesmo Castello e em suas dependencias</i>					
<i>Capitulo 1.^o</i>					
<i>Ucharia:</i>					
<i>Abrir um vão de porta, assentar cantarias, fazer um caixilho e competente tapado</i>				30,000	
<i>Substituição de uma parte do vigamento e assalhar de novo</i>				16,000	
<i>Torre de casquinha no tecto</i>				28,000	
<i>Demolição do beiral, construção de uma platibanda com ameias, respectivo algarva e canalização no grosso da parede</i>				45,000	
<i>Construção de tabique, enfiamento e guarnecimento</i>				22,500	
<i>Construção e assentamento de armarios e de um balcão</i>				60,000	
					206,500
<i>Capitulo 2.^o</i>					
<i>Capitulos do capellão:</i>					
<i>Levantar solho e vigamento velho, vigar e assalhar de novo cinco casas</i>				98,800	
					98,800
<i>Capitulo 3.^o</i>					
<i>Cocinha do almozarif:</i>					
<i>A transportar</i>					300,300

[Fig. 33] Primeira página do orçamento para trabalhos diversos no Palácio Real da Pena, entre eles a obra de instalação da ucharia, António César Junior (-), 1894. © ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/473, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, maço 473.

Este orçamento elaborado em abril de 1894 haveria de ser ratificado alguns meses mais tarde, a 14 de dezembro de 1894, como atesta um manuscrito onde se lê: "Devido á rapidez com que teve de ser elaborado, pela urgencia da execução de parte dos trabalhos n'elle designados, o orçamento por estimativa que tive a honra de enviar a V. Ex.^a em 11 de Abril findo, para as obras da instalação da ucharia do Real Castello da Pena em Cintra na importancia de 1:050.000 reis deixou por lapso de ser mencionada a abertura de uma comunicação directa da ucharia para o interior do Palacio. Como era indispensavel proceder a este trabalho, para conclusão d'aquella obra, encarreguei o chefe de trabalhos da mesma, conductor de 3.^a classe Augusto Carlos da Cunha de elaborar o presente orçamento complementar na importancia de 235.000 o qual tenho a honra de enviar a V. Ex.^a para os fins convenientes."

não deverá ser entendida senão como um exemplo de segmentação espacial, materializando espacial e conceptualmente uma ideia de medievalidade oitocentista – ou, à época, moderna –, onde elementos e características reconhecíveis nos modelos da Idade Média [Fig. 28] se conjugam e interagem com o preconizado no século XIX [Fig. 31] por figuras do domínio da alimentação, como Urbain Dubois, ou da arquitetura, como Robert Kerr.

O facto desta cozinha não ser compartimentada, albergando-se no seu único espaço a realização das diversas tarefas não parece, de todo, comprometer o seu bom funcionamento. Os alimentos ingressariam, idealmente, pelo pátio [Planta 1 10a]. O maior inconveniente deste trajeto seria, contudo, a permeabilidade visual desta plataforma, já que a sua superfície é claramente visível a partir do interior de uma grande parte do palácio. Esta questão, aliada à não existência de qualquer pia ou outro utensílio de semelhante índole na proximidade de um acesso a água induz o pensamento de que este espaço aberto não seria utilizado aquando da realização de tarefas menos salubres do foro alimentar. Reparando-se atentamente, conclui-se que a segmentação da cozinha do paço não integra, arquitetonicamente falando, qualquer espaço para acomodar lavagens, quer de alimentos, quer dos utensílios a uso durante a confeção. Isto parece acontecer porque existe um segundo pátio a poente, mais resguardado, este sim de serviço à cozinha, munido de uma pia de dimensão razoável e acesso a água [Planta 1 10b]. Assim, e ainda que para tal se tivesse de atravessar o interior do espaço de confeção no seu extremo mais a norte, neste pequeno pátio de geometria complexa poderiam ser lavados alimentos, preparados animais, escamados peixes, lavados utensílios, enfim, realizadas todas as tarefas afetas à cozinha às quais fosse imprescindível a água e o máximo arejamento. Para além desta casa de lavagem exterior, que não deverá constituir um exemplo de compartimentação, é sabido que, pelo menos no ano de 1897, como constatável no *Inventário dos móveis e mais objetos existentes nas Propriedades da Pena*⁴³, existiriam na cozinha do paço um lavatório de ferro e uma bacia de mãos. Estes objetos, que ali podem ter estado apenas temporariamente, demonstram a necessidade por um espaço de lavagem interior, cuja ausência foi assim contornada.



[No pequeno pátio de lavagem, para lá da janela agora aberta, três moços da cozinha areiam uma enorme panela onde, momentos antes, havia sido confeccionado o recheio dos frangos. O sol, que agora brilha, irrompe por entre algumas nuvens incapaz, ainda assim, de aquecer aquela manhã típica de abril.]

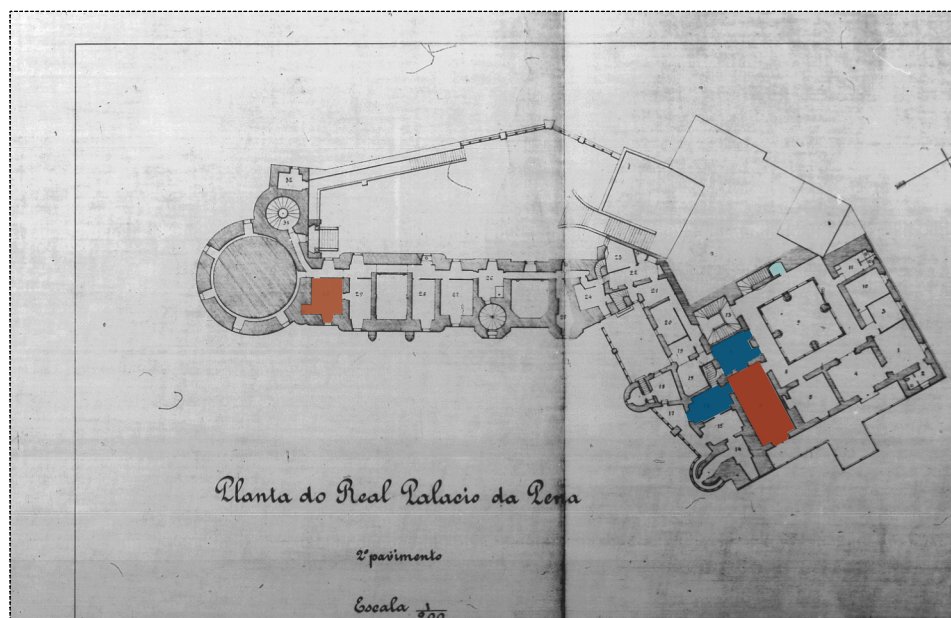
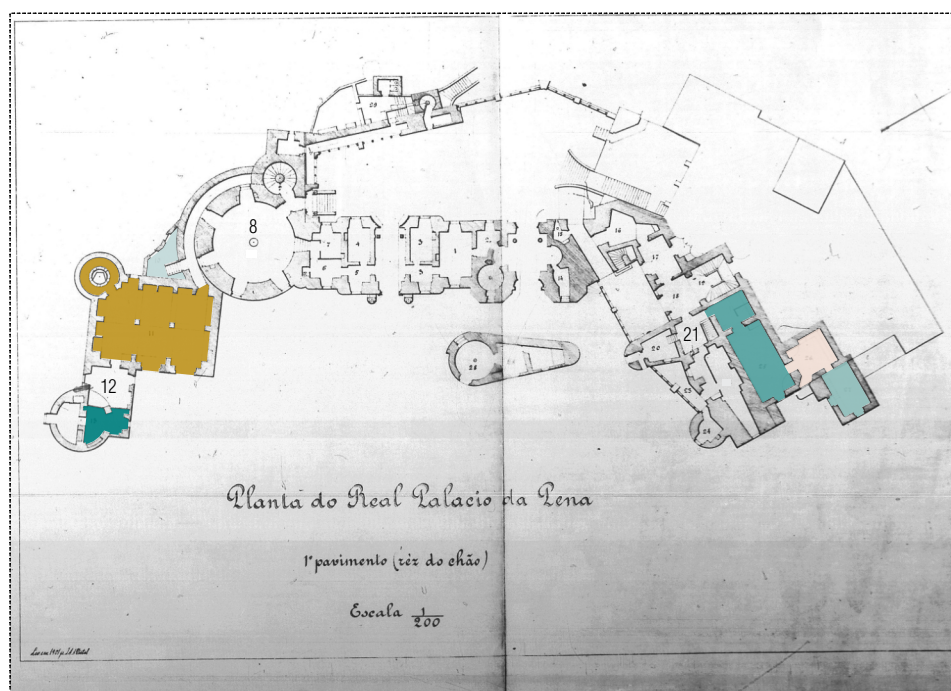
Nas diversas mesas dispostas na cozinha dava-se a fase seguinte da preparação alimentar. O número e as características destas mesas vai variando ao longo dos anos. Se no *Inventário Orfanológico de D. Fernando II* se refere a existência de “seis mesas de diferentes tamanhos, com gavetas, uma com tampo de pedra para massas”⁴⁴, à data de 1886, naquele outro inventário de 1897 já referido, constavam na cozinha do paço “onze mesas de pinho”⁴⁵. Por sua vez, no *Novo Inventário em 1907*⁴⁶, o número de mesas de diferente tamanho passa para dezasseis, o que reflete uma segmentação do espaço de trabalho levada ao extremo. Após a confecção alimentar, que se poderia dar, principalmente, no núcleo de fornos cilíndricos e nos fogões de ferro, os alimentos seriam preparados para o longo e complexo percurso até à sala de jantar. Desta preparação, sobre a qual apenas se podem levantar hipóteses deduzidas, constaria o acomodar dos alimentos em caixas e tabuleiros de transporte, podendo alguns inclusive seguir caminho nos utensílios da sua cocção, assumindo-se essencial, no local da chegada – isto é, na copa –, a existência de estufas.

⁴³ *Inventário dos móveis e mais objetos existentes nas Propriedades da Pena*, autor desconhecido, 1897. EDPNP, cota desconhecida, fl. 79.

⁴⁴ *Inventário Orfanológico de D. Fernando II, Inventário de Sua Majestade El-rei o Senhor Dom Fernando, Móveis Existentes no Palácio Real da Pena em Cintra*, autor desconhecido, 1886. ANTT, PT/ADLSB/JUD/TCLSB/B-X/001/00001-10, Tribunal da Boa Hora, 6.ª Vara, 4.ª Secção, Proc. n.º 815, 169.

⁴⁵ *Inventário dos móveis e mais objetos existentes nas Propriedades da Pena*, autor desconhecido, 1897. EDPNP, cota desconhecida, fl. 79.

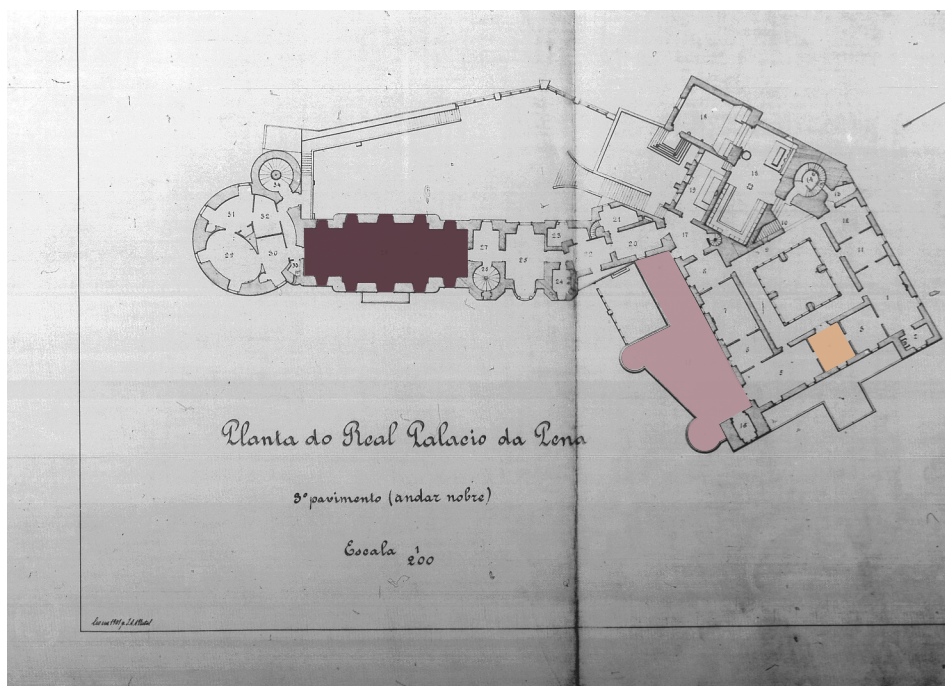
⁴⁶ *Novo Inventário em 1907*, autor desconhecido, 1907. EDPNP, cota desconhecida, fl. 109.



[Fig. 34] Anotações esquemáticas sobre excerto de planta do piso térreo do Palácio Real da Pena, J. A. d'Abreu Victal (-), 1901. © ANTT, PT/TT/CR/007-009/00280, Casa Real, Plantas, Almocharifado da Pena, n.º 280.

Datada de 1901, esta é a primeira planta daquele que se considera ser o mais fidedigno levantamento desenhado do Palácio Real da Pena, passível de ser utilizado na descodificação da sua rede alimentar aquando dos últimos anos do reinado de D. Carlos (c. 1903). A sul identificam-se a **Cozinha** e, na sua proximidade, logo após o quarto dos cozinheiros (12), a **Ucharia**. Aquando da construção da ucharia, nos primeiros anos da década de 1890, contudo, a mesma ocuparia o quarto de dormir dos cozinheiros, usufruindo de uma ligação direta à cozinha. Com esta nova formulação, os bens, saídos da ucharia, ver-se-iam obrigados a fazer um atravessamento do terraço de forma a chegarem ao espaço de confeção. Ainda na proximidade da cozinha, mas mais para oeste, é dada nota da existência de uma **Dispensa da cozinha**. Apesar do termo despensa induzir tratar-se de um espaço coberto, o mesmo não o seria. Aqui existia – e existe – um pátio a céu aberto implantado a uma cota inferior, com acesso a água onde, possivelmente, se executariam tarefas como as da preparação e lavagem de alimentos, assim como de utensílios utilizados durante a cocção.

Na continuidade, e não estando a Sala dos Veados – espaço de geometria circular (8) –, legendada como espaço de consumo, avança-se para o lado norte do palácio, e para os espaços da rede alimentar implantados no núcleo do antigo mosteiro hieronimita. Aqui, e a partir da casa de passagem para a mantearia (21) – onde se chegaria a partir do Pátio da Cisterna [Planta 1 31] –, ingressa-se num pequeno compartimento interior que, não estando legendado, se depreende pertencer à **Mantearia**. Esta é uma divisão retangular, comprida, que recebe luz natural através de uma janela aberta a nascente. A partir desta divisão de apoio é estabelecida ligação com a **Casa de jantar dos criados**, um espaço de consumo secundário. Por sua vez, e através desta, alcança-se uma **Arrecadação**, possivelmente destinada a apoiar esta sala de jantar.



[Fig. 35] Anotações esquemáticas sobre excerto de *planta do primeiro piso do Palácio Real da Pena*, J. A. d'Abreu Victal (-), 1901. © ANTT, PT/TT/CR/007-009/00281, Casa Real, Plantas, Almoarifado da Pena, n.º 281.

De acordo com este levantamento do piso nobre do Palácio Real da Pena é possível localizar, a sul, no volume do palácio dito novo, um espaço de consumo secundário, a *Casa de jantar de SS. aa.* Aqui faziam as suas refeições os Infantes D. Luís Filipe e D. Manuel, aquando das suas estadias no palácio, ficando os seus aposentos pessoais nas imediações deste espaço de consumo da Família Real.

Já o espaço de consumo principal, a *Sala de jantar*, onde se sabe ter funcionado outrora o refeitório dos monges jerónimos, localiza-se no núcleo do antigo mosteiro e é acessível pelos comensais diretamente a partir do claustro. A sul e a poente estabelece ligação com as duas *Copas*, espaços de serviço que lhe são contíguos e aos quais se chega através da escadaria que desagua junto à mantearia, no piso térreo.

Ainda neste piso nobre em torno do claustro é possível localizar mais um espaço de apoio, a *Casa da prata*, junto a uma escadaria que permite aceder ao segundo piso do paço.

[Fig. 36] Anotações esquemáticas sobre excerto de *planta do terceiro piso do Palácio Real da Pena*, J. A. d'Abreu Victal (-), 1901. © ANTT, PT/TT/CR/007-009/00282, Casa Real, Plantas, Almoarifado da Pena, n.º 282.

No terceiro piso localizam-se dois dos espaços que poderiam ser utilizados em momentos de usufruto pós-prandial, a *Sala do bilhar* e o *Terraço da Rainha*.

Apesar da nomenclatura aplicada neste levantamento de 1901, deduz-se que na Sala do bilhar pudessem igualmente ser consumidas refeições, como se supõe ter acontecido com o almoço dado aos oficiais da Esquadra Inglesa a 18 de Agosto de 1903.

No que concerne o Terraço da Rainha, e apesar da denominação, sabe-se ter sido utilizado como espaço de digestão em momentos especiais, como aquando do almoço oferecido a Eduardo VIII em 1903. Reconhece-se a existência, de igual modo, de uma *Sala do chá* neste piso do paço, nas imediações do claustro. Contudo, e ainda que considerando a mesma um espaço participante na rede alimentar deste palácio, não se lhe reconhece qualquer papel aquando do almoço a estudo.

Para além destes espaços no interior do palácio, deve considerar-se como espaço de digestão o próprio Parque da Pena, ainda que não representado neste levantamento. Imagina-se que após o almoço e o momento no Terraço da Rainha a comitiva régia tenha usufruído dos terrenos verdejantes do parque.

Legenda dos espaços da rede alimentar

Espaços de abastecimento

- Horta
- Jardim
- Tapada
- Curral / Galinheiro

Espaços de confeção

- Cozinha principal
- Cozinha secundária
- Cozinha de aposento
- Cozinha de pessoal afeto ao paço

Espaços de apoio

- Ucharia
- Mantearia
- Arrecadação (afeta à refeição)
- Terraço / Pátio (afeto à refeição)

Espaços de consumo

- Sala de refeições principal
- Sala de refeições secundária
- Sala de banquetes
- Sala / área utilizada para refeições
- Sala de refeições de pessoal afeto ao paço

Espaços de serviço

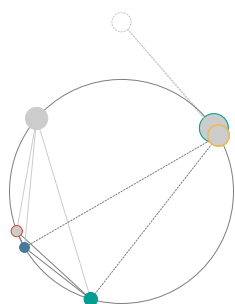
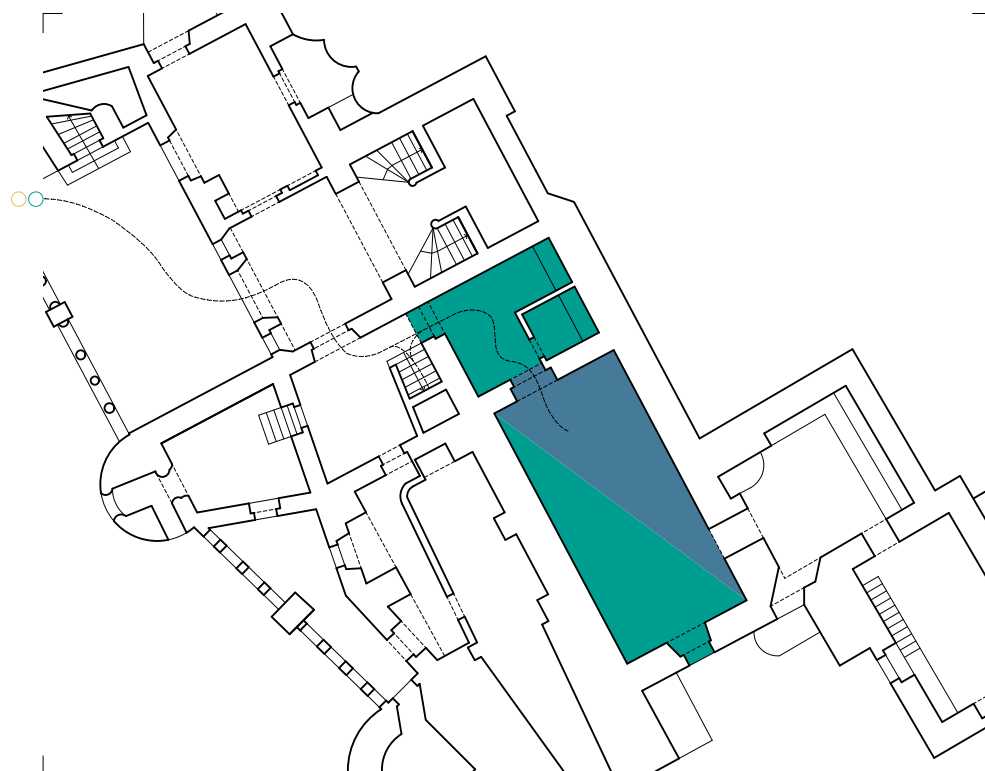
- Copa ou sala equiparada
- Casa de lavagem
- Sala de música

Espaços de digestão

- Sala de bilhar
- Sala de café
- Sala / área utilizada para concertos
- Sala / área utilizada para bailes
- Terraço / Pátio
- Jardim

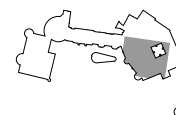
Nota de leitura: para facilitar a sua leitura em coordenação com a sequência de legendas, apresentam-se os desenhos das [Fig. 34, Fig. 35 e Fig. 36] segundo uma ordem iniciada no piso térreo.

..... Percurso dos fornecedores
 Percurso dos funcionários
 Percurso dos comensais



[Fig. 37] Planta parcial do segundo piso do Palácio Real da Pena: copas (c. 1900), desenho da autora, 2024. Escala 1/250.

[Fig. 38] Planta parcial do piso térreo do Palácio Real da Pena: mantearia e acesso vertical para as copas (c. 1900), desenho da autora, 2024. Escala 1/250.



©

1.4 UM ALMOÇO (INFORMAL) NA PENA

1.4.3 Todos os caminhos levam à copa?



[3 de abril de 1903, pouco antes da uma da tarde: numa mesa posicionada perto da entrada para o corredor circular que contorna a Sala dos Veados, uma assadeira de cobre com uma belíssima perna de vitela assada⁴⁷, robusta e ainda quente, repousa. Não tarda será acondicionada dentro de uma caixa de madeira.⁴⁸ Os bolos, nos respetivos pratos de porcelana decorativos, são cobertos com um linho branco e rapidamente seguem viagem, desaparecendo habilmente às mãos de dois moços que, entretanto, já haviam levado também os pastéis de peixe e a gelatina de porco⁴⁹. Na cozinha a azáfama continua, procurando-se fazer chegar à bancada do serviço, junto à porta, todos os pratos no seu devido tempo e ordem. A atenção recai agora sobre os turnedós de novilho⁵⁰, ainda a serem envolvidos com toucinho.]

Em última análise poderá entender-se que o falecimento prematuro da Rainha D. Maria II está intimamente ligado ao difícil funcionamento da rede alimentar do Palácio Real da Pena, traduzido na distância e obstáculos do percurso entre a cozinha e a sala de jantar mais antiga do conjunto [Fig. 37 e Fig. 38]. A morte da rainha, em 1853, levou D. Fernando II a proceder a alterações projetuais no empreendimento da Pena, oficializando-se como sala de jantar do rei um espaço implantado no núcleo mais antigo do palácio [Planta 2 6] – que adiante se explorará em maior detalhe –, muitíssimo distante do espaço de confeção [Planta 1 11]. A ligação entre a cozinha e a sala de jantar, mediada pelas copas que se implantam na contiguidade do espaço de consumo [Planta 2 7], materializa-se enquanto leque diverso de possibilidades. Sobre estas, defende-se a sua categorização bipartida: 1. percursos executados integralmente pelo interior do edifício [Fig. 39, percurso vermelho] e 2. percursos mistos, que contemplam etapas pelo exterior e pelo interior [Fig. 39, percurso azul e percurso verde].

A informação recolhida, e porventura mesmo a existente, não permitem que se isole uma destas sugestões de percurso como efetiva, transversal e irredutível, devendo ser considerada a possibilidade de, em diferentes momentos do quotidiano do paço, se ter optado por um dos trajetos em detrimento de outros. Factores externos como a estação do ano e as condições meteorológicas

- Espaços de abastecimento
- Espaços de confeção
- Espaços de apoio
- Espaços de consumo
- Espaços de serviço
- Espaços de digestão

⁴⁷ De acordo com o menu do almoço servido a 3 de abril de 1903 [Fig. 40] (AHFCB, NNG 3728, n.º 182), foi servida 'Cuisse de veau à la duchesse'.

⁴⁸ Desconhece-se como seriam transportados os alimentos entre a cozinha e a copa, ou até se os mesmos já seguiriam devidamente acomodados em travessas, prontos a serem servidos. Todavia, dada a distância que separa ambos os espaços, e as dificuldades inerentes à geometria do percurso, deduz-se que pelo menos uma parte dos alimentos pudesse ser transportada em caixas e/ou tabuleiros, fazendo-se uso, ou não, dos recipientes onde se deu a sua cocção.

⁴⁹ De acordo com o menu do almoço servido a 3 de abril de 1903 [Fig. 40] (AHFCB, NNG 3728, n.º 182), foram servidos 'Beignets de filets de poisson sauce tomate' e 'Fromage de cochon à la gelée'.

⁵⁰ De acordo com o menu do almoço servido a 3 de abril de 1903 [Fig. 40] (AHFCB, NNG 3728, n.º 182), foram servidos 'Petits tournedos'.



[Fig. 39] Plantas dos piso térreo (c), nobre (b) e segundo (a) do Palácio Real da Pena com anotação coloridas dos possíveis percursos entre o espaço de confeção principal do palácio e a sala de jantar no corpo do antigo claustro do mosteiro (c. 1903) aquando do serviço, e de forma a fazer chegar os alimentos confeccionados à mesa real, desenho da autora, 2022. Escala 1/1000.

Percurso vermelho:

- [No piso térreo (c)] Saída da cozinha, subida ao piso nobre através da escadaria circular contígua à Sala dos Veados;
- [No piso nobre (b)] Atravessamento interno do palácio, entrada na copa.

Percurso azul:

- [No piso térreo (c)] Saída da cozinha, atravessamento do pátio poente e subida ao segundo piso através da escadaria de acesso ao terreiro da capela;
- [No segundo piso (a)] Passagem até ao claustro e atravessamento parcial deste;
- [No piso nobre (b)] Descida ao piso nobre através da escadaria paralela à capela, entrada na copa a partir do claustro;

Percurso verde:

- [No piso térreo (c)] Saída da cozinha, atravessamento do paço pelo piso térreo – três opções –, chegada ao Pátio da Cisterna e subida ao piso nobre através de escadaria – duas opções;
- [No piso nobre (b)] Entrada na copa a partir das escadarias – duas opções;

poderão, pelo menos em parte, ter condicionado a utilização de alguns dos percursos apontados, assim como o poderá ter feito a hierarquização dos acessos ao interior do paço: o bom senso leva ao entendimento de que bens alimentares e pessoas externas aos trabalhos não se deveriam cruzar aquando do serviço da refeição.

Esta formulação tão dilatada de uma rede alimentar palaciana não se expressa somente através dos metros que separam a cozinha da(s) copa(s), e por conseguinte da sala de jantar, como também por meio do tempo necessário para que tal percurso seja vencido. O tempo, precioso coordenador sob o qual todo o serviço da refeição se orchestra, encontra-se implícito na espacialidade da rede alimentar – afastamento e proximidade entre os seus espaços constituintes –, na atividade do pessoal ao serviço da cozinha e da mesa de Estado – coordenação entre o que sai da confeitaria, chega à mesa, é consumido e a entrada do prato seguinte, num ciclo de repetição – e, por fim, no pratos cozinhados – temperatura a que convém ser dada a sua ingestão e a maior ou menor facilidade do seu transporte.



[Da mantearia, no piso térreo, e fazendo uso das escadas que desaguam perto desta já haviam sido trazidos para a sala de jantar, horas antes, toalhas, louças, cutelaria e vidros. Em caixas ou em mãos todos os elementos necessários à composição da mesa real vindos do piso inferior tinham dado entrada no espaço de consumo pela porta da copa sudoeste e, ao momento, o rei e os seus convivas começam a fazer deles usufruto.]

Face a este último aspecto, e analisando-se o menu do ‘lunch’ servido a 3 de abril [Fig. 40], conclui-se ser inequívoco exemplo da estrutura de uma refeição servida à maneira russa, não se denotando qualquer modificação resultante das condicionantes espaciais desta rede alimentar. Estes nove pratos – que incluíam uma potagem (‘Consommé aux trois filets’), um entremeio (‘Beignets de filets de poisson, sauce tomate’), relevés (‘Cuissot de veau à la duchesse’), uma entrada quente (‘Petits tournedos’), uma entrada fria (‘Fromage de cochon à la gelée’), um assado (‘Poulardes farcies, rôties’), legumes (‘Artichauts à la Lyonnaise’) e doces (‘Savarin à l’Anglaise’ e ‘Glace à l’orange’) – terão sido, assim, transportados desde a cozinha do paço até à copa, sugerindo-se para tal a utilização do percurso verde, sendo impossível, com os dados disponíveis, discernir em qual das suas versões [Fig. 39, percurso verde].

Iniciado na cozinha, este percurso encaminha-se para o exterior do paço no lado poente, percorrendo o Pátio dos Arcos [Planta 1 30] em toda a sua extensão. O facto da refeição ter sido dada no mês de abril e de, supostamente após esta, se ter rumado em direção ao Terraço da Rainha para um momento pós prandial, levanta a possibilidade das condições meteorológicas, no dia, terem sido favoráveis a incursões pelo exterior. O percurso alternativo [Fig. 39, percurso vermelho], pelo interior, adivinha-se com um grau de dificuldade superior dada a largura do corredor interno que atravessa o primeiro piso do paço, pautado por degraus, objetos e ligeiros desvios. Ao optar-se por utilizar o exterior [Fig. 39, percurso verde] evita-se o incómodo de tomar de assalto por uma correnteza de serviçais, barulhos e odores, a parte do palácio afeta aos quartos do farmacêutico [Planta 2 22], do ajudante de campo [Planta 2 25] e do oficial às ordens [Planta 2 26], assim como ao quarto do aio do Príncipe Real D. Luís Filipe [Planta 2 27].

O percurso sugerido como verosímil para estabelecer a ligação entre a cozinha e a sala de jantar [Fig. 39, percurso verde] ingressaria no palácio, após a passagem pelo Pátio da Cisterna [Planta 1 31], através do átrio da escada de aparato que acede ao segundo piso do paço, escada essa



Real Paço da Pena

ALMOÇO DO DIA 3 DE ABRIL DE 1903

MENU

Consommé aux trois filets

Beignets de filets de poisson, sauce tomate

Cuissot de veau à la duchesse

Petits tournedos

Fromage de cochon à la gelée

Poulardes farcies, rôties

Artichauts à la Lyonnaise

Savarin à l'Anglaise

Glace à l'orange

[Fig. 40] Menu do almoço consumido no Palácio Real da Pena no dia 3 de abril de 1903. © AHFCB, NNG 3728, n.º 182.

Os pratos presentes neste menu, como já mencionado, encadeiam-se segundo a estruturação ordenante em vigor à época. Quando comparado com o jantar servido no mesmo ano, a 15 de dezembro, no Palácio Real de Vila Viçosa, este almoço apresenta pratos em comum, como o 'Consommé aux trois filets', o 'Fromage de cochon à la gelée', o 'savarin' – neste caso condizente com a nacionalidade do convidado de honra, *à inglesa* – e o 'glace'. A maior diferença estará no facto de neste 'lunch' consumido no palácio da Pena, entre as entradas frias e o assado, isto é, o 'Fromage de cochon à la gelée' e as 'Poulardes farcies, rôties', não ter sido servido um 'punch'.

Atentando nas confeções servidas, em especial nos 'Beignets de filets de poisson, sauce tomate', é se levado a questionar até que ponto este prato não terá uma correspondência, ainda que parcial, com o de pastéis de bacalhau/filetes de pescada comumente apreciados nos dias de hoje acompanhados de arroz de tomate. As mais antigas receitas de pastéis de bacalhau com alguma verosimilhança face às utilizadas atualmente surgem em 1876 com a publicação da *Arte de Cozinhar*, do cozinheiro João da Matta (-). Nesta, o autor propõe duas receitas intituladas *Pastelinhos fritos de bacalhau à Hollandeza* e *Pastelinhos de bacalhau*. Descreve, também, como confeccionar uns *Pastelinhos de pescada fritos*, deduzindo-se que tal iguaria pudesse ser elaborada com peixes diversos, não permitindo esclarecer a natureza deste prato neste menu.

cuja utilização por parte da Família Real e da sua comitiva não seria simultânea ao serviço da refeição. A partir deste átrio é possível chegar-se à escadaria que permite alcançar as duas copas do piso nobre [Planta 2 7]. Ainda que o acesso a estes espaços pudesse ser feito de outras formas, a necessidade de usufruir de uma estufa – alocada no piso térreo – aquando do serviço poderá ter influenciado o percurso dos alimentos cozinhados entre a cozinha e a sala de jantar.

Por vezes, a existência de uma cozinha de aposento – isto é, de um espaço de confeção de menores dimensões e com equipamentos mínimos –, localizada algures nas proximidades da sala de jantar principal, poderá facilitar o serviço quando a distância a percorrer entre confeção e consumo é considerável. A informação recolhida parece indiciar que esta rede alimentar do Palácio Real da Pena estaria, efetivamente, munida de uma espécie de cozinha de aposento nas imediações da sala de jantar que, deduz-se, poderia ser utilizada aquando do serviço da refeição.

Localizou-se, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, um desenho de autor desconhecido e não datado [Fig. 41], mas presumivelmente elaborado c. 1895, no qual é feita referência a “*Pessoal habitando cozinha junto à rouparia*” – neste caso, cinco funcionários. Para se proceder à localização desta cozinha contígua à rouparia teve de se localizar, em primeiro lugar, a rouparia. Consultando o levantamento de J. A. d’Abreu Victal (-) conclui-se que a mesma rouparia se situava, em 1901, paralelamente à mantearia [Planta 1 25]. Não é totalmente improvável que a divisão não legendada pelo engenheiro a partir da qual se dá entrada no espaço principal da manteria [Planta 1 25] – e onde terá existido uma estufa atrás mencionada –, fosse aquela referenciada no desenho [Fig. 41] como “*cozinha junto à rouparia*”.

De acordo com o Inventário Orfanológico de D. Fernando II, sabe-se ter existido, à data, uma estufa posicionada numa divisão intitulada *Casa de lavagem de louça*⁵¹. Nos restantes inventários aos quais se teve acesso – relativos aos anos de 1874, 1897 e 1907 – não é feita qualquer menção à existência de uma estufa no espaço das copas verificando-se, contudo, a presença deste objeto na mantearia, em 1907⁵². Assim, e podendo ainda hoje reconhecer-se, através de vestígios⁵³, a antiga localização de uma estufa na divisão à entrada do espaço principal da mantearia, pressupõe-se ter sido aqui que esteve instalada a *Casa de lavagem de louça* referida no Inventário Orfanológico. Esta pequena divisão, por sua vez, poderá ter servido igualmente de “*cozinha junto à rouparia*” anos mais tarde, já por volta de 1895 [Fig. 41]. O facto de em 1901 não ter sido legendada por J. A. d’Abreu Victal [Fig. 34] parece indiciar que, por esta altura, tal divisão integrava já a mantearia, algo aparentemente corroborado pelo inventário de 1907.⁵⁴



[Ecoam vozes alegres, vindas da sala de jantar, denotando um agrado generalizado e jovial condizente com o dia de abril que, solarengo, resplandece no exterior. No desfile de pratos segue-se a perna de vitela assada⁵⁵, magnífica peça majestosamente cozinhada. Os comensais aguardam. Algures no piso de baixo, mesmo junto à mantearia, uma estufa apoia o serviço. Depois de trinchada, e ainda a fumar levemente, a vitela é devidamente empratada em duas bonitas travessas. Na copa, o Encarregado inspeciona aquela encenação de carne e montinhos de puré tostados e, com um gesto, manda seguir. No piso de baixo, três moços retornam à cozinha, levando caixas vazias. Não tarda estarão de volta com os turnedós.]

O posicionamento desta estufa, elemento crucial ao serviço da refeição, leva a que conviesse a utilização de um percurso pelo rés-do-chão do palácio, ascendendo-se ao primeiro piso

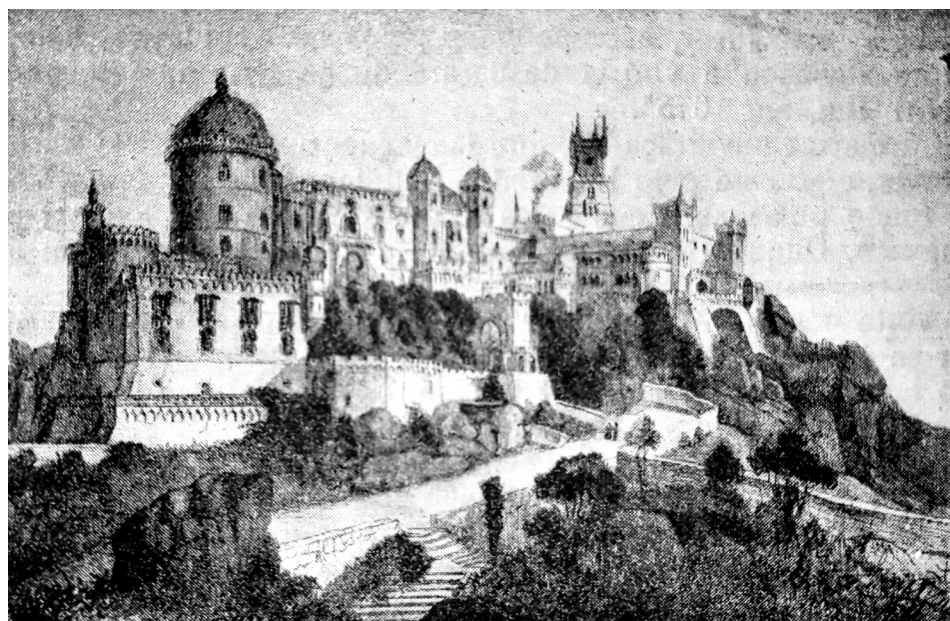
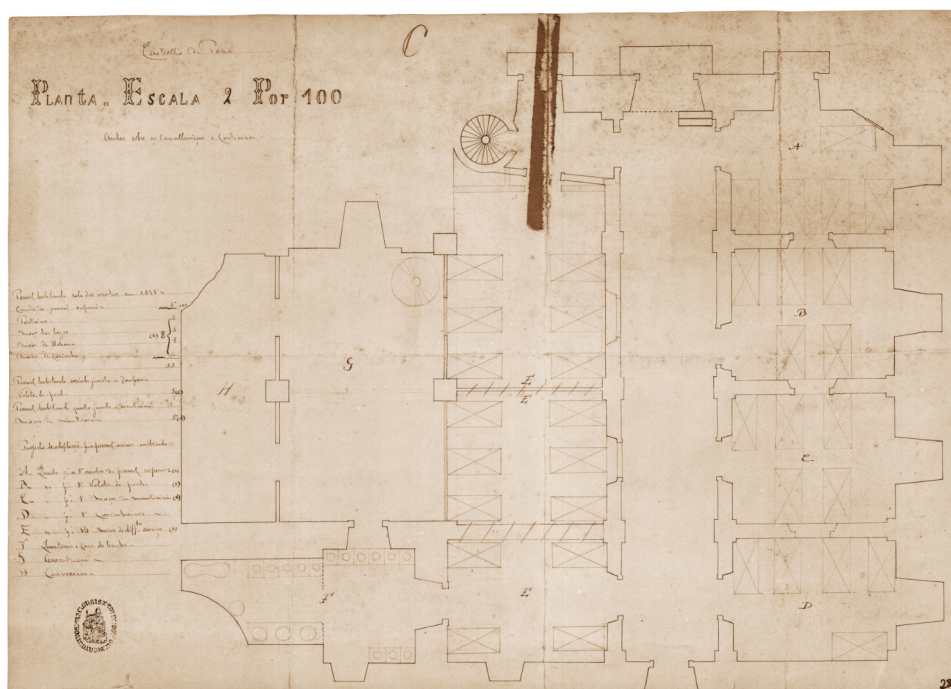
⁵¹ *Inventário Orfanológico de D. Fernando II, Inventário de Sua Majestade El-rei o Senhor Dom Fernando, Móveis Existentes no Palácio Real da Pena em Cintra*, autor desconhecido, 1886. ANTT, PT/ADLSB/JUD/TCLSB/B-X/001/00001-10, Tribunal da Boa Hora, 6.ª Vara, 4.ª Secção, Proc. n.º 815, 169.

⁵² *Novo Inventário em 1907*, autor desconhecido, 1907. EDPNP, cota desconhecida, fl. 113 e fl. 117.

⁵³ Existência de uma chaminé visível a partir do Terraço da Rainha.

⁵⁴ É importante compreender que todos estes documentos que acessam a existência e a localização de bens móveis no paço devem ser analisados como se de fotografias se tratassem. A flutuação de bens, objetos e apropriações seria uma constância, pelo que não se deverá ler na documentação encontrada traduções fiéis de uma realidade imutável.

⁵⁵ De acordo com o menu do almoço servido a 3 de abril de 1903 [Fig. 40] (AHFCB, NNG 3728, n.º 182.), foi servido ‘Cuisson de veau à la duchesse’.



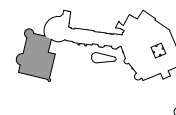
[Fig. 41] Planta do piso sobre as cavaliarias e cocheiras do Palácio Real da Pena, autor desconhecido, datção presumível de c. 1895. © ANTT, PT/TT/CR/007-009/00284, Fundo da Casa Real, Plantas, Almoarifado da Pena, n.º 284.

Na legenda deste desenho, à esquerda, pode ler-se: "Pessoa habitando Sala dos Veados em 1895/Creados do pessoal superior 5/Porteiros 2/Moço das luzes 1/Moço da Ucharia 1/Moços da cozinha 4/13/Pessoal habitando cozinha junto à rouparia/Valets-de-pied 5/Pessoal habitando quarto junto à mantieiria/Moços da mantieiria 5".

[Fig. 42] Vista nascente do Palácio Real da Pena a partir do Parque da Pena, gravura de Litografia de Lopes originalmente publicada em Lopes, F. D. (Prop.). *Ilustração Popular. Jornal dedicado ao Recreio e Instrução. Volume 1*, e reproduzida em Cândia, F. (1955). *O Paço da Ajuda*. Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, p. 295.

Chama-se a atenção para a representação de uma coluna de fumo que parece sair de um espaço onde ainda hoje se encontra localizada uma chaminé onde terá funcionado, porventura, uma cozinha de aposento. Uma outra possibilidade é a deste fumo ter origem na arrecadação por cima da sacristia, onde foi encontrado um dispositivo arquitetónico semelhante.

das copas e da sala de jantar pelo acesso de serviço na sua proximidade. Este acesso permitiria, de igual forma, que os itens da mantearia pudessem chegar à sala de jantar com rapidez e eficácia e que as louças e utensílios fossem facilmente escoados para que se desse a sua lavagem e arrumação no piso térreo.



Para além desta divisão da mantearia que, ao possuir uma estufa, permitiria a interação com alimentos, desconfia-se da existência de outros dois espaços onde, em algum momento da sua história, terão tomado lugar atividades similares: um no piso nobre, não muito distante da sala de jantar [Planta 2 20], e um outro no conjunto de quartos implantados sobre a sacristia [Planta 3 39]. Estas duas divisões, nas quais ainda hoje se reconhecem estruturas de desenfumagem, não surgem legendadas no levantamento de 1901 de J. A. d'Abreu como integrantes da rede alimentar do Palácio Real da Pena. Reconhece-se, contudo, o desenho destas estruturas – chaminés –, deduzindo-se que poderiam, ainda assim, estar a uso e servir os quartos sitos no piso nobre do paço dito novo e aqueles sobre a sacristia, respetivamente.



[Da sala jantar chegam à mantearia pratos sujos, empilhados, trazidos em mão por diversos moços que, para cima e para baixo, galgam os degraus que separam este espaço de serviço da copa a sudoeste da sala de jantar. Na mantearia, em tinhas e bacias de zinco, outros tantos homens jovens começam desenfreadamente, mas ainda assim com o maior dos cuidados, a lavar as porcelanas, que ali permanecerão guardadas após o serviço. No ar paira uma fina camada de vapor, que sobe das águas quentes e se mistura com os últimos raios de sol que ainda conseguem penetrar pela janela virada a nascente. Um barulhinho metalicamente irritante vem de um dos cantos da divisão, onde um moço limpa facas, auxiliando-se de um engenho mecânico revestido a madeira particularmente curioso⁵⁶. Em volta de toda esta azáfama planeada e sincopada, os armários de pinho⁵⁷, abertos e impávidos, aguardam o retorno do seu recheio. Da estufa posicionada na pequena divisão contígua saem os últimos pratos quentes que haviam chegado uns minutos antes. Frangos assados muitíssimo bem recheados⁵⁸, dourados como deve de ser, com uma pele de aspeto divinalmente estaladiço, seguem para o piso de cima juntamente com as alcachofras⁵⁹, libertando pelas escadas um odor maravilhoso. Na copa do serviço dos alimentos, aquela implantada a eixo da sala de jantar, o assado é passado para travessas de servir, e o seu empratamento é aprimorado sob o olhar sempre atento do Encarregado José Vicente Fortunato⁶⁰.]

⁵⁶ *Novo Inventário em 1907*, autor desconhecido, 1907. EDPNP, cota desconhecida, fl. 116.p

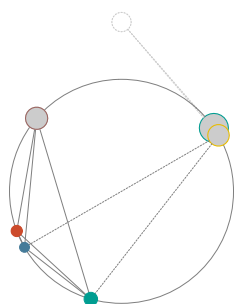
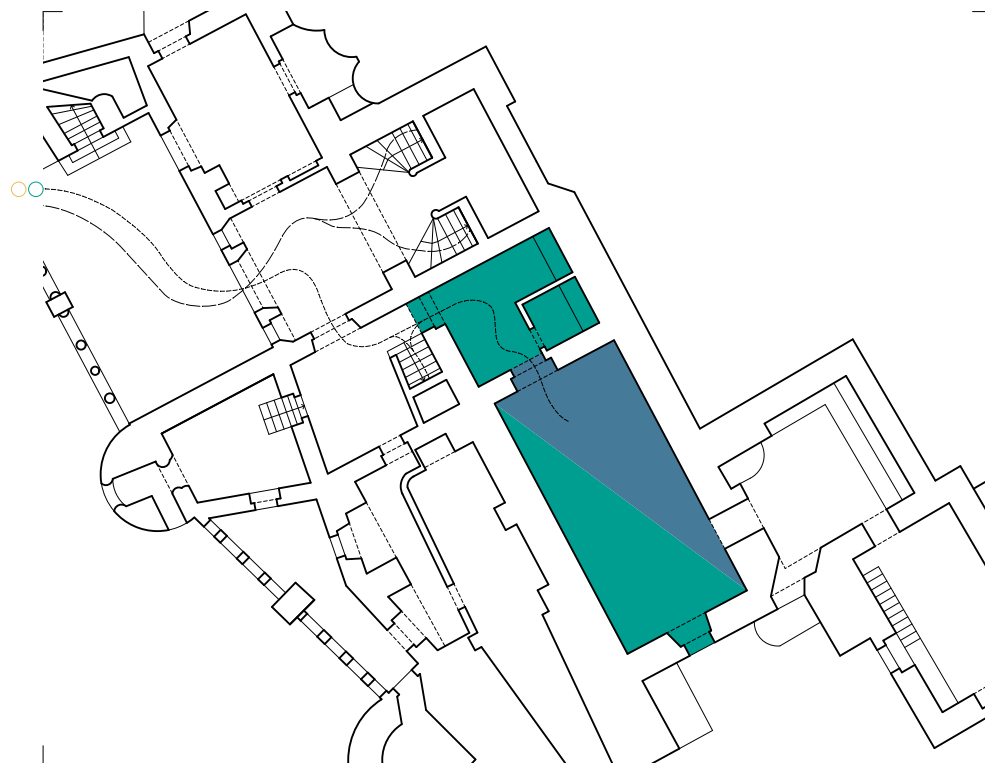
⁵⁷ *Idem, ibidem*.

⁵⁸ De acordo com o menu do almoço servido a 3 de abril de 1903 [Fig. 40] (AHFCB, NNG 3728, n.º 182), foram servidos 'Poulardes farcies, rôties'.

⁵⁹ De acordo com o menu do almoço servido a 3 de abril de 1903 [Fig. 40] (AHFCB, NNG 3728, n.º 182), foram servidos 'Artichauts à la Lyonnaise'.

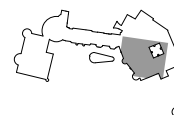
⁶⁰ De acordo com o documento referente aos ordenados pagos aos empregados do Almojarifado do Palácio Real das Necessidades, trabalhou como encarregado das mesas de Estado José Vicente Fortunato, no mês de abril de 1903. *Relação dos ordenados e gratificações dos empregados e criados da Casa Real referentes ao Almojarifado do Palácio Real das Necessidades*, Joaquim Jacintho Ramos, abril de 1903. ANTT, PT/TT/CR/cx6046, Casa Real, caixa 6046.

..... Percurso dos fornecedores
 Percurso dos funcionários
 Percurso dos comensais



[Fig. 43] Planta parcial do segundo piso do Palácio Real da Pena: sala de jantar, copas e acesso vertical (c. 1900), desenho da autora, 2023. Escala 1/250.

[Fig. 44] Planta parcial do piso térreo do Palácio Real da Pena: mantearia e acesso vertical para as copas (c. 1900), desenho da autora, 2023. Escala 1/250.



1.4 UM ALMOÇO (INFORMAL) NA PENA

1.4.4 Uma outra ideia de refeição



[3 de abril de 1903, por volta das duas e meia da tarde: na sala de jantar chega-se, finalmente, aos doces. Tendo sido já recolhidos os pratos onde figuravam, abandonados, pequenos restos de frango e um ou outro bocadinho de recheio, perante os animados comensais são agora dispostos pratinhos de porcelana pelos dois moços de sala que, simetricamente, percorrem cada um dos lados da mesa de dezoito pessoas. Por cima de cada pratinho é colocado um guardanapo e, a encimar este, um pratinho ainda mais pequeno, de cristal,⁶¹ com dois copinhos pousados para servir o Moscatel e o Madeira⁶². Aos três talheres de sobremesa que acompanham cada conjunto de dois pratinhos, acresce uma faca especial, para cortar os frutos. Antes, com um passo rápido e mãos velozes, um outro moço havia já escovado a toalha.]

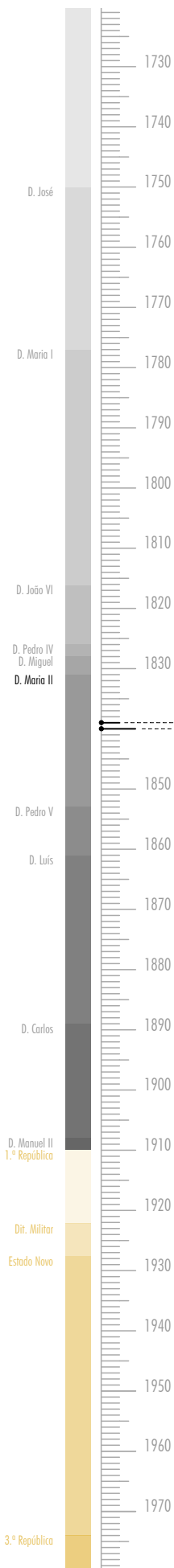
- Espaços de abastecimento
- Espaços de confeção
- Espaços de apoio
- Espaços de consumo
- Espaços de serviço
- Espaços de digestão

O principal espaço de consumo da rede alimentar do Palácio Real da Pena, isto é, a sala de jantar do piso nobre [Fig. 43] [Planta 2 6], possui uma história que precede a da própria obra do palácio, já que seria esta a divisão afeta ao refeitório dos monges jerónimos. Esta correspondência de espaços de consumo parece apoiar-se na informação presente em dois documentos distintos: um primeiro, desenhado, de autoria presumível do engenheiro Ludwig von Eschwege (1777-1855) [Fig. 46]; e um segundo, o Inventário Orfanológico de D. Fernando II.

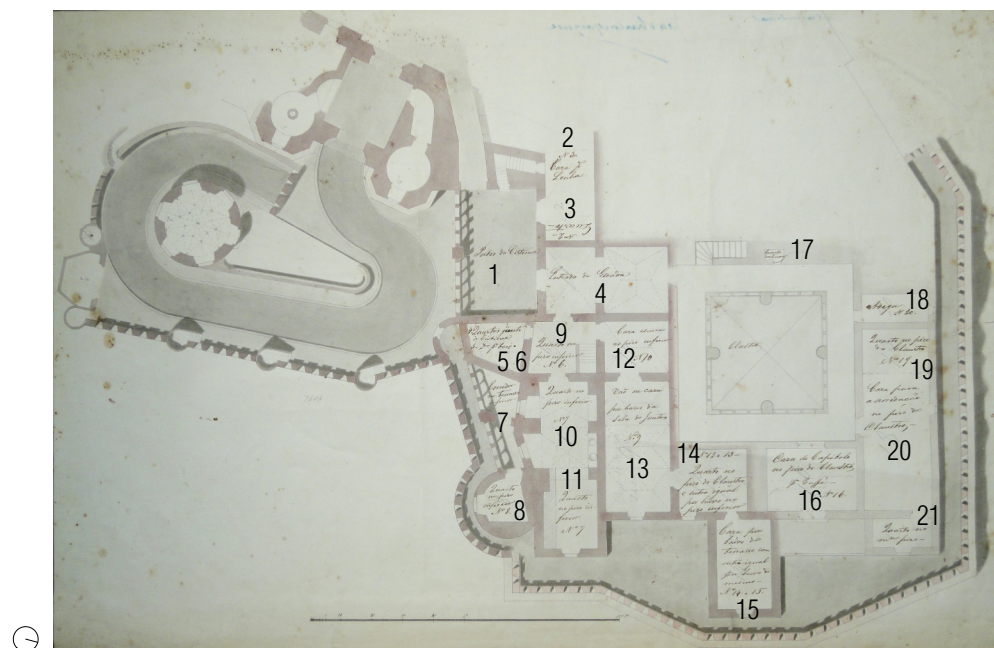
A planta referida [Fig. 46] – um desenho de datação desconhecida mas possivelmente situável algures na década de 1840 –, não deverá ler-se somente como um registo de levantamento já que aparenta ser, ao invés, um desenho de projeto do Palácio Real da Pena no qual se mesclam duas realidades: a das pré-existências monásticas, que deveriam ser reaproveitadas dentro da medida do possível, e a do projeto do novo complexo palaciano, com a sua geometria ainda a ser estudada. Para além deste diálogo de realidades, o desenho apresenta ainda um confronto entre planos já que, num tom mais escuro, ilustra o edificado à cota do piso térreo do mosteiro e, num tom mais claro, algumas das divisões do seu piso nobre.

⁶¹ Matta, J. da e Pimentel, A. (Pref.). (1924). *Arte de Cosinha*. Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, pp. 303-304.

⁶² Ainda que não se tenha recolhido informação capaz de informar sobre quais os vinhos servidos nesta refeição, era comum, à época, e de acordo com autores como João da Matta, que o acompanhamento dos doces fosse feito com vinhos também eles adocicados.



[Fig. 45]
[Fig. 47]
1839
1840
[Fig. 60]

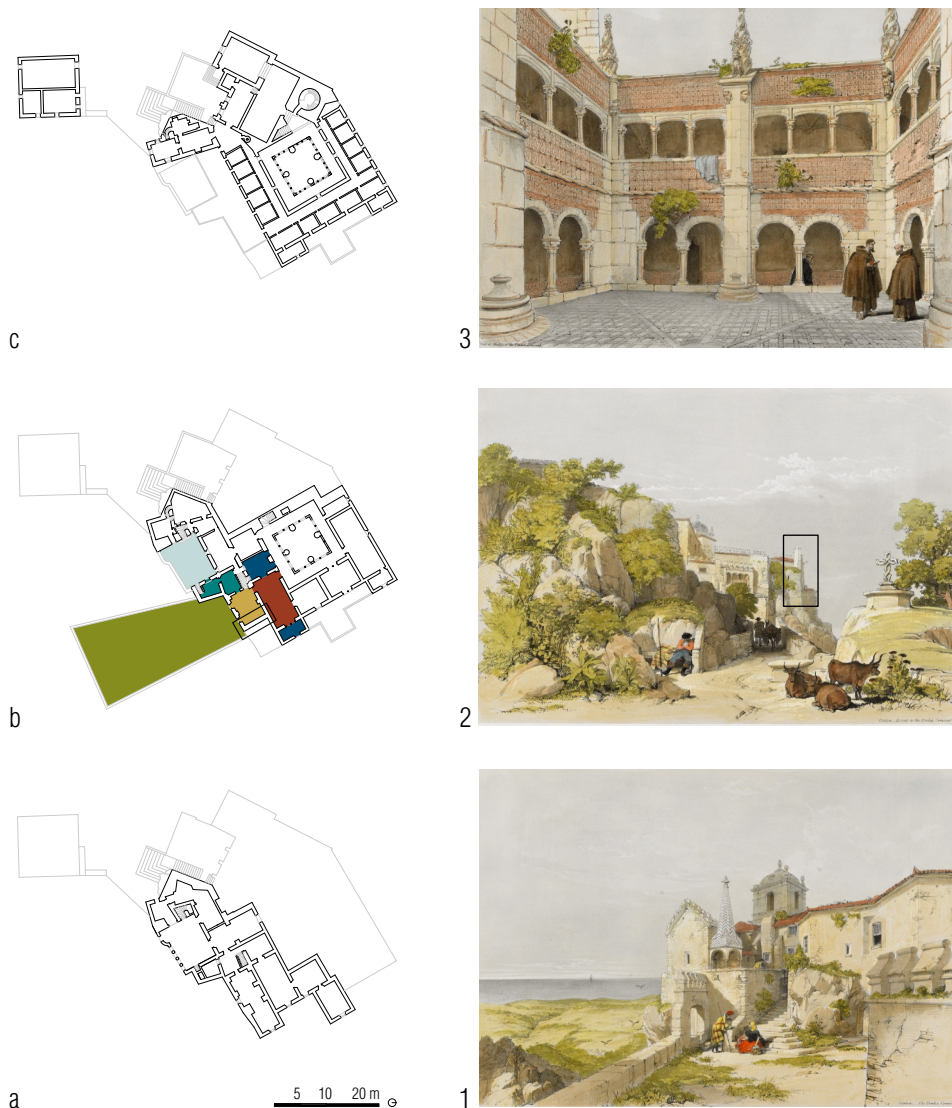


[Fig. 45] *Planta do Edifício da Pena* (editado), Nicolau Pires (-), 1839. © AHFCB.

O presente desenho ilustra a disposição do segundo piso do mosteiro hieronimita. A sua legenda informa sobre os posicionamentos da *Estrada Principal* (1), do *Serrado de semeadora* (2), de um *Terreno irregular* (3), da *Entrada do Esguicio - Principal* (4), do *Terraço com Baranda* (5), da *Sella do maioral* (6), da *Escada p.^a a Igreja* (7), do *Terraço* (8), da *Capella* (9), da *Sacrestia* (10), da *Igreja* (11), da *Escada da Torre* (12) e da *Cavalharice* (13).

[Fig. 46] *Projeto para o Palácio Real da Pena* (editado), autoria presumível de Ludwig von Eschwege (1777-1855), c. 1840. © PSML, Palácio Nacional da Pena, PNP 412.

A utilização de duas colorações advém da necessidade do autor de diferenciar os dois pisos representados simultaneamente: a avermelhado está ilustrado o piso térreo, e a cinzento claro o piso nobre. A sua legenda informa sobre os posicionamentos do *Pateo da Cisterna* (1), da *Caza p.^a Lenha* (2), do *Quarto* (3), da *Entrada da Escada* (4), dos *Quartos junto à Cisterna* (5), dos *[Quartos] por baixo* (6), do *Corredor no terrasso inferior* (7), de quatro *Quarto(s) no pizo inferior* (8, 9, 10 e 11), da *Caza escura no pizo inferior* (12), do *Vão ou caza por baixo da Sala de Jantar* (13), do *Quarto no pizo do Claustro e outro igual por baixo no pizo inferior* (14), da *Caza por baixo do terrasso com outra igual por baixo do mesmo* (15), da *Caza do Capitolo no pizo do Claustro p.^a Caffé* (16), o *Quarto das Louças* (17), a *Adega* (18), o *Quarto no pizo do Claustro* (19), a *Caza para arrecadação no pizo do Claustro* (20) e o *Quarto no m.^{mo} piso* (21).



[Fig. 47] Proposta de formulação em planta do piso térreo (a), nobre (b) e segundo (c) do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, desenho da autora, 2022; *Cintra - The Penha Convent* (1, 2, e 3), Georges Vivian (1798-1873), 1839. Gravuras patentes na obra Vivian, G. (1839). *Scenery of Portugal & Spain*. P. and. D. Colnaghi and Co..

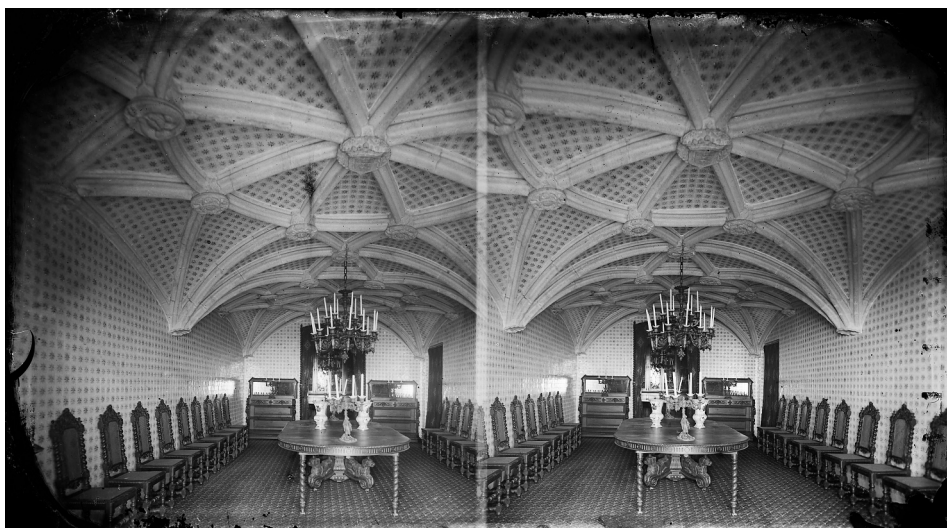
Para localizar com maior exatidão – no espaço interior do mosteiro – a chaminé ilustrada por Georges Vivian (2.) procedeu-se a uma tentativa de reconstituição, em planta, dos três pisos do mosteiro tendo por base duas plantas [Fig. 45 e Fig. 46], o levantamento do Palácio Real da Pena datado de 1901, da autoria do engenheiro J. A. d'Abreu Victal (-) [Fig. 34, Fig. 35 e Fig. 36], e estas gravuras do mosteiro (1., 2. e 3.).

A possível localização da cozinha é identificável na proposta para o primeiro piso do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena (b.), constatando-se a sua proximidade face ao refeitório dos monges (b.). O desenho deste conjunto de três plantas permitiu, mais do que formalizar e clarificar a imagem arquitetónica do conjunto, reconstruir e reinterpretar, pelo menos parcialmente, esta rede alimentar monástica.

Para além dos espaços de consumo e de confeção entretanto localizados – cozinha e refeitório –, sugere-se a estruturação de um conjunto de divisões de apoio – ucharia, arrecadações e pátio – em torno do núcleo de confeção/consumo, articulados entre si quer à mesma cota, quer em planos diferentes. Pelo exterior, e tomando como base o representado por Nicolau Pires (-) na sua planta [Fig. 45 2 - *Serrado de semeadora*], delineou-se um dos possíveis espaços de abastecimento.

Esta formulação – apresentada como uma possibilidade e nunca como uma verdade absoluta –, permite, não obstante, a construção de uma ideia face à apropriação quotidiana desta arquitetura. Apesar da sua vocação religiosa, uma rede alimentar monástica parece poder estruturar-se segundo uma lógica de encadeamento de espaços similar àquela que rege o seu contraponto palaciano. Na ucharia, localizada próximo da cozinha, eram armazenados os alimentos. No pátio munido de água, também nas imediações, os mesmos poderiam ser lavados e preparados, assim como poderiam ser limpos utensílios e louças de servir. O refeitório, posicionado contigualmente face à cozinha, usufruía não só de um rápido e eficaz serviço das refeições, como também da proximidade a dois possíveis espaços de arrecadação, onde os itens da mesa seriam guardados.

Há que notar, de igual forma, que apesar de edificada na transição entre o período tardo-medieval e a época moderna (c. 1511), esta é uma cozinha que se distancia dos exemplos referidos no subcapítulo 1.4.2.



[Fig. 48] *Sala de jantar de D. Fernando II no Palácio Real da Pena, antigo refeitório dos monges jerónimos*, José Marques Silva (-), datação desconhecida. © PSML, Palácio Nacional da Pena, imagem obtida em: «<https://www.parquesdesintra.pt/pt/parques-monumentos/parque-e-palacio-nacional-da-pena/recantos/sala-jantar-copa/>», consultado a 10/05/2023.

[Fig. 49] *Sala de jantar do Palácio Real da Pena*, imagem estereoscópica da autoria de Carlos Relvas (1838-1894), 1874. Negativo de colódio e prata em vidro (84 x 173 mm). © Casa-Estúdio Carlos Relvas/ Município da Golegã, cota 00029-000-042-001.

Apesar de possivelmente já representar uma formulação alterada do mosteiro, este é um desenho que informa sobre a rede alimentar, descurando, contudo, qualquer referência a um espaço de confeção.⁶³ A partir da análise da sua legenda parece ser possível localizar-se a sala de jantar dos monges, tendo em conta que uma das divisões do claustro se encontra nomeada como *Vão ou caza por baixo da Sala de Jantar*. Todavia, e tratando-se de um desenho de projeto do palácio, ao invés de um levantamento, não deve ser descartada a hipótese de esta referência a uma sala de jantar se prender com o uso que D. Fernando II daria a este espaço aquando das suas estadias durante as visitas à obra. O Inventário Orfanológico de D. Fernando II, realizado após a sua morte em 1885, retoma esta ideia de coincidência dos espaços de consumo – refeitório dos monges e sala de jantar do rei – ao informar que “o refeitório, hoje casa de jantar acha-se revestido de azulejo moderno (...)”⁶⁴, não sendo feitas disposições adicionais.

A identificação da localização da cozinha dos monges no Mosteiro de Nossa Senhora da Pena não será, contudo, tão imediata quanto aparenta ter sido a do refeitório, que se julga, agora, ter estado implantado no primeiro piso, em torno do claustro. É sabido que, pelo menos a partir de 1846 D. Fernando II, aquando das suas visitas à obra da Pena, habitava as dependências do antigo mosteiro.⁶⁵ Naturalmente, o rei tinha de fazer as suas refeições no local, colocando-se a hipótese de as mesmas terem sido consumidas no antigo refeitório – perpetuando-se o seu uso como sala de jantar –, e confeccionadas no espaço da cozinha dos monges.⁶⁶

A análise das ilustrações de Georges Vivian (1798-1873) presentes na obra *Scenery of Portugal & Spain*⁶⁷ publicada em 1839 [Fig. 47 1, 2, 3], para além de auxiliar ao redesenho do complexo monástico na sua formulação original permite [Fig. 47 a, b e c], ainda, a identificação de um elemento crasso à existência e ao bom funcionamento de qualquer cozinha: uma chaminé [Fig. 47 2]. A deteção deste volume, e a possibilidade de o localizar no interior do construído, nomeadamente no primeiro piso [Fig. 47 b], em contiguidade com o refeitório dos monges, permitem deslindar aquela que poderá ter sido a base da rede alimentar do mosteiro, rede essa reaproveitada – pelo menos em alguns aspetos – pela obra de D. Fernando II.

A eleição e utilização como espaço de consumo, por parte do rei consorte, da divisão outrora afeta ao refeitório dos monges [Fig. 48 e Fig. 49] complexifica a dinâmica da rede alimentar do Palácio Real da Pena. No *Inventario dos Utensilios da Meza, dos Móveis e de tudo o que se acha no Real Palacio da Pena*⁶⁸, manuscrito datado de 1844, é referido um conjunto parco de divisões, isto porque à época ainda não se teria iniciado a construção do volume do palácio dito novo. Assim, quando são enumerados os itens existentes na *Sala de Comer*, na *Dispensa* e na *Cozinha*⁶⁹, tudo indica de que se tratem de menções aos espaços da rede alimentar do mosteiro que foram apropriados por D. Fernando II e pelos demais envolvidos na obra. Esta apropriação, inicialmente temporária, parece ter-se tornado definitiva – pelo menos no que concerne o espaço de consumo e a copa – após o falecimento de D. Maria II em 1853.

De acordo com o projeto inicial, a principal sala de jantar do palácio [Fig. 45] ficaria implantada na nova volumetria e teria um formato circular, sendo facilmente acessível a partir da nova cozinha através de um corredor de serviço curvilíneo adossado pelo exterior. A sua geometria peculiar, aliada à ventilação conferida pelas quatro janelas remete para as disposições de Robert Kerr em *The Gentleman's House*, nas quais o autor elabora sobre a propagação de odores:

“(...) ‘Rota da Refeição’ deve (...) ser tão direta, reta e fácil quanto passível de ser feito, e tão liberta quanto possível de tráfego que possa interferir. Ao mesmo tempo é ainda mais essencial que a ‘transmissão de odores da cozinha’ para os Apartamentos da Família seja evitada; não apenas pela interposição de uma porta de passagem, mas por (...) um percurso alongado e porventura circular, uma corrente de ar exterior interposta (...).”⁷⁰

⁶³ Das poucas descrições do mosteiro que chegaram até aos nossos dias destaca-se aquela setecentista de Frei Manuel Batista de Castro (1672-?), patente na obra *Chronica do Máximo Doutor, E Príncipe dos Patriarchas São Jeronymo Particular do Reyno de Portugal (...)*. Apesar do detalhe empregue na sua elaboração, e da narração minuciosa do interior de algumas divisões, como acontece com a capela, não é feita qualquer referência ao refeitório e espaço de confeção dos monges.

⁶⁴ Inventário Orfanológico de D. Fernando II, *Inventário de Sua Majestade El-rei o Senhor Dom Fernando, Móveis Existentes no Palácio Real da Pena em Cintra*, autor desconhecido, 1886. ANTT, PT/ADLSB/JUD/TCLSB/B-X/001/00001-10, Tribunal da Boa Hora, 6.ª Vara, 4.ª Secção, Proc. n.º 815, 169.

⁶⁵ Schedel, M. (2019). *Palácio Real da Pena: Casa de D. Fernando de Saxe-Coburgo, 1839-1885*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, p. 81.

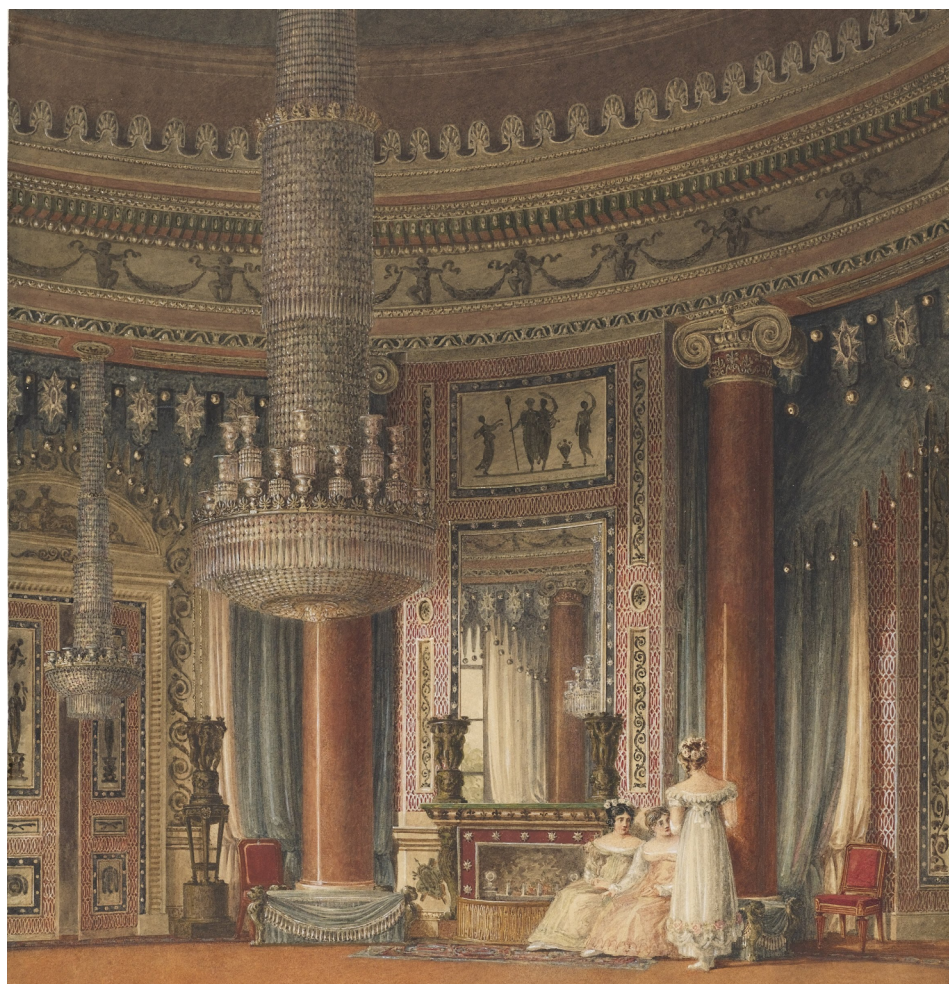
⁶⁶ Segundo os registos da evolução da obra da Pena, a cozinha do palácio apenas terá ficado concluída em 1849 (Schedel, M. Op. Cit., p. 78), havendo um período de cerca de três anos (entre 1846 e 1849) durante os quais se coloca a possibilidade do Rei D. Fernando II ter feito uso da cozinha do mosteiro.

⁶⁷ Vivian, G. (1839). *Scenery of Portugal & Spain*. P. and. D. Colnaghi and Co..

⁶⁸ *Inventário dos utensilios de mesa, dos móveis e tudo o que existe no Palácio Real da Pena*, autor desconhecido, 1844. AHFCB, Núcleo de D. Fernando II, maço 401, pp. 7-9.

⁶⁹ É referido, ainda, o *Quarto do Exmo Sr Barão de Eschwege*, o *Quarto do Guarda-Mór* e o *Quarto do Mestre João Henriques*, entre outras divisões.

⁷⁰ Kerr, R. (1865). *The Gentleman's House; or, How to Plan English Residences from the parsonage to the palace*. John Murray, Albemarle Street, p. 210. Tradução da autora.



[Fig. 50] *Sala dos Veados no Palácio Real da Pena, após restauro*, José Marques Silva (-), datação desconhecida. © PSML, Palácio Nacional da Pena, imagem obtida em: «<https://www.parquesdesintra.pt/pt/parques-monumentos/parque-e-palacio-nacional-da-pena/recantos/sala-dos-veados/>», consultado a 10/05/2023.

[Fig. 51] *A Sala de Jantar Circular na Carlton House*, Londres, Charles Wild (1781-1835), 1819. Aguarela e guache sobre papel (461 x 381 mm). © Smithsonian Design Museum, Thaw Collection, 2007-27-2.

A proximidade entre as implantações da cozinha e desta sala de jantar circular, cujas possíveis complicações resultantes foram acauteladas através da geometria do corredor de serviço, terá levado, de igual forma, a que não fosse considerada a construção de uma copa nas imediações do espaço de consumo. As tarefas inerentes a este espaço de serviço, tão advogado por Urbain Dubois, deveriam então alocar-se na cozinha, contribuindo para a sua segmentação.

O propósito desta sala, contudo, parece ter sido abandonado após 1853, ano a partir do qual se fizeram alterações de importante índole ao plano das divisões de representação que deveriam ficar no novo volume do paço. Datado de 1855, dois anos após o falecimento da rainha, surge um projeto de decoração para a sala de jantar – como sempre vem sendo referida em obra – que parece denotar uma intenção de o transformar numa sala dedicada à exposição de armaria. A circularidade desta sala de jantar, geometricamente excecional [Fig. 50 e Fig. 51], tem implícita uma conceção de hierarquia distinta daquela presente num espaço de cariz retangular. A sala de jantar que D. Fernando II optou por utilizar, elevando-a a espaço de consumo de eleição, onde outrora haviam feito as suas refeições os monges jerónimos, é indubitavelmente um espaço pensado para nele ser colocada uma mesa de geometria retangular. De acordo com o costume da época ao centro desta, dispostos frente a frente, ficariam os mais importantes comensais que, por norma, seriam os anfitriões. Os demais convivas iam sentando-se por ordem decrescente de importância desde o centro até aos extremos da mesa [Fig. 15]. Numa sala de jantar circular, contudo, este pensamento distorce-se. A mesa, que tomará uma forma mimética do espaço, isto é, circular ou em ferradura – como bem comprova a informação patente no *Inventário Orfanológico de D. Fernando II* onde consta a existência, nesta sala, de uma “*mesa de pés torneados em forma de ferradura*”⁷¹ e de um “*banco curvo*”⁷¹ –, depreende que se dissolva, pelo menos em parte, este posicionamento demarcadamente hierárquico dos comensais já que, numa mesa em ferradura, os extremos aproximam-se e defrontam o lugar central onde estaria sentado o rei. Porventura este era o intento de D. Fernando II ao produzir um espaço de consumo centralizante: fragilizar barreiras sociais e aproximar, sob o motivo da refeição, aqueles com quem escolhia privar. Todavia, não se pode ignorar o facto de que, ao existir uma coluna no centro da sala, a mesma impediria o contacto visual entre todos os sentados à mesa, originando uma dinâmica entre os convivas deveras distinta daquela materializável em torno de uma mesa retangular.

A informação recolhida aparenta apoiar a ideia de que tal sala de jantar circular, mais tarde denominada Sala dos Veados⁷², não terá tido, efetivamente, uso verdadeiro e contínuo enquanto espaço de consumo até ao reinado de D. Carlos. No *Inventário de 1861 - Pena e Abelheira* este espaço circular, ainda denominado *Sala de Jantar*, possuía uma “*Meza grande modello ferradura*” e “*Apparadores com 2 prateleiras arredondadas e pés torneados*”⁷³. Três anos mais tarde, no inventário de 1864, este espaço agora identificado como *Sala nova de jantar*⁷⁴ surge mobilado com a mesma mesa, que consta igualmente do *Inventário Orfanológico de D. Fernando II*. A grande diferença na apropriação espacial deste espaço parece ter-se dado após a morte do monarca em 1885 e a consequente aquisição da propriedade pelo Estado Português em 1889.

Patente no ANTT, o desenho de autor desconhecido e não datado entretanto já convocado [Fig. 41] refere que aquele espaço em tempos pensado para receber a sala de refeições principal do paço servia, no ano de 1895, de camarata para treze funcionários do palácio, tendo-se provavelmente mantido com esta vocação pelo menos até 1897, ano em que se realizou mais um inventário, desta vez dos *Moveis e mais objectos existentes nas Reaes Propriedades da Pena*. Neste, e em consonância com o desenho encontrado, refere-se uma *Sala dos Veados que serve de Camarata* onde existem “*16 leitos de ferro*”⁷⁵. Em 1907, contudo, um novo inventário parece sugerir que a função de dormitório tenha sido alocada a outras paragens. Segundo este levantamento, neste espaço voltava a dispôr-se agora, e entre outros itens, “*uma mesa em forma*

⁷¹ *Inventário Orfanológico de D. Fernando II, Inventário de Sua Majestade El-rei o Senhor Dom Fernando, Móveis Existentes no Palácio Real da Pena em Cintra*, autor desconhecido, 1886. ANTT, PT/ADLSB/JUD/TCLSB/B-X/001/00001-10, Tribunal da Boa Hora, 6.ª Vara, 4.ª Secção, Proc. n.º 815, 169.

⁷² A referência a uma Sala dos Veados surge pela primeira vez, nos inventários, em 1874.

⁷³ *Inventário de 1861 do existente no Palácio Real da Pena e Abelheira*, autor desconhecido, 1861. AHFCB, NNG 4028, fl. 65.

⁷⁴ À sala de jantar do antigo mosteiro atribui-se, neste documento, a denominação de “Casa de jantar antiga”.

⁷⁵ *Inventário dos móveis e mais objetos existentes nas Propriedades da Pena*, autor desconhecido, 1897. EDPNP, cota desconhecida, fl. 78.

Alvará a 2 de Abril de 1903  *Rei D. Manuel I de Portugal*

Repartição da Real Manutenção
PROPOSTA A UCHARIA DO PALÁCIO REAL DAS NECESSIDADES
PARA AS REAES MEZAS
 Em 3 de Abril de 1903

OF. CENSO DE POP. ESTATÍSTICA - Anexo 10, Setembro 1901

Designação	MEZAS					QUANTOS					Total	Preço	Importância total		
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5					
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1														
... da Cozinha	1														
... das 7. Varas	1														
... da Varas	1														
Agua de Amênia	1														
... da Cella	1					</									

de ferradura”, duas outras mais pequenas, duas mesas para alguidares, uma outra mesa para loiça e até uma estufa⁷⁶, sendo-se levado a supôr que, pelo menos neste ano de 1907, esta divisão estaria a ser utilizada como espaço de arrecadação. Paralelamente, a existência de uma mesa de refeição na sala de jantar do núcleo do mosteiro, por vezes descrita como sendo de carvalho e elástica⁷⁷, apresenta-se transversal a todos os inventários consultados, enfatizando a ideia de que este seria o espaço de consumo de eleição dos habitantes do palácio e que terá sido neste, por conseguinte, onde almoçou Eduardo VII de Inglaterra aquando da sua visita ao Palácio Real da Pena em 1903.

Esta sala de jantar [Fig. 43], mais contida geometricamente que o seu contraponto no volume novo do palácio [Fig. 50], aparente reminiscência de uma rede alimentar monástica [Fig. 47 b], demonstra uma dimensão que apela a uma comensalidade intimista e, simultaneamente, impede a realização de grandes banquetes. Protegida do calor – como bem defendia Robert Kerr – através da sua única janela de sacada orientada a este –, esta é uma sala abobadada, de pé direito comedido, cujo revestimento azulejar imprime um tom de relativa frieza camuflada por brilhos e reflexos. Funcionalmente bem articulada com os dois espaços de serviço que lhe são contíguos, este é um espaço de consumo no qual a rota de circulação dos serviços se estabelece primariamente no seu extremo poente, segundo um percurso que poderia, até – como se de uma referência à da Sala dos Veados se tratasse –, ser circular.

Paralelamente aos dezoito comensais que almoçaram nesta sala de jantar [Fig. 52], outras vinte e seis pessoas consumiram a sua refeição numa segunda mesa, colocada algures no Palácio Real da Pena. No levantamento mais recente e completo deste edifício – o de 1901 da autoria de J. A. d'Abreu Victal (-) –, não é feita qualquer referência, todavia, a uma sala de refeições que não a principal e a de suas altezas [Fig. 35], assim como a dos criados [Fig. 34]. Corresponderá o espaço de consumo da segunda mesa ao da Sala dos Veados? Terão estes dezoito comensais almoçado na mesa em forma de ferradura com pés torneados, isto pressupondo que a mesma já tinha regressado a este local no ano de 1903? Seria utilizada uma outra sala? Porventura mais facilmente acessível a partir da cozinha? A documentação recolhida não conseguiu, ainda, dar resposta a estas questões.

Os diversos inventários do recheio do Palácio Real da Pena realizados entre 1844 e 1907 parecem querer transmitir que esta foi uma residência especialmente propensa a apropriações diversas e mutáveis. Por conseguinte, é verosímil pensar que para além da sala de jantar de D. Fernando II seriam utilizadas outras divisões, consoante a ocasião, para nelas ser servido um almoço, ou um jantar, ou uma ceia. Para além da rede alimentar identificada como a prevalente, existiriam outras, esporádicas e secundárias, desencadeadas pela escolha de um espaço para consumo da refeição que não o tradicional. A bem dizer, e ainda que se acredite que o ‘lunch’ de 3 de abril de 1903 tenha sido consumido na sala de jantar do paço, o mesmo poderia ter tomado lugar no terraço, na Sala dos Veados, no salão ou até no Parque da Pena. Bastava a D. Carlos assim ter preferido. Se em vez de dezoito comensais tivessem sido cinquenta e cinco, como aconteceu no *Almoço dado por Suas Magestades no Palácio Real da Pena aos oficiais da Esquadra Ingleza em 18 de Agosto de 1903*⁷⁸ [Fig. 15], o rei já não teria conseguido fazer uso da sala de jantar do costume. Porventura seria mais funcional alocar todos os convivas na sala de bilhar.



[Dos savarins entretanto servidos restavam agora apenas vestígios. Gulosa, a comitiva havia já passado para o gelado⁷⁹, servido nos pratinhos de cristal. De um e outro lados da mesa, por entre o tinir dos pratinhos e da prata, emergia um aroma fresco, a laranja, em tudo condizente com a frescura daquele espaço e daquele dia. Sobre a mesa, outros frutos⁸⁰ começavam também a ser consumidos.]

⁷⁶ *Novo Inventário em 1907*, autor desconhecido, 1907. EDPNP, cota desconhecida, fl. 108.

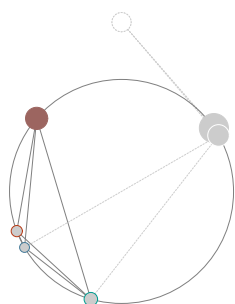
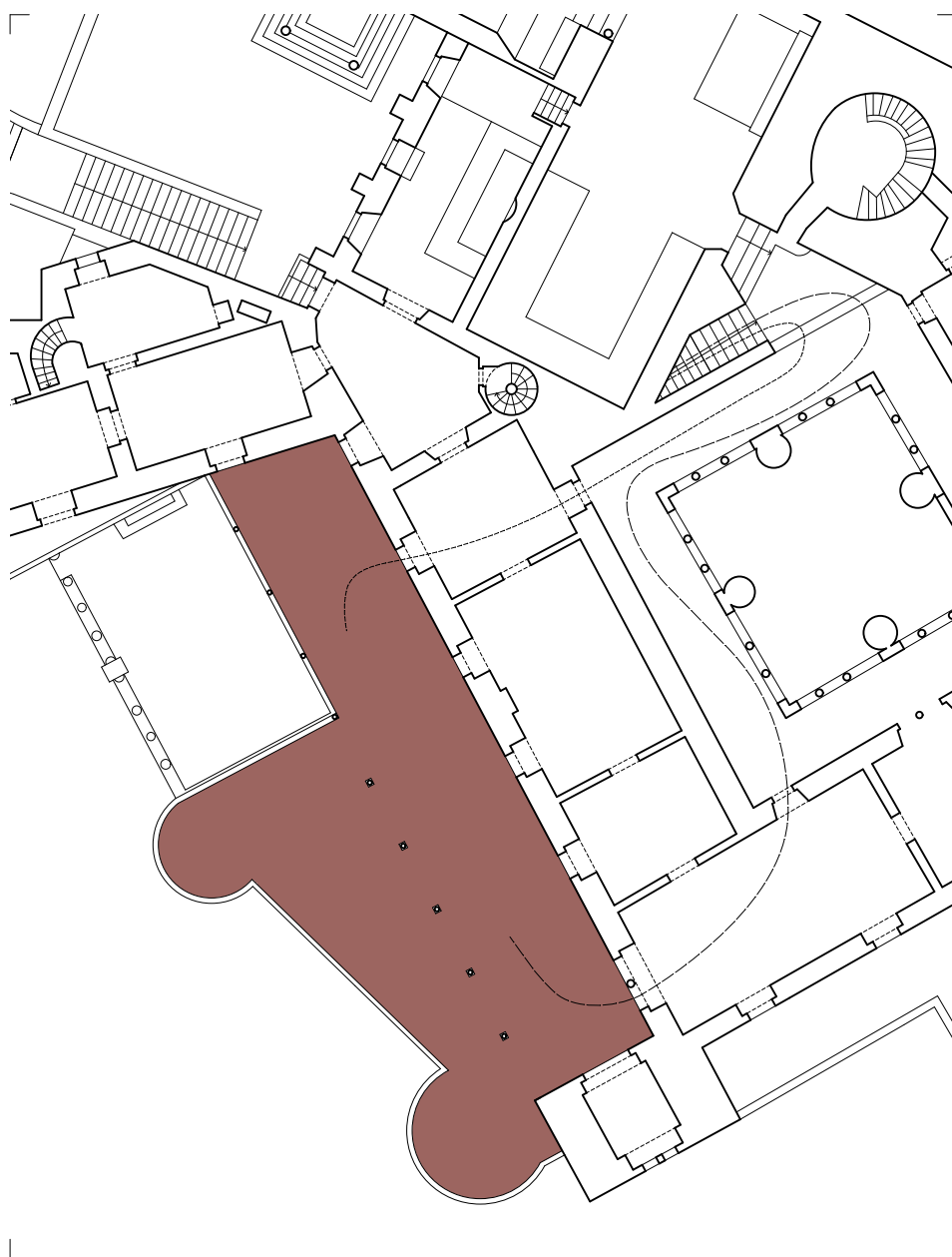
⁷⁷ A tom de exemplo: *Novo Inventário em 1907*, autor desconhecido, 1907. EDPNP, cota desconhecida, fl. 135.

⁷⁸ *Itinerário da Família Real*, autor desconhecido, 1893-1906. AHFCB, NNG 4123, p. 104.

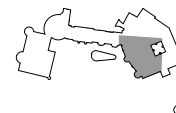
⁷⁹ De acordo com o menu do almoço servido a 3 de abril de 1903 [Fig. 40] (AHFCB, NNG 3728, n.º 182.), foram servidos ‘Savarin à l’Anglaise’ e ‘Glace à l’orange’.

⁸⁰ De acordo com o *Pedido para as mesas à ucharia do Palácio Real das Necessidades em 3 de abril de 1903* existiriam, à mesa, bananas, figos, laranjas, maçãs, pêras, tangerinas e uvas. *Pedido para as mesas à ucharia do Palácio Real das Necessidades em 3 de abril de 1903*, formulário preenchido por José Vicente Fortunato, abril de 1903. AHFCB, NNG 3917.

..... Percurso dos fornecedores
 Percurso dos funcionários
 Percurso dos comensais



[Fig. 53] Planta parcial do piso nobre do Palácio Real da Pena: Terraço da Rainha (c. 1900), desenho da autora, 2023. Escala 1/250.



O

1.4 UM ALMOÇO (INFORMAL) NA PENA

1.4.5 Observando as águias de cima



[3 de abril de 1903, pouco antes das três da tarde: com o estômago animado e já no claustro, do lado de fora da sala de jantar, a comitiva segue em direção à escada que, partindo junto à arrecadação das pratas, leva ao segundo piso. Ali chegados, atravessam o gabinete indo ter ao terraço, entretanto transformado em confortável sala. Acendem-se charutos, distribuem-se digestivos. Ouve-se o ranger de cadeiras de verga. Por entre o toldo sopra uma aragem fresca, incapaz de contrariar o raiair ameno daquele sol de abril. A conversa retoma mas, daí a nada, nova pausa. Um fotógrafo aparece.]

- Espaços de abastecimento
- Espaços de confeção
- Espaços de apoio
- Espaços de consumo
- Espaços de serviço
- Espaços de digestão

Considerando a imponente posição que o Palácio Real da Pena ocupa num dos topos da Serra de Sintra, e reconhecendo-se que, apesar de apelativa aos sentidos, a sala de jantar de D. Fernando II é, ainda assim, uma câmara pouco dialogante com o exterior, entende-se como natural que toda a comitiva tenha sido encaminhada para o Terraço da Rainha [Fig. 53]. Aqui, e à semelhança do que vinha acontecendo no Palácio Real da Cidadela de Cascais, é feito uso de um toldo de forma a limitar o espaço e permitir simular uma sensação de interioridade. O efeito alcançado de espaço híbrido, nem totalmente interior, nem inteiramente exterior, é obtido não só através da utilização deste toldo, como também da mobilização inusitada de uma panóplia de mobiliário e têxteis [Fig. 21 e Fig. 54]. Os tapetes trazidos para o terraço, ao que tudo indica, de interior, atuam com eficácia na construção deste cenário, concretizando um ambiente de conforto e alguma sofisticação, expectável de ser encontrado entre paredes. Também as plantas escolhidas, de espécies diversas e de aspecto viçoso, contribuíram para o exotismo bucólico da cena, ao mesmo tempo dialogando com a verdejância das vistas. Apesar de não se ter pretendido emular uma estufa propriamente dita [Fig. 72], imagina-se, a apropriação deste espaço exterior coberto não deixa de emanar uma aura de jardim de inverno, proporcionando aos seus ocupantes algum conforto térmico naquele que, de outra forma, seria um terraço exposto.

No extremo, qualquer espaço pode ser utilizado aquando de um momento pós-prandial, transformando-se, ainda que momentaneamente, num espaço de digestão. Contudo, no caso do Terraço da Rainha, mais do que o mero uso de um espaço já existente, deu-se uma verdadeira



[Fig. 54] *Estufa*, Marlborough House, Grove & Bolton, 1912. © RCT, RCIN 2101995.

[Fig. 55] *Balmoral: interior da estufa*, William Wyld (1806-1889), 1852. Aguarela (229 x 335 mm). © RCT, RCIN 919481.

apropriação, com uma intenção clara e uma imagem em mente. Fumar, beber digestivos e conversar sofregamente revelou-se um momento cénico, exuberante, emanador de conforto e capaz de permitir aos seus utilizadores a experiência da paisagem e do enquadramento do construído sobre o Parque da Pena e a Serra de Sintra. Seria impensável, claro está, a presença de tal comitiva estrangeira no paço sem que D. Carlos lhe proporcionasse o usufruto da verdadeira essência romântica daquele lugar.

Terminado este momento ocioso, seguiu-se um passeio pelo Parque da Pena, penetrando os convivas no espesso manto verde que envolvia o palácio. Este contacto tão íntimo entre o natural e o construído estava longe de ser não familiar ao Rei Eduardo VII, não fosse a predileção da nobreza inglesa por majestosas casas com jardins frondosos [Fig. 55]. A aura mística da Pena, todavia, não deverá ter deixado o monarca estrangeiro indiferente.

“Com essa transformação [do Barão de Eschwege sob encomenda de D. Fernando II] e com outras belezas que o gosto e arte têm sugerido no decorrer dos anos, o palácio da Pena tornou-se uma verdadeira obra de fadas nessa arrojada e fantástica construção sobre um penhasco, donde a vista abrange a vila e todos os seus arredores, Cascais, o farol da Roca, o Tejo, o mar, povoações, vales e montanhas.”⁸¹

A visita às florestas de Sintra continuou, desta feita já fora do Parque da Pena. No Palácio de Monserrate, propriedade de Sir Francis Cook (1817- 1901) onde os monarcas foram recebidos por “*algumas senhoras*”, foi servido um chá oferecido pelo Major General do Exército britânico Sir Euston Sartorius (1844-1925). Eduardo VII não poderia, certamente, ter-se sentido mais em casa.

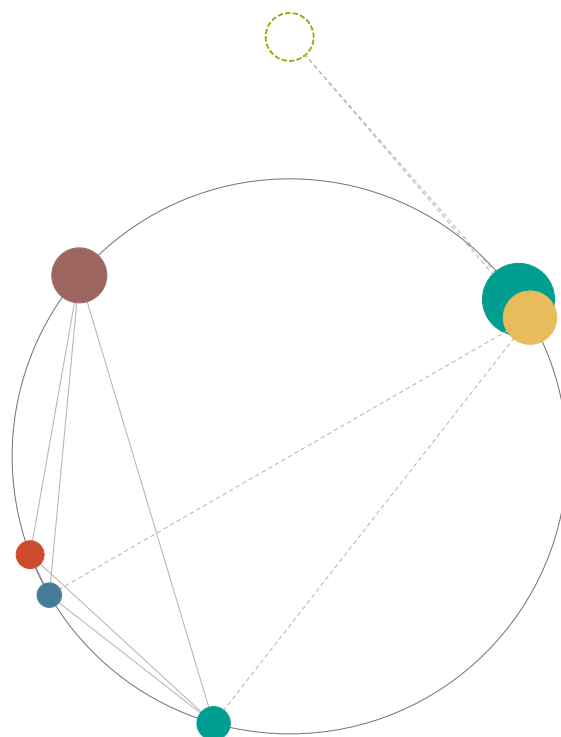
O programa sintrense terá sido compacto, visto o Comboio Real ter regressado à Estação do Rossio às cinco horas da tarde. As atividades festivas, todavia, continuaram noite dentro, com uma magnífica demonstração de fogo-de-artifício sobre o Tejo, assistido pelo ilustre convidado a partir do palácio das Janelas Verdes, à época Museu de Belas Artes. Com o seu jardim iluminado por milhares de focos de diferentes cores, alguns posicionados em canteiros, outros nas copas das árvores, transformou-se este palácio lisboeta numa ode à cor e à luz. Houve ainda tempo para uma refeição ao estilo bufete, servida no exterior pela Casa Ferrari.⁸² Certamente não se imaginará uma forma de melhor acabar este dia 3 de abril, indubitavelmente marcado pela natureza e pelo belo, que de Sintra a Lisboa, do Palácio Real da Pena ao palácio das Janelas Verdes, se deixou polvilhar com o melhor que a gastronomia tinha para oferecer, potenciando-se um clima propício ao fortalecer de alianças.

“Mas existem outros sentimentos para lá da mera pompa e ostentação. Para os seus súbditos existe um muito grande e muito justo orgulho no nosso mais augusto diplomata. As boas-vindas que lhe são estendidas tocam de muito perto os corações do seu povo, e confortam-no perante os possíveis perigos do futuro nos sólidos resultados das visitas que o nosso Rei agora retribui. (...) D. Carlos veio recentemente a Inglaterra, e nós em troca confiamos à hospitalidade de Portugal o mais precioso Personagem deste reino. Os sentimentos recíprocos gerados por tal ocasião não são para ser deixados de lado num instante, e nós, que sabemos o quão querida a causa da Paz é para o nosso Rei, não precisamos de desculpas para insistir nas possibilidades para o bem proporcionadas por esta viagem.”⁸³

⁸¹ Caetano, A. (Dir. publ.); Macedo, M. (Dir. publ.) e Azevedo, G. (Dir. publ.). *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, 874, 10 de abril de 1903. Empresa do Occidente, p. 78. Grafia atualizada.

⁸² *Idem, Ibidem.*

⁸³ McNeil, R. (Ed.). *St. James Gazette*, XLVL(7080), 3 de abril de 1903. S.I., p. 4. Tradução da autora.



1.5 A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 3 DE ABRIL DE 1903

A imagem final da interação entre os espaços alimentares do Palácio Real da Pena, tal como operaram no dia 3 de abril de 1903, é tradutora das dificuldades impostas pela arquitetura e pelos usos atribuídos. Distinguem-se dois pólos nesta imagem, em torno dos quais se agregam os espaços alimentares. Tal espelha com fidelidade o que acontece no complexo palaciano da Pena, já que num dos seus extremos se reúnem confeitaria e espaços de apoio afetos e, no outro, consumo, digestão e respetivos espaços de apoio e serviço. Estes dois núcleos polarizados relacionam-se entre si através de percursos planimétricos e/ou altimétricos, de natureza mista, isto é, com momentos interiores e exteriores, como expresso no traço interrompido. Fica claro, através desta imagem, o principal problema desta rede alimentar: o afastamento exagerado entre a cozinha e a sala de jantar principal.